



## Tempos de debate Tempos de acção

**A** época que vivemos é marcada por fundas contradições.

Para os que caracterizam os fenómenos essencialmente pelas manifestações de superfície ou as analisam de modo superficial, o processo universal de mudanças que se desenvolve na actualidade - desigual nos dois grandes sistemas sociais do mundo actual, diferente de país para país - tudo põe em causa, nada deve ficar de pé.

Uma falsa dialéctica de demolição inflama o debate e faz perder objectividade. Questões tais como a divisão, os interesses antagónicos e a luta das classes são para alguns analistas do superficial conceitos ultrapassados. A necessária democratização de todos os processos de intervenção e participação confunde-se para muitos com a anarquia. O espontâneo ganha contornos absolutos.

Entretanto o que está em curso é uma batalha de grande envergadura e em múltiplas frentes na qual se joga o futuro - na frente política, na frente económica, na frente social, na frente cultural, na frente ideológica.

É uma rude batalha que exige dos combatentes uma grande tensão de forças, uma aprofundada visão dos fenómenos emergentes e uma superior capacidade de iniciativa.

Para lhe compreender cabalmente o carácter e definir-lhe os objectivos é imprescindível desenvolver e fomentar o amplo debate democrático e colher depois em pleno na prática revolucionária a síntese criadora da pluralidade das ideias.

Sim, são tempos de debate aberto, franco, plural - mas também tempos de acção convergente e concertada, tempos de unidade e de iniciativa de todos os que portam a mensagem do futuro.

Inserida neste quadro a actual situação política portuguesa põe com imperiosidade tudo isto na ordem do dia.

**O**s comunistas portugueses, cientes da complexidade da hora que passa e do papel do seu Partido no enfrentamento das novas realidades, na defesa e desenvolvimento do regime democrático, na solução dos grandes problemas nacionais no momento que vivemos, procuram no meio de difíceis escolhas mobilizar todos os seus recursos e energias, todo o seu potencial de acção, toda a sua capacidade de iniciativa para uma resposta revolucionária condigna aos grandes desafios da actualidade.

Passada a febre das eleições para o Poder

Local que se saldaram por uma concludente derrota da direita governante, pelo aprofundamento do seu isolamento político, social e eleitoral e das dificuldades internas do partido cavaquista que da refrega de Dezembro sai consideravelmente enfraquecido, novas tarefas e novos acontecimentos reclamam a atenção e acção consequente dos comunistas, dos seus aliados e de todos os democratas interessados na batalha do futuro.

A remodelação do Governo foi a primeira grande consequência política da derrota do PSD; a reafirmação e continuação do projecto contra-revolucionário do cavaquismo pela nova equipa governante é uma realidade que se impõe de imediato ao movimento operário, popular e democrático.

As primeiras medidas governativas, logo ao dia seguinte das eleições, são elucidativas do seu carácter anti-social de classe - os propósitos enunciados e as primeiras iniciativas governamentais logo após a remodelação e a força da resposta de massas aos actos e medidas do Governo recauchutado são esclarecedores do panorama social e político português e das suas perspectivas imediatas.

**A**umento brutal e generalizado dos preços de produtos de primeira necessidade, em particular dos produtos hortícolas de 100 a 500%(!); cortes substanciais nos subsídios de alimentação nas escolas (de 70 para 40 escudos) - de que a subida arrancada no ano transacto pelas lutas conjugadas de pais, professores, alunos e da oposição parlamentar democrática, estava na base da diminuição significativa do insucesso escolar - a recusa a considerar como situação de calamidade os desastrosos efeitos das chuvas nas regiões do Algarve, do Ribatejo e do Douro e a irrisão dos subsídios atribuídos aos agricultores (para o Algarve, onde a chuva destruiu na quase totalidade as culturas, de mimos e novidades o governo concedeu apenas 200 mil contos - 100 a cada agricultor!); o encerramento pela CP dos ramais ferroviários do Vale do Tâmega e de Évora; o aumento do desemprego e o novo surto do flagelo dos salários em atraso; o aumento irrisório do salário mínimo nacional sem correspondência sequer com a taxa oficial de inflação, de 12,7% no final do ano, cuja artificialidade é frisante perante a subida galopante dos preços - eis algumas das novas manifestações da natureza anti-social do Governo PSD/Cavaco Silva.

A estas deve juntar-se a incúria do governo cavaquista na prevenção dos surtos epidémicos da gripe e de outras viroses, ilustrada pela falta e o elevado custo das vacinas que afectam em especial os reformados e pensionistas e as crianças de famílias de menores posses.

Paralelamente, intensifica-se o processo das reprivatizações, o regresso às suas posições do passado fascista das grandes famílias dominantes da actividade económica nacional, a sobrevalorização das indemnizações por expropriação dos antigos monopolistas, a crescente alienação das principais empresas e sectores de actividade da nossa economia a favor do capital estrangeiro, a rápida concentração da riqueza num reduzido número de grandes detentores portugueses e estrangeiros e intensificação do processo de restauração do capitalismo monopolista de Estado com a criação de estruturas do poder resultantes da última revisão constitucional impostas ao País pela colaboração entre o PSD, o PS e o CDS e o financiamento de infraestruturas no montante de milhões de contos viradas para a serventia dos novos grupos monopolistas na economia nacional.

A entrevista televisiva encomendada de Cavaco Silva na última terça-feira é instrutiva dos propósitos cavaquistas de continuidade e intensificação do processo contra-revolucionário em Portugal.

**É** contra esta continuidade, contra a política antipopular do governo, que cresce a contestação social de massas no momento actual.

Estão neste momento em greve ou em processos de luta conducentes a novas greves os trabalhadores ferroviários, de que a concentração de anteontem no Terreiro do Paço reflecte a força e a adesão de massas; os controladores do tráfego aéreo; os operários da Sorefame; os trabalhadores da Ematextil exigindo: o pagamento de salários em atraso; a ocupação da fábrica «Couraçado», do Porto, pelos trabalhadores da indústria do calçado.

Os agricultores algarvios em número de mais de um milhar, com as suas máquinas e veículos fizeram uma grande concentração de protesto em Chelote, nos arredores de Faro, contra a incúria do governo no enfrentamento dos efeitos da chuva nas culturas daquela região do Algarve; populações do Vale do Tâmega agora privados do transporte ferroviário e acompanhados por numerosos autarcas de

# Resumo

## 10

### Quarta-feira

As Associações de Agricultores do Alentejo, reunidas em Évora, solicitam ao Governo que o ano agrícola 1989-90 nesta região seja considerado «ano zero»; também no Algarve mais de mil agricultores partem de Chelote, periferia de Faro, num desfile de protesto reivindicando maior ajuda do Governo face aos prejuízos causados pelas cheias. ■ O grupo parlamentar do PCP reúne-se com representantes dos agricultores de cooperativas e organizações de lavoura para ouvir as suas preocupações. ■ O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa acusa o Governo e o Ministério da Educação de não cumprirem os compromissos assumidos. ■ Cavaco Silva inicia visita aos Estados Unidos. ■ Os presidentes da Confederação da Indústria Portuguesa, reunidos em Lisboa, manifestam-se preocupados com a inflação e a política cambial. ■ Os chefes de governo dos dez países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica decidem em Sófia proceder a uma renovação total da actividade da organização.

## 11

### Quinta-feira

O Governo dá um prazo de uma semana às rádios locais para suspenderem as emissões em cadeia. ■ A AR debate o projecto de lei do PS que abre à iniciativa privada o exercício da actividade de radiotelevisão. ■ Os cerca de cem trabalhadores da empresa têxtil Rifer paralisam para exigir a negociação da nova tabela salarial. ■ A Comissão de Defesa dos Agricultores do Algarve suspende a sua actuação devido à falta de respostas concretas por parte do Ministério da Agricultura. ■ É estabelecido um protocolo entre o Banco de Fomento Exterior e o seu congénere espanhol, com vista à promoção conjunta do investimento em Portugal e Espanha. ■ O presidente soviético, Mikhail Gorbachov, inicia visita à capital da Lituânia para examinar a situação criada pela proclamação de independência do Partido Comunista Lituano, face ao PCUS. ■ O futuro governo namibiano reúne-se pela primeira vez em Windhoek para preparar a sua entrada em funções.

## 12

### Sexta-feira

O preço de venda ao público da batata sofre um aumento de 16,7 por cento, passando a custar um máximo de 42 escudos. ■ Cavaco Silva critica os Estados Unidos pela sua recusa em reconhecer o governo da República Popular de Angola. ■ É condenada na AR a violência desencadeada em Portugal por grupos de *skin heads*, bem como se reclama medidas sérias para a combater. ■ Os controladores de tráfego aéreo entregam pré-aviso de greve para os

dias 19, 20 e 21 do corrente mês. ■ O chefe de Estado soviético anuncia na Lituânia que será rapidamente estudado um mecanismo que regula a saída das repúblicas da União. ■ A Embaixada da Albânia desmente em Paris as notícias divulgadas de que teria sido decretado o estado de emergência naquele país balcânico. ■ O presidente do Conselho de Salvação Nacional da Roménia, Ion Iliescu, declara a ilegalização do Partido Comunista da Roménia.

## 13

### Sábado

As rádios associadas em cadeia, na sua reunião em Cascais, decidem continuar a emitir segundo o esquema que adoptaram, repudiando a decisão do Governo. ■ Decorre no Fórum Picoas, em Lisboa, uma assembleia do Instituto de Estudos Sociais. ■ O Conselho Nacional da JSD, reunido em Lisboa, decide manifestar reserva pelo modo como a remodelação governamental foi apresentada ao país. ■ A Interjovem realiza o seu primeiro Plenário Nacional para analisar a situação dos jovens face ao emprego. ■ Reúne o Conselho Nacional do PRD que decide a continuação da existência do partido. ■ A Frente Salvação Nacional anuncia que a decisão de ilegalizar o Partido Comunista da Roménia vai ser submetida a referendo popular no próximo dia 28 de Janeiro. ■ O dirigente da coligação salvadorenha de esquerda Convergência Democrática, Hector Oqueli e outro responsável da coligação, Gilda Flores, são assassinados na Guatemala. ■ O presidente George Bush envia uma delegação governamental à Ásia para acelerar a solução negociada da guerra do Afeganistão.

## 14

### Domingo

A direcção nacional do JCP considera em conferência de imprensa, realizada no final da sua reunião de dois dias, que estão criadas as condições objectivas para que 1990 seja um ano de acção e luta da juventude portuguesa. ■ A Associação de Pais da Escola Secundária do Feijó exige garantias de segurança nas instalações como condição para o regresso dos filhos às aulas. ■ Abre oficialmente, na presença do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, a Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Morte do Rei D. Luís. ■ Vinte e cinco pessoas são mortas na capital do Azerbaijão, Baku, durante uma série de  *pogroms*; no território de Nagorno Karabak prosseguem, entretanto, combates entre azerbaijanis e arménios. ■ O presidente peruano, Alan García, afirma que o Panamá não é dirigido pelo seu governo mas pelo departamento de Estado norte-americano. ■ O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja declara que o seu governo elaborou um plano de paz que prevê deixar à guerrilha *khmer* governar provisoriamente uma parte do Camboja.

## 15

### Segunda-feira

A costa da ilha do Porto Santo (Madeira) é atingida por uma maré negra, de origem desconhecida, que polui completamente as baías e praias da Serra de Dentro e Serra de Fora. Para já, 20 quilómetros de comprimento por dois de largura e 40 centímetros de espessura são a forma para esta mancha de crude, que as autoridades marítimas locais tentam controlar, embora um responsável regional declare não existirem na ilha meios eficazes para o combate a este tipo de situações. ■ Abre o ano lectivo para os caloiros da Universidade Portuguesa, com três meses de atraso. Na Faculdade de Letras de Lisboa esta abertura foi adiada para o dia 22. Abre-se o concurso para as cerca de 15 mil alunos não colocados este ano na primeira fase de acesso à faculdade; as vagas existentes são cerca de 800. ■ O coordenador da Associação Sindical da PSP, José Carreiras, é expulso pelo comandante do Corpo de Intervenção daquela polícia, tenente-coronel Governo Maia, quando Carreiras pretendia almoçar com os seus colegas, a convite destes. ■ As três confederações patronais criam o Conselho Nacional das Empresas Portuguesas para «defender as legítimas aspirações dos empresários portugueses». Na altura são tecidas críticas à política económica do Governo e advogam-se contactos bilaterais com as centrais sindicais. ■ Trabalhadores ferroviários, concentrados junto ao Ministério dos Transportes, decidem convocar uma greve para o próximo dia 26. ■ É decretado o estado de emergência no Azerbaijão, por decisão da presidência do Soviete Supremo da União Soviética. ■ Na Mongólia quatro mil pessoas manifestam-se «contra a burocracia» e o «lento processo de democratização» no país. ■ Na Bulgária o parlamento aprova a abolição dos artigos da Constituição relativas ao papel dirigente do Partido Comunista. ■ Na RDA, manifestantes de Berlim assaltam as instalações da Stasi (a polícia já antes dissolvida pelo Governo), destroem mobiliário, pilham os escritórios e saqueiam as reservas alimentares.

## 16

### Terça-feira

A maré negra que atingira ontem o Porto Santo, aproxima-se hoje da ilha da Madeira. O desastre ecológico vítima gaivotas e espécies marinhas, ameaça igualmente a Reserva Natural das Desertas, podendo assim transformar-se no maior acidente do género jamais ocorrido em Portugal. ■ Em entrevista à televisão, o primeiro-ministro, Cavaco Silva, diz que a remodelação governamental estava prevista desde o mês de Outubro, que só dois dos seus ministros dela tinham conhecimento, e que fora antecipada (Cavaco disse que estava prevista para a terceira semana de Janeiro), devido à apresentação de um pedido de demissão de Eurico de Melo.

região concentraram-se em estações e Câmaras das localidades afectadas.

Os jovens trabalhadores filiados na «Interjovem» da CGTP-IN, denunciam e protestam contra o aumento do desemprego juvenil, cuja taxa é superior à do dobro da taxa geral do desemprego; no acesso ao Ensino Superior, cujas estruturas já não comportam o afluxo dos jovens pretendentes, mais de 30 000 dos mais de 50 000 concorrentes ficaram de fora.

Neste agravamento em escalada das condições de vida e da contestação do povo estão na calha e já anunciados novos aumentos no preço da carne e dos produtos hortícolas.

Os dias vindouros vão exigir a resposta cada vez mais firme dos trabalhadores e do povo em geral contra a política do Governo.

Neste quadro se desenvolve a actividade dos comunistas, se projectam as suas iniciativas a curto e a médio prazo.

Na Assembleia da República o Grupo Parlamentar do PCP anunciou e solicitou o agendamento de uma interpelação ao Governo sobre a obtenção e utilização dos Fundos da CEE, principalmente para ocorrer às situações de emergência e calamidade da nossa produção agropecuária e sobre a aplicação das verbas do Fundo Social Europeu.

Também, em plena reanimação e reformulação da política autárquica após as eleições de Dezembro último, vai realizar-se um importante plenário dos eleitos comunistas das autarquias CDU.

Acordos sobre a gestão autárquica nas novas condições estão em negociação com outras forças nas autarquias em que a CDU tem a maioria absoluta ou relativa ou lá onde está em minoria. Êxitos importantes têm coroado os esforços unitários do PCP ao mesmo tempo que em algumas localidades a intransigência e as alianças com a direita de alguns autarcas socialistas impedem uma gestão democrática para a qual as eleições de Dezembro abriram condições excepcionalmente favoráveis.

Naturalmente, intensificam-se os preparativos para o XIII Congresso do PCP no qual se centram no momento actual parte importante das atenções e dos esforços dos organismos dirigentes e diversas organizações do PCP.

A Reunião Plenária do Comité Central na próxima semana terá como objectivo fundamental a preparação do Congresso e o exame da situação política nacional e internacional.

Sim, tempos de debate mas também tempos de iniciativa e de acção.

## Avante!

Profissionais de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
EDITORIAL «AVANTE!», SA  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
1200 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$00  
CRC matriculada: 47059  
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais;  
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES  
DE ÚLTIMA HORA  
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
Tel. 67 01 93  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

Composto e impresso na Heskla  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

## TELEVISÃO PRIVADA

# Compasso de espera ao ritmo do PSD

Ao permitir um assinalável avanço na clarificação das diferentes posições partidárias relativamente à televisão privada, o debate em plenário realizado em torno desta questão na passada semana, apesar de inconclusivo, revelou-se não só bastante oportuno como até decisivo no sentido de ser encontrado rapidamente em sede legislativa o necessário enquadramento legal para a actividade de radiotelevisão.

E, se mais não se avançou tal ficou a dever-se por inteiro ao PSD e ao seu Governo, os quais, manifestamente ultrapassados por esta iniciativa legislativa do PS, fechando-se em copas, melhores razões não encontraram para explicar o seu atraso em relação a este processo do que invocar a necessidade de ser primeiramente discutida a questão da Alta Autori-

sentar à Assembleia as suas próprias propostas sobre as matérias em causa.

Só que não o fez (ficou agora a promessa de ser entregue uma proposta até ao final do mês) e este terá sido um dos motivos que levou o PS a avançar agora com o seu projecto, numa clara jogada de antecipação tendente a tirar à maioria governamental a «bandeira» da tele-

assumira perante o eleitorado e que até ao momento continuam por cumprir.

Com a baixa à Comissão por trinta dias e enquanto se aguarda pela discussão do caso Alta Autoridade (agendada para dia 23) e pela chegada ao palácio de S. Bento da proposta do Executivo, em banho-de-maria, pois, vai continuar esta matéria, em relação à qual, o Governo, sublinhe-se, no decorrer do debate, pouco abriu a boca.

Uma postura que muito provavelmente não será, porém alheia à circunstância de ao Governo de Cavaco Silva lhe dar muito jeito manter as coisas no estado em que estão. É que, como foi referido, é legítima a suspeita de que o Executivo quer proceder ao concurso público antes das eleições de 1991 mas suficientemente tarde para que os operadores só comecem a transmitir posteriormente.

Considerando o projecto socialista como «globalmente positivo», mesmo que «lacunoso e polémico», de acordo com as palavras de José Manuel Mendes, o Grupo Parlamentar do PCP chamou entretanto a atenção para o facto de subsistirem diversas ambiguidades e de não serem adiantadas soluções



para algumas questões consideradas nevrálgicas.

Referenciando algumas dessas questões, os deputa-

dos comunistas António Filipe e Victor Costa lembraram nomeadamente as relacionadas com os meios de transporte e

difusão do sinal e as formas de garantir a isenção e o pluralismo nas futuras estações emissoras.

### Intervenção do deputado comunista António Filipe no «Em Foco»

dade para a Comunicação Social e, só depois, a lei da actividade da televisão.

Uma falsa questão convertida em expediente dilatatório, como o debate veio a comprovar, uma vez que se verificou não ser incompatível a discussão em paralelo dos dois diplomas, isto sem referir que o Executivo tivera já mais que tempo para apre-

visão privada.

E avançou não para «seguir à risca o programa do Governo no que ele é essencial», como a despropósito insinuou o secretário de Estado Carlos Encarnação, mas sim, bem pelo contrário, como salientou Arons de Carvalho (PS), para obrigar o Governo, neste domínio, a honrar os compromissos que

## Hoje, no Parlamento, por iniciativa do PCP

# Em debate novo seguro agrícola

Tornar o seguro agrícola mais eficaz e acessível aos agricultores, ampliando a sua incidência com vista a melhorar a segurança da actividade produtiva, tais são, em substância, os principais objectivos do projecto-de-lei que instituiu um novo regime para aquele tipo de seguro e que constitui uma das matérias que preencherá os trabalhos parlamentares de hoje.

Elaborado e agendado por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, o diploma pretende alterar substancialmente o actual seguro de colheitas, cujas virtualidades estão reconhecidas dadas como esgotadas, não satisfazendo nem agricultores nem companhias seguradoras.

Isto porque, segundo o regime vigente, os contratos obrigam ao pagamento de um conjunto de riscos, os quais, na sua maior parte, na prática, têm nulidade ou diminutas probabilidades de ocorrência ou comprovação, fazendo ainda depender as indemnizações dos riscos cobertos de datas estabelecidas previamente

na lei, daqui resultando que, em caso de acidentes climáticos, fora desses períodos, já a cultura não está coberta, não havendo lugar às correspondentes compensações.

Em face disto, trata-se, pois, de conferir credibilidade ao seguro agrícola e de permitir a sua expansão, com isso se procurando responder às novas exigências que hoje se colocam à nossa agricultura, nomeadamente à sua modernização e ao aumento da eficiência económica das explorações.

Nesse sentido, de acordo com o articulado do projecto do PCP, pretende-se conseguir a melhoria dos conceitos, sistemas e regras de cobertu-

ras de riscos; impedir o encarecimento desnecessário do seguro (não obrigando a incluir nas diversas linhas de cobertura de riscos aqueles cujas probabilidades de ocorrência são diminutas ou nulas); alargar e diversificar as modalidades do seguro e das culturas, produtos e coisas; e melhorar substancialmente a relação entre os riscos cobertos e o custo do seguro.

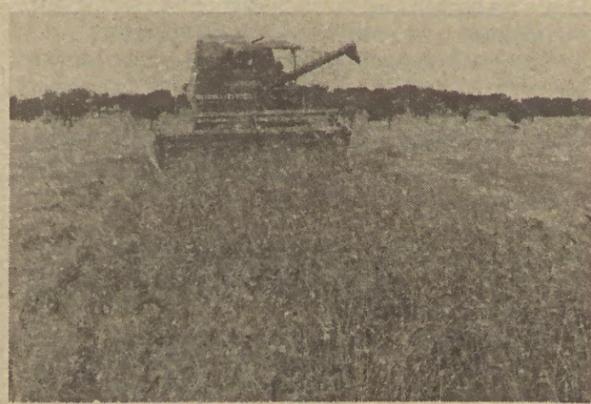
### Apoio dos agricultores

Várias organizações de agricultores manifestaram já entretanto a sua concordância com o conteúdo da iniciativa legislativa que os deputados irão hoje analisar. É o caso da FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas) que ainda na passada semana, em reunião na Assembleia da República com deputados do PCP, fez questão de sublinhar através do seu dirigente João Serra que se trata de um diploma

«indispensável» por forma a que «os agricultores tenham no futuro mais segurança».

Nessa mesma ocasião o deputado comunista Lino de Carvalho chamou ainda a atenção para alguns aspectos inovadores do projecto-de-lei, referindo nomeadamente os novos critérios de avaliação dos prejuízos e correspondente cálculo das indemnizações, o seguro integral das plantações, o seguro multi-riscos e as seis modalidades específicas abrangendo áreas como: culturas agrícolas; produtos florestais; pecuária, feno, palhas e pastagens; máquinas, alfaias e equipamentos agrícolas; e estruturas de exploração.

Destinado também a ouvir as organizações de agricultores sobre os prejuízos causados pelos recentes temporais, o encontro permitiu sobre esta matéria, após circunstanciada informação dos presentes, apurar com



algum rigor a dimensão da tragédia, sendo unânime a opinião de que as perdas em culturas e outros bens agrícolas abrangem praticamente todo o País.

Referindo-se a esta questão, Joaquim Casimiro, da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), salientou a necessidade de haver indemnizações a fundo perdido e um reforço dos créditos bonificados, dilatando sobretudo o seu espaço de paga-

mento, porquanto, observou, «os juros são altíssimos».

Para lá dos deputados comunistas Rogério de Brito, Lino de Carvalho e Joaquim Teixeira, participaram no encontro representantes da Confagri, CNA, Fenca, Associação de Lavoura do distrito de Aveiro, Associação dos agricultores do distrito de Setúbal, Cooperativa União Pinhalnovoense e Federação dos Agricultores do distrito de Leiria.



Rodney  
Arismendi

## A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA



## Mau pagador

Não há nada como realmente. Anda uma pessoa para aqui a esforçar-se para acreditar que vale a pena um benefício da dúvida; Anda uma pessoa a reservar-se de ter reservas ou no mínimo a abster-se de expressar as reservas que se reserva o direito de ter; Anda uma pessoa, enfim, a tentar preservar uma certa dose de confiança no próximo; Quando, zás, leva com um balde de água fria em cima. Ou uma desilusão. Quer dizer, desilusão, também não é bem, que para isso é preciso ter havido ilusão, o que a falar verdade não era o caso. Mas apanha certamente com qualquer coisa, caramba, que uma pessoa não é de ferro. E isto de não haver ministros das Finanças sem ter que se lhe digam já começa a ser de mais. Não falamos, naturalmente, de política de Finanças, que dessas é certo e sabido que quase ninguém gosta e, se geram consensos, é só no mal dizer. Pelo menos até à data em que apareça por aí um ministeriável capaz de resistir à tentação de passar os dias a inventar maneiras, subterfúgios, subtilezas de levar o pagante - nós - a encher os cofres do Estado à custa do esvaziamento da sua bolsa. Um ministeriável, por exemplo, que acertasse nas contas da inflação, baixasse os impostos, promovesse a riqueza do país sem apostar na pobreza dos portugueses... Mas isso são outras contas e até nem têm nada a ver com a matéria em questão. Quanto mais não seja devido ao facto elementar de até à data o novo titular da pasta em referência não ter feito declarações nem tomado qualquer medida que o fizessse entrar na história do descontentamento nacional. Ou porque o antecessor lhe deixou a papinha feita, ou por falta de tempo, ou de vocação, ou de outra coisa que o tempo dirá. O pior é que cá pela urbe, se pela boca morre o peixe, pela imprensa se lhe descobre a careca, salvo seja. Então não é que ainda o novo ministro mal tinha começado a aquecer o lugar no ministério e já andava nas bocas do mundo com fama de mau pagador? A história veio a lume no passado fim-de-semana, em letra de imprensa de um semanário e não mereceu, até ao momento, qualquer desmentido. O que, se não confirma, também não contraria. Preto no branco, reza a notícia que o actual ministro das Finanças, de sua graça Miguel Belezza, anda a contas com a justiça pelo não pagamento integral de uma obra mandada fazer na sua residência. Dispensam-se aqui os pormenores, se as obras foram na cozinha ou na casa de banho - intimidades irrelevantes que o tribunal se lhe aprouver se encarregar de esmiuçar - pois para o caso tanto faz. O que importa é que o casal Belezza mandou fazer obras e na hora fatídica de pagar a dolorosa não se conformou com os por cento de IVA - que tanto jeito fazem nas contas do ministério - e vai daí não pagou. Voilá! Obras destas quem as não faria? Mas atenção, nada de mal entendidos, pois as coisas não ficaram por aí. Tempos depois... o advogado do casal terá enviado ao empreiteiro um cheque de valor inferior ao montante constante da factura, considerado - o montante - o adequado valor dos serviços prestados e dando como saldada a dívida, Fácil, fácil. É escusado experimentar a receita que não dá resultado. Os fornecedores de bens e serviços não vão na cantiga e ninguém fica com a casa remodelada pelo preço que entender. O empreiteiro em causa também não foi e vai daí fez o que seria legítimo esperar: apresentou queixa no tribunal. E assim chegamos à peculiar situação de termos acabado de assistir à tomada de posse de um novo ministro das Finanças a braços com uma acção na justiça por - pasme-se - calote. Só cá faltava este, depois dos outros todos. Se a remodelação de Cavaco já tinha que se lhe dissesse, com este particular ainda ficou mais ouro sobre azul. É caso para se dizer que foi uma remodelação na continuidade.

■ AF

### Assembleia da República

## Governo sem credibilidade

### • Anunciada interpelação do PCP ao Governo

O Grupo Parlamentar do PCP iniciou o processo tendente à realização de uma interpelação ao Governo sobre política geral centrada em questões relacionadas com a posição portuguesa face à CEE, anunciou terça-feira na Assembleia da República o deputado Jerónimo de Sousa.

Esta decisão, tomada ao abrigo das disposições constitucionais, tem em vista abordar com especial incidência as circunstâncias e políticas relativas à distribuição e aplicação dos fundos comunitários, e decorre do desaire eleitoral do PSD e do mais recente falhanço que envolveu a operação de remodelação do Executivo.

Remodelação que Jerónimo de Sousa analisou detalhadamente pondo em relevo a «forma atribiliária e desordenada» como ocorreu e que, a seu ver, foi consequência directa das grandes lutas sociais do ano transacto, do desprestígio que se abateu sobre alguns ministros e das «pesadas derrotas políticas e eleitorais que atingiram o PSD e o Governo».

Assim, a substituição de vários ministros e a dança registada ao nível de secretários de Estado, longe de reflectir um alargamento ou retoma dos apoios de Cavaco Silva e do seu Governo, antes revela, na perspectiva dos parlamentares do PCP, o seu crescente isolamento social e político, inclusivé dentro do próprio PSD.

«É mesmo uma chicotada psicológica à Cavaco Silva. Renova-se o contrato ao treinador e demite-se a equipa toda», salientou ainda Jerónimo de Sousa numa alusão à circunstância de vários secretários de Estado terem sido «libertados» das suas funções, enquanto os respectivos ministros continuarem a ocupar os seus cargos, como sucedeu no Ministério das

Obras Públicas e Comunicações, de onde foram varridos todos os secretários, desde o dos Transportes à habitação, passando pelas Comunicações.

A teimosia e insistência de Cavaco Silva em prosseguir a todo o custo a sua orientação governativa foi outro dos aspectos para o qual o deputado do PCP chamou a atenção da Câmara, dando como exempló desta política, que mereceu a sua rigorosa condenação, os recentes aumentos em bens essenciais, o reduzido aumento do salário mínimo nacional, o encerramento de nove troços de via férrea, a insensibilidade para acudir às populações atingidas pelos temporais e os muitos milhares de jovens que viram frustrados os seus sonhos de ingressarem na universidade.

Depois de recordar que apesar da ofensiva do Governo os trabalhadores têm sabido «resistir, lutar e alargar a sua unidade», Jerónimo de Sousa realçou a importância

de aprofundamento e da busca de convergência das forças democráticas em ordem a construir, como expressão institucional «a alternativa democrática a um Governo que já não é credível aos olhos da maioria do povo português».

### Universidade de Coimbra

Lugar de relevo na sessão de terça-feira ocupou ainda a questão dos festejos do 7.º centenário da Universidade de Coimbra. Levada a plenário no período antes da ordem do dia pelo deputado comunista Victor Costa, tratou-se sobretudo de denunciar a pretensão do Governo de ser este a promover aquelas comemorações.

Anunciada antes de 17 de Dezembro — numa «grosseira manobra eleicoeira», segundo as palavras de Victor Costa — esta decisão afigura-se assim como reveladora da insensibilidade do Governo ao significado da autonomia universitária.

## Cheias no Ribatejo

# Urge disponibilizar verbas de auxílio

O primeiro balanço no distrito de Santarém à actuação das várias entidades envolvidas na resolução dos problemas causados pelas cheias põe em relevo a existência de dificuldades na coordenação entre as mesmas (particularmente no caso da protecção civil e dos bombeiros) e a necessidade de dotar as câmaras municipais de mais e melhores meios.

Apurada em recente reunião no Governo Civil daquele distrito, esta conclusão foi levada ao plenário da Assembleia pelo deputado comunista Sérgio Ribeiro no decorrer de uma intervenção onde este reafirmou a vontade de não pactuar com silêncios que calam «os remendos que se vão atamancando» ou as tentativas de «alijamento das responsabilidades» de quantos parecem querer ficar calmamente à espera da «próxima cheia».

Apesar dos prejuízos ainda não terem sido inventariados na sua totalidade, Sérgio Ribeiro defendeu que isso não deve constituir pretexto para que não sejam imediatamente disponibilizadas as verbas para o indispensável auxílio às populações e autarquias.

Aproveitando o ensejo para abordar outras questões relacionadas com o distrito de Santarém, círculo pelo qual foi eleito, o deputado comunista comentou o problema da nova ponte rodoviária e ferroviária sobre o Tejo em Abrantes, para servir a Central do Pego, cuja construção, segundo notícias vindas a público, foi adjudicada pela EDP a uma empresa privada pelo valor de um milhão e 400 mil contos. Um negócio no mínimo curioso, porquanto, como observou, quando se fala na venda de «certas unidades de produção com o objectivo de aliviar o endivi-

damento da EDP», antes de todas a Central do Pego, acaba por ser aquela a «pagar a ponte que servirá a Central que se privatizará para ajudar a situação finan-

ceira da empresa pública...»

Sérgio Ribeiro manifestou por outro lado, a sua preocupação quanto à degradação que se vem registando na Ribeira de Seiza — «uma bacia hidrográfica de raras e múltiplas qualidades», segundo as suas palavras —, aludindo ainda as várias rodoviárias que ligarão Santarém à auto-estrada Lisboa-Porto.

A este respeito, chamou a atenção para as «repercus-

sões graves no sistema ecológico» que implica a construção dos sublanços Torres Novas-Fátima e Fátima-Leiria, salientando que «são mais do que insuficientes «os estudos de impacto ambiental» realizados e mais que evidentes as «provas de menosprezo, ou desprezo», por parte da Junta Autónoma das Estradas e das empresas concessionárias relativamente a tais questões.

## Encerrada desde as férias do Natal Escola Bocage aguarda medidas do Governo

A acentuada degradação que atinge a Escola Preparatória Bocage de Setúbal, impedindo a existência de condições mínimas para o seu regular funcionamento, levou a que as suas portas não reabrissem após o período de férias do Natal, sendo de momento desconhecidas quais as medidas que as entidades responsáveis pensam adoptar para ultrapassar os problemas.

Contra esta inércia do Ministério da Educação, que esteve aliás na origem da decisão dos professores em encerrar a escola, se têm pronunciado encarregados de educação e alunos, tendo levado já também a deputada comunista Odete Santos, em requerimento dirigido ao Governo, a questionar este sobre as medidas que pensa aplicar para ultrapassar a situação actual.

Uma situação que, como se pode depreender do texto do requerimento, chegou a um estado de verdadeira ruptura, porquanto, como salienta Odete Santos, «há infiltrações da água na rede eléctrica e em salas de aulas», o pavimento da escola não foi reposto e os pavilhões e mobiliário

escolar encontram-se completamente degradados.

Como se isto não bastasse, salienta a deputada comunista, acresce a redução do pessoal auxiliar de acção educativa, a exemplo do que sucedeu nas outras escolas preparatórias e secundárias do concelho, onde de resto o panorama se caracteriza por idêntica degradação.

### Voos rasantes em Beja

Objecto de requerimento entrado na mesa no final da passada semana foi também, por sua vez, a questão dos voos rasantes que desde há longo tempo vêm afectando várias freguesias do concelho de Beja, designadamente a de Beringel.

Dirigido ao Ministério da Defesa Nacional, o requerimento subscrito pelos deputados comunistas Manuel Filipe, Lourdes Espanhol e Luis Bartolomeu questiona nomeadamente aquela entidade sobre se tem conhecimento do problema e das nefastas consequências que o mesmo exerce sobre as populações abrangidas, inquirindo por outro lado sobre as medidas e soluções que urge implementar.

Trabalhadores

Com novos mínimos

# Continua a política de baixos salários

■ O Governo podia e devia ter fixado o salário mínimo no valor defendido pela CGTP

Em posição tornada pública em 9 do corrente, a CGTP considera que o Governo podia e devia ter fixado o salário mínimo no valor de 37 mil escudos mensais, como por mais de uma vez a Central reivindicara. Segunda-feira passada, dia da apresentação pública do recém-criado Conselho Nacional das Empresas Portuguesas (CIP, CAP e CCP), a CGTP, que participou numa mesa-redonda na «Antena 1» com a nova organização patronal, anunciava que seria recebida anteontem pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva.

Ao justificar a sua posição perante o salário mínimo nacional (SMN), a Central acrescenta que não existem «consequências económicas incompatíveis» com os 37 mil escudos mensais que reivindicava. O Governo, ao agir como agiu, sancionou, «uma vez mais, uma política de baixos salários».

Sublinha a CGTP que o valor agora fixado para o SMN da indústria, comércio e serviços representa um aumento de apenas 11,1 por

cento em relação ao SMN em vigor desde 1 de Julho (31 500 escudos) e dá 13,8 por cento, tendo em conta «a média dos valores do SMN em 1989 (30 750 escudos)».

### Actualização «profundamente insuficiente»

A CGTP apresenta três razões que considera «fundamentais» para a actualização insuficiente do SMN aprovada pelo Conselho de Ministros para vigorar a partir de 1 de Janeiro:

A primeira é que «o salário mínimo não irá acompanhar o aumento da inflação e a absorção total dos ganhos de produtividade, hipótese que o grupo de trabalho para o SMN considerou no seu relatório e não foi considerada pelo Governo».

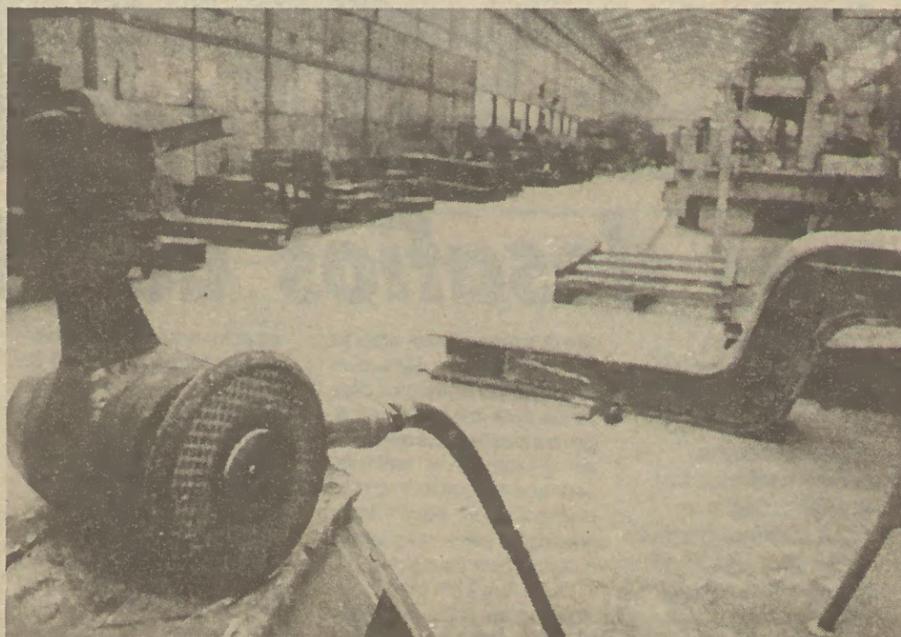
A segunda diz respeito ao facto de «o salário médio dos trabalhadores não qualifi-

cados» ser já hoje da ordem dos 37 mil escudos, «segundo estatísticas oficiais, sendo este o valor reivindicado pela CGTP-IN».

A terceira e última razão apresentada pela CGTP é relativa à circunstância de o salário mínimo (SMN) não ter acompanhado nos últimos anos «o aumento geral dos salários». O mesmo acontecerá provavelmente este ano — assinala a Central — o que «indica a redução da eficácia social do salário mínimo».

No entender da CGTP os três valores do SMN (doméstico; agricultura; indústria, comércio e serviços) devem ser unificados. Deve haver um só SMN — o que decorre, aliás, da aplicação da lei vigente.

A CGTP considera que, pelo menos e para já, é exigível a aproximação dos três valores do SMN, designadamente porque «existe ainda uma diferença muito grande e injustificada entre o salário mínimo da indústria, comércio e serviços e o salário mínimo do serviço doméstico», conclui.



Aspecto das oficinas da Sorefame, na Amadora. A entidade patronal, protelando as negociações do aumento salarial, que deverá vigorar deste mês em diante, obrigou o plenário de trabalhadores e os seus sindicatos a recorrer à paralisação parcial. Se as negociações não progredirem, a Sorefame volta a parar hoje por dois períodos de uma hora, à semelhança do que aconteceu anteontem, devido à intransigência patronal.

## Rodoviária Criticada alteração do estatuto público

Embora ache necessário proceder à reestruturação da Rodoviária Nacional (RN), a organização do PCP naquela empresa pública entende-a no quadro do diálogo e da participação dos trabalhadores.

Segue-se uma nota emitida sobre o assunto na passada segunda-feira:

«1. O Governo PSD, na linha da sua estratégia de privatização, alterou o estatuto público da Rodoviária Nacional.»

«2. Esta alteração confirma a política de direita, que vai no

sentido de criar condições para entregar ao grande capital o património público de que a RN faz parte».

«3. Trata-se duma medida que, nada tendo a ver com a melhoria de funcionamento da empresa, vem pôr em risco os direitos dos trabalhadores e afectar o serviço prestado aos utentes e à população em geral».

«4. A coordenadora nacional do PCP na Rodoviária Nacional sublinha a necessidade de discussão destes problemas no seio dos trabalhadores da RN, para o fortale-

cimento da sua unidade em torno da defesa dos seus direitos e da melhoria das suas condições de vida».

«Entende ser necessário e urgente tomar medidas de reestruturação da empresa, com a participação dos trabalhadores, medidas essas que a tornem eficiente e melhorem a qualidade dos serviços que presta; uma reestruturação que aproveite as suas potencialidades, tornando-a uma empresa moderna e com condições para enfrentar as exigentes condições do mercado único europeu».



## Vidreiros comemoram o 18 de Janeiro

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira promove hoje na Marinha Grande as comemorações alusivas à passagem do 56.º aniversário do levantamento popular armado, que há 34 anos procurou repor a liberdade sindical interdita pelo «estatuto do trabalho» fascista.

As comemorações incluem uma romagem ao cemitério local e uma deposição de flores no monumento erigido naquela cidade. Foi também anunciado um espectáculo no Teatro Stephens, com início às 16 horas.

O Sindicato dos Vidreiros anunciou também, para depois de amanhã, sábado, uma sessão de cinema oferecida aos filhos dos associados.

## União de Vila Real Congresso em Março

A União dos Sindicatos de Vila Real, organização intermédia da CGTP, efectua em 17 de Março próximo o seu 2º Congresso. Segundo a Comissão Executiva do Conselho Distrital da USVR, participarão «cerca de 150 delegados dos mais diversos sectores de actividade e de todos os concelhos do distrito de Vila Real».

A iniciativa, anunciada para o auditório de geociências da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tem por objectivo debater a actividade realizada nos últimos três anos, e aprovará as linhas programáticas da acção sindical a desenvolver no próximo triénio.

### Regionalização na agenda

O Congresso, que elegerá o Conselho Distrital da União

para o mesmo período, abordará, segundo a CE, «grandes questões de importância para o distrito e, em particular, para os trabalhadores, como sejam, as questões sobre o emprego, o desenvolvimento regional, a regionalização, os salários, a saúde e a segurança social, a formação profissional, o ambiente, o ensino, a higiene e segurança no trabalho».

Os sindicatos filiados ou não na USVR elegerão os delegados ao Congresso que, entre outras questões, discutirá e apontará linhas de rumo para questões tão importantes como a organização, o reforço da acção sindical nas empresas e a campanha nacional de sindicalização.

## EDP Comissão de luta

A Comissão de Trabalhadores da EDP, depois de reunir, as ORT (comissões representativas), quinta-feira passada no Teatro Villaret, em Lisboa, decidiu constituir «uma comissão de luta para a defesa da EDP». A comissão criada pelos 300 representantes das organizações representativas dos trabalhadores (ORT:CT e comissões sindicais da CGTP e da UGT) afirma, segundo o plenário, que «irá desenvolver um conjunto de acções que poderão incluir o recurso à greve».

Em causa está, segundo a Comissão de Trabalhadores da EDP, a situação da empresa bem como, expressamente, «a degradação do serviço prestado e as consequências, quer para os consumidores, quer para os trabalhadores, das anunciadas intenções do Governo de dismantelar e privatizar a empresa».

## IMPrensa SINDICAL

**O Bancário.** Com variada informação sectorial, foi distribuído este órgão do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, sediado em Lisboa. Barbosa de Oliveira, presidente da direcção, publica nas páginas centrais do boletim um artigo intitulado «O Sindicalismo no Futuro». O órgão de informação do SBSI, dirigido por Pinto de Carvalho e Fátima Amaral, insere, entre outras matérias, notas e comentários sobre as GOP's (Grandes Opções do Plano), Segurança Social e direitos sociais dos consumidores.

**Laboral.** Relativo a Novembro e Dezembro do ano findo, o órgão da Federação

dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, além de lembrar na primeira página o que foi (é) o «regabofe» dos aumentos de 56 por cento para os membros do Governo, destaca que a «CGTP-IN reivindica aumentos salariais que reponham a perda do poder de compra». Destaque também, nas páginas interiores, para o que se passa no sector das moagens, onde as fábricas continuam a fechar. O «Laboral» refere a Moagem do Crato, Moagem e Electricidade, Vasques Fadista, e Farinhas & Gueifão. O boletim alude ainda a «muitas outras» que «se encontram a laborar muito abaixo das suas capacidades».

## «Desporto é vida»

Termina em 9 de Fevereiro próximo a VII Quinzena Cultural Bancária. Subordinada ao tema «Desporto é Vida», a iniciativa em curso é organizada pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. O SBSI, com sede em Lisboa, incluiu na Quinzena uma exposição de escultura, pintura, desenho e fotografia, que

pode ser vista no Palácio Foz.

No âmbito da mesma iniciativa, foi anunciado para o passado dia 15, o lançamento de um livro intitulado «O Desporto na Poesia Portuguesa». Na edição colaboraram a Direcção-Geral da Comunicação Social, que cedeu o espaço para a expo-

sição e para o lançamento do livro, e o Museu Nacional do Desporto, com a cedência de algumas das suas peças, que podem ser vistas no Palácio Foz.

Um dos principais objectivos da exposição e do resto da VII Quinzena é prestar homenagem ao desportista-trabalhador da banca. Re-

corde-se que Carlos Lopes e Fernando Mamede são destacados representantes nacionais e internacionais da actividade desportiva entre os bancários, que o SBSI tem desenvolvido, designadamente no campo da ginástica, circuito de manutenção, ténis e futebol de salão.

PCP

AVEIRO

# Os militantes do PCP no distrito e os desafios de 1990

A 2ª Assembleia da organização distrital dos comunistas de Aveiro vai realizar-se no segundo semestre deste ano, estando em perspectiva outras assembleias e reuniões da organização. Estes e outros assuntos estiveram no centro do debate realizado no passado dia 13, no âmbito de um encontro distrital de quadros comunistas de Aveiro, destinado à apreciação dos resultados eleitorais de 17 de Dezembro e, **fundamentalmente, à preparação do trabalho da organização distrital do Partido no ano 1990 que agora começa.**

A reunião registou a presença de cerca de uma centena de militantes do PCP, membros dos organismos de direcção, eleitos em autarquias, sindicatos ou outras organizações representativas. A intervenção de abertura foi feita por **Sérgio Teixeira**, da Comissão Política do Comité Central, sendo a mesa constituída também por **Joaquim Almeida da Silva** e **Renato Silva**, do Comité Central, e por **Eduardo Rebelo** e **María Manuela Silva**, da Distrital do Partido.

Foram apreciadas diversas informações prestadas pelos participantes pondo em destaque as diversas movimentações da classe operária e de outros trabalhadores em luta, seja pela redução do horário de trabalho ou por outras reivindicações, designadamente as revisões salariais em vários sectores.

A constatação de que algumas dessas movimentações se saldaram em importantes vitórias permite concluir sobre a utilidade da luta e sobre as possibilidades de êxito das acções contra os aspectos negativos da actuação do Governo e do patronato do distrito.

Outras questões e problemas que afectam a popula-

ção aveirense foram objecto de informação e análise, com destaque para os danos causados pela intempérie e pelas inundações nos sectores agropecuários e salícola, pelo que se subscrevem as exigências de rápida compensação pelos prejuízos a quantos foram atingidos.

Outro tema em foco foi «a situação da **juventude**, que se conta entre as principais vítimas da degradação da situação social e dos padrões éticos, sendo preocupante a evolução do consumo de drogas e da prostituição», como refere o apontamento de conclusões divulgado pela Distrital do Partido.

Foi à luz destes e de outros elementos que os quadros do PCP apreciaram a recente **remodelação** ministerial, consequência directa da derrota política e eleitoral do PSD, tendo verificado que ela atingiu principalmente aqueles membros do Governo que foram objecto de maiores lutas e movimentos de contestação.

Mas é necessário sublinhar que, com mais ministro ou menos ministro, este é o mesmo Governo que nos brindou, no final do ano transacto, com aumentos de preços de bens e serviços essenciais, entre 9 e 11%, o que põe ainda mais em causa o objectivo manifestado pelo Governo de uma inflação entre 9,5 e 10,5%, em 1990.

Apesar da fragilidade evidenciada na remodelação, Cavaco Silva não deixará de aproveitar esta operação de cosmética para o lançamento de algumas acções demagógicas pelo que se torna necessário afirmar que este é o Governo da direita e do grande capital e que só o prosseguimento da luta fará recuar a sua política, como sublinham os comunistas aveirenses.

## Ainda as eleições autárquicas

A reunião de quadros do PCP concluiu que o principal

aspecto resultante das eleições autárquicas de 17 de Dezembro reside na pesada derrota do PSD, que perde no distrito 4 das Câmaras que dominava, PSD que pretendia ganhar todas as 19 Câmaras do distrito.

Este resultado do PSD foi acompanhado pela subida eleitoral do Partido Socialista que capitalizou o descontentamento provocado pela acção governativa do PSD e pela má gestão autárquica em Câmaras de direita.

Foram constatadas as condições particularmente difíceis para a CDU em que as eleições autárquicas foram realizadas. Não deixando de discutir as causas que residem nas deficiências da nossa actividade, foram, todavia, salientadas questões de carácter regional (reduzi-la expressão da CDU nos órgãos cessantes, polarização nas Presidências) e outras de âmbito mais geral (imagem branqueada do PS, a mudança de símbolo, a campanha directa ou indirectamente movida contra o PCP) como factores importantes que influenciaram os resultados eleitorais.

É neste quadro de dificuldades que emergem como muito significativos os resultados concelhios de **Sever do Vouga** e de **Espinho** que se traduziram em subida de votação e, em Espinho, na eleição de um **vereador**, bem como o reforço de importantes votações em muitas freguesias com destaque para a vitória da CDU em **Fiães**, uma vez mais por maioria absoluta.

Mas, considerando a globalidade dos resultados conseguidos, assistiu-se a uma descida da CDU, em votos e em mandatos, não tendo sido atingidos os objectivos globais distritais anteriormente definidos e anunciados.

A redução da presença da CDU nos órgãos autárquicos do distrito será prejudicial à defesa dos interesses da população já que tem sido demonstrado que são os comunistas e os seus aliados

quem, nos órgãos das autarquias, melhores provas têm dado na defesa de tais interesses, lembra a Distrital de Aveiro.

Os eleitos comunistas nas autarquias locais continuarão a pautar a sua actuação pela colaboração com os eleitos das outras forças políticas contribuindo para a resolução dos problemas. Mesmo não estando representados nos órgãos, os militantes do PCP não deixarão de pedir contas às maiorias agora eleitas exigindo o cumprimento das promessas, como foi salientado na reunião do passado dia 13.

Foi verificada a justeza da posição das organizações concelhias do Partido que endereçaram convites ao PS no sentido da abordagem conjunta daquelas eleições. Se a convergência eleitoral tivesse sido conseguida a direita teria perdido, no distrito, mais 3 ou 4 Câmaras. A inexistência de convergências conduziu, de facto, a novas maiorias absolutas da direita e significou o fracasso de várias tentativas bipolares. Os resultados eleitorais comprovaram que a alternativa à direita passa pelo PCP.

## Planificação de debates

Os quadros do PCP presentes na reunião distrital tomaram conhecimento e discutiram as resoluções e ideias da Comissão Distrital de Aveiro do PCP quanto ao trabalho a desenvolver em 1990, bem como os aspectos relacionados com a realização do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP.

Tendo sido sublinhada a importância dos objectivos do XIII Congresso (o exame aprofundado das alterações na situação nacional e internacional e o exame crítico e autocrítico da orientação seguida e do trabalho realizado pelo Partido, visando reforçar a capacidade de intervenção do PCP na vida nacional) os presentes na reunião consideraram que existem as condições necessárias para **um efectivo debate no interior do Partido.**

As organizações do Partido no distrito irão proceder à planificação dos debates e reuniões preparatórias apelando a todos os militantes para que participem de forma aberta, franca e fraterna, para que o Partido responda com êxito às novas situações e aos desafios do futuro.

Foi dada informação sobre a realização, no ano em curso, de algumas Assembleias de Organização do Partido no distrito, sendo de destacar, pela sua importância, a realização, no segundo semestre, da 2ª Assembleia da Organização Distrital, que procederá à eleição do organismo de direcção distrital.

## Campanha dos 150 mil

Ainda acerca do plano de acção para os próximos meses foi realçada a importância do relançamento da campanha nacional dos 150 mil contos para pagamento dos terrenos da Festa do Avante, iniciativa da maior importância política e financeira, pelo impacto e adesão que despertou dentro e fora do Partido.

Apelando a que ninguém fique sem dar a sua contribuição, a reunião distrital de quadros do PCP constatou a necessidade de aliar esta campanha às restantes tarefas políticas do momento.

## Aprofundar o conhecimento das realidades

Ainda sobre a actividade da Organização Distrital do Partido e após a discussão de diversas medidas de direcção que irão ser tomadas foi decidido que, em simultâneo com a actividade geral do Partido e com as tarefas já referidas, deve existir atenção especial e medidas concretas visando, entre outras questões:

! O aprofundamento do conhecimento da realidade política, económica e social do distrito e, em particular, das alterações que aqui vão ocorrendo nos últimos anos;

! O estudo cuidadoso dos resultados eleitorais por forma a melhorar a intervenção do Partido;

! A análise realista dos efectivos partidários por forma a clarificar situações que se arrastam há vários anos;

! O alargamento e a dinamização da luta dos trabalhadores em torno da defesa dos seus interesses;

! O efectivo conhecimento dos problemas da juventude e a intervenção para a mobilização dos jovens para a sua resolução.

# Almada: encontros do PCP com partidos democráticos

A Comissão Concelhia de Almada do PCP reúne nos próximos dias 17 e 18 do corrente mês com a Direcção Concelhia do Partido Socialista para análise conjunta das perspectivas de trabalho futuro ao nível autárquico.

No seguimento das conclusões da reunião do CC do PCP de 19 e 20 de Dezembro, a Comissão Concelhia de Almada do PCP encetou contactos com os partidos democráticos do concelho, com o objectivo de analisar os resultados eleitorais de 17 de Dezembro e perspectivar as possibilidades de trabalho futuro na frente autárquica.

Esta iniciativa permitiu a realização, a nível concelhio, de encontros com o PS e o MDP/CDE, respectivamente nos dias 3, 10 e 13 de Janeiro, no primeiro caso e no dia 11, no segundo. Dos encontros então realizados resultou a necessidade de prosseguir os contactos interpartidários, o que agora se concretiza.

Ao contrário do que chegou a ser noticiado em alguns órgãos de comunicação social, o PCP — agora como antes das eleições autárquicas — continua empenhado em promover o diálogo com

as forças democráticas do concelho, com o objectivo de criar as melhores condições para o reforço do Poder Local democrático e a defesa dos interesses da população do concelho.

## Camaradas Falecidos

### Daniel Pinto

O secretariado da célula do Bairro «2-B», no Alto Seixalinho, Barreiro, participa com mágoa a morte de **Daniel Pinto**, de 71 anos, camarada activo nas tarefas que lhe foram distribuídas pela organização.

### Dolores Medeiros

Recentemente faleceu a nossa camarada **Dolores Medeiros**, resistente antifascista, candidata pelo PCP em actos eleitorais na região do Algarve.

### Fernanda Loureiro

Com 56 anos, faleceu a militante comunista **María Fernanda Loureiro**, organizada na célula das agências de navegação, do organismo dos transportes da ORL do PCP.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

# Um alerta do Montijo Cortes no subsídio às cantinas escolares

O Secretariado da Comissão Concelhia do Montijo do PCP repudia o brutal corte no subsídio de refeição que estava a ser aplicado em inúmeras escolas primárias do distrito e em particular no concelho do Montijo.

Tal subsídio, que já por si representava a confissão acabada do Governo de ser incapaz de implementar uma real política de desenvolvimento económico susceptível de melhorar as condições de vida das populações, foi inesperadamente reduzido de 70 para 40\$00, o que na prática

inviabiliza a feitura de qualquer refeição mínima, refere aquele organismo do PCP, que acrescenta:

*A posição governamental que justifica o corte no subsídio de refeição numa pretensa recessão do desemprego e do desaparecimento total dos salários em atraso cai absolutamente por terra, sobretudo no plano moral, já que muitos delegados escolares, professores e pessoal auxiliar foram surpreendidos por tal nefasta decisão pelo telefone.*

*Pior ainda é o facto de as*

*próprias autarquias locais, a quem agora se procura responsabilizar pela solução do problema que afecta centenas de famílias, não terem sido previamente avisadas das intenções governamentais.*

*Outros aspectos consequentes é o do aumento do insucesso escolar, comprovando-se que em nenhuma área do Governo, com mais ou menos remodelação, Cavaco Silva e o PSD dá resposta satisfatória aos interesses, anseios e direitos dos portugueses.*

Parlamento Europeu

# Política de pesca questionada no PE

**Por iniciativa do Grupo Coligação de Esquerda o Parlamento Europeu discute hoje as recentes decisões tomadas a nível comunitário no sector das pescas, consideradas lesivas para diversos Estados membros. Um acontecimento tanto mais relevante quanto se sabe que desde 1983, data da entrada em vigor da política comum de pesca, o PE não é consultado sobre questões importantes relativas a esta matéria.**

Uma proposta subscrita pelo presidente do grupo, René Piquet, para alteração da ordem de trabalhos, fazia notar que numerosas decisões sobre a matéria foram tomadas sem que o Parlamento Europeu tivesse sido consultado ou sequer informado. Cita-se, a título de exemplo, o acordo com a Noruega e a Gronelândia sobre o conjunto dos recursos disponíveis (TAC - Total Allowed Catches) e as quotas para 1990; a fixação dos TACs e quotas bem como das importações a nível comunitário; fixação dos preços dos produtos da pesca para a campanha de 1990.

Para a Coligação de Esquerda, grande parte das decisões tomadas sobre a matéria são particularmente desfavoráveis aos pescadores de certas regiões da CEE (como é o caso de Portugal) que viram diminuir as suas quotas de modo significativo, pelo que se impõe a sua reapreciação. Assim, foi proposto e aceite a alteração da ordem de trabalhos, e pedida uma intervenção do comissário M. Marin seguida de

debate sobre aquelas decisões, bem como dos temas prioritários que a Comissão se propõe desenvolver no âmbito das pescas, designadamente no respeitante à conservação de recursos, relações internacionais e mercado comunitário dos produtos pesqueiros.

Vale a pena recordar, no que se refere a Portugal, que a Comissão estabeleceu a quota zero de bacalhau para 1989/90 na zona 3M, o que motivou de imediato fortes protestos dos armadores portugueses que se consideram vítimas de discriminação e ameaçados na sua subsistência.

Logo que foi conhecida a decisão sobre as quotas, o camarada Carlos Carvalhas apresentou uma pergunta escrita à Comissão das Comunidades Europeias onde, depois de salientar o facto de Portugal ter contribuído para a CEE «com a maior zona exclusiva de pesca, com uma produção avaliada oficialmente em 400 mil toneladas anuais», interrogava se aquele organismo tinha «a noção dos pre-

juízos» que a atribuição da quota zero de bacalhau representava para as 23 empresas armadoras que representam a totalidade da frota do largo portuguesa operando na área NAFO. Ao mesmo tempo, perguntava se a Comissão estava disposta a rever a sua posição e a tomar uma decisão mais flexível face às reivindicações e protestos dos armadores portugueses.

A resposta da Comissão chegou em Dezembro e não foi nada animadora. Apesar de se afirmar «consciente das graves implicações» que a moratória relativa à pesca do bacalhau em 3M tem para a frota comunitária, «nomeadamente para os pescadores portugueses a quem tradicionalmente tem cabido uma parte elevada nesta pesca», a Comissão realinha a sua decisão de levar a cabo a proposta conjunta CEE-Canadá no sentido de prorrogar até 1990 a referida moratória.

A Comissão invoca, a propósito, a necessidade de reconstituição das unidades populacionais do bacalhau o que considera de «importância primordial para os pescadores portugueses».

O que a Comissão não explica - e o PE não deixará de questionar - é porque razão, na atribuição de quotas, foram justamente os pescadores de países com menor capacidade económica a serem remetidos para a quo-

ta zero, ao invés de se abordar numa distribuição mais equitativa.

Esta questão será hoje abordada por René Piquet, em nome do Grupo, para quem as fortes limitações às capturas impostas pela Comissão favorecem as importações à taxa preferencial, sem mesmo exigir dos países exportadores cláusulas de reciprocidade que permitam aos barcos comunitários pescar nas suas águas.

Para a Coligação de Esquerda, o argumento de que as novas medidas anunciadas visam, a nível comunitário o controlo de capturas, a conservação dos recursos, a negociação de novos acordos de pesca, em particular com a URSS e o Canadá, não justificam de nenhum modo que o Parlamento Europeu não seja informado antes das decisões serem tomadas a fim de se poder pronunciar sobre elas.

De assinalar, a propósito, que desde a entrada em vigor da política comum de pesca, em 1983, o Parlamento Europeu não voltou a ser consultado sobre a matéria. Motivo bastante para o grupo Coligação de Esquerda se sentir satisfeito com a realização deste debate, que permitirá certamente submeter à Comissão outras propostas visando simultaneamente a garantia da conservação dos recursos e a salvaguarda dos interesses dos pescadores.

## Condenação dos EUA pela invasão do Panamá

O Grupo Coligação de Esquerda propôs no PE a condenação dos EUA pela sua intervenção e invasão do Panamá, exigiu a retirada imediata das tropas norte-americanas transportadas para aquele país durante a intervenção e defendeu a necessidade de indemnizações dos EUA às famílias das vítimas e reparação dos estragos provocados pela invasão e dos prejuízos económicos derivados do bloqueio contra o Panamá.

A proposta, a debater, faz notar que seja qual for a opinião que se tenha de Noriega ou de qualquer outro governante de outro país, «nada justifica o uso da força nas relações internacionais».

Salientando a incoerência dos argumentos invocados pelos EUA para justificar a intervenção, a proposta lembra o facto de aquele país ter em permanência no Panamá uma superioridade numérica e bélica (12 mil homens numa dezena de bases militares e aéreas contra cerca de 7 mil homens das forças panamianas) e sublinha que nenhuma «Justa Causa» explica e justifica o emprego de 26 mil homens, corpos de elite, experiência de novo material bélico como o «bombardeiro invisível F-117 e o bombardeamento de bairros populares densamente habitados, num país de apenas dois milhões de habitantes.

A Coligação de Esquerda faz ainda notar que «esta sétima intervenção dos EUA no Panamá», contrariando a tendência para a resolução pacífica dos conflitos, «constitui uma violação da Carta das Nações Unidas e das normas universalmente reconhecidas», sendo ainda agravada pela «arrogância com que os EUA ignoraram a Convenção de Viena sobre a inviolabilidade das missões diplomáticas ao cercarem embaixadas, ao prenderem embaixadores e pessoal diplomático, ao violarem residências de embaixadores e representações de outros países como foram os casos da EFE, Ibéria e Banco Exterior de Espanha».

Portudo isso, o grupo Coligação de Esquerda insiste na condenação dos EUA, defende a necessidade do «pleno respeito e observância dos Tratados Torrijos-Carter, designadamente no que respeita ao regresso do canal à soberania e administração panamiana» e solicita «ao Conselho e à Comissão o pronto reatar das relações com o Panamá e o desenvolvimento de acções de apoio e solidariedade que permitam uma evolução na situação interna do país de acordo com a vontade do povo panamiano e o respeito dessas opções democrática e livremente manifestadas».

## Situação no Camboja

Também a situação que se vive actualmente no Camboja, com o recrudescimento da luta armada dos kmers vermelhos contra Phnom Penh, preocupa os parlamentares europeus. No debate desta semana, entre outras posições, regista-se a do grupo Coligação de Esquerda, que interroga a Comissão e o Conselho sobre as medidas concretas tomadas por aquelas instituições, ou que pensam vir a tomar, para a aplicação da resolução adoptada pelo Parlamento em 23 de Novembro passado. Recordar-se que naquela data o PE analisou a situação à luz da retirada das tropas vietnamitas do Camboja e propunha medidas para favorecer a paz naquele país.

Na sua posição, a Coligação de Esquerda manifesta preocupação pela ofensiva de grande envergadura que está a ser desenvolvida pelos kmers vermelhos e convida os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze a reunir em sessão extraordinária para examinar a situação explosiva em que se encontra o Camboja, bem como a estudar as medidas que a Comunidade poderá tomar para impedir a continuação do fornecimento de armamentos às partes em conflito de modo a favorecer um cessar-fogo e a retomada do diálogo político interrompido após o fracasso da Conferência sobre o Camboja, no passado mês de Agosto.

## Condenação de Israel

A condenação do ataque aéreo das forças israelitas contra instalações do Partido Comunista Libanês e o apoio às exigências da Amnistia Internacional para a revisão da regulamentação militar sobre armas de fogo, aceleração dos inquéritos públicos e condenação dos responsáveis de violações nos territórios árabes ocupados, foram propostas pela Coligação de Esquerda ao Parlamento Europeu.

Analisando a situação que se vive nos territórios ocupados, a proposta recorda o recente relatório da Amnistia Internacional sobre a questão, designadamente o reconhecimento do «excessivo e indiscriminado» recurso à força por parte de Israel; os maus tratos sistemáticos dos prisioneiros palestinos que estão na origem de 100 mortes; o repetido uso de balas reais e de plástico; o homicídio voluntário de palestinos desarmados, aquando da sua prisão, supostamente dirigentes da Intifada; a agressão a um parlamentar do PE em Jerusalém quando, sem razão, as forças israelitas atacaram uma manifestação em defesa da paz.

Motivos de sobra para, como defende a Coligação de Esquerda, o PE condenar a actuação de Israel; reafirmar a necessidade da convocação de uma Conferência Internacional de paz sobre o Médio Oriente sob a égide da ONU e com a participação de todas as partes envolvidas, incluindo a OLP; pedir à Comissão o congelamento imediato da linha orçamental 7394 destinada à cooperação científica com Israel até à reabertura total e permanente dos estabelecimentos de ensino palestinos.

# Presidência irlandesa esquece Carta Social

O programa de acção da Carta Social Europeia não consta das prioridades definidas pela presidência irlandesa para o seu mandato, que agora se inicia e vai dirigir os destinos da Comunidade Económica Europeia durante os próximos seis meses. Quem o fez notar, esta semana em Estrasburgo, foi o camarada Carlos Carvalhas, ao intervir no debate sobre a presidência irlandesa, cujas prioridades são o Mercado Único, a União Económica e Monetária, o Ambiente e os países terceiros.

É significativo - disse Carvalhas - que nestas prioridades não apareça o programa de acção da Carta Social Europeia, nem medidas concretas com vista à coesão económica e social e que mesmo no conjunto das prioridades indicadas, as medidas, os detalhes e os calendários só apareçam para o Mercado Único e a União Económica e Monetária.

O que significa estar-se perante, uma vez mais, uma subalternização da dimensão social do desenvolvimento. Para Carlos Carvalhas, a questão continua a ser tratada como algo que seria escandaloso não referir de vez em quando, e sobretudo como a cenoura que tem de ser invocada face às medidas concretas relativas à liberalização

dos capitais, às transnacionais, ao negociismo.

Após salientar que nenhuma medida concreta está a ser preparada para promover a «coesão económica e social», para que se verifique um reforço dos fundos estruturais para além de 1992, o deputado comunista criticou igualmente a política que se desenha para o Ambiente e relações com países terceiros.

Em relação ao ambiente - disse - aceita-se que os perigos que o ameaçam são hoje um «verdadeiro inimigo comum», como sucede por exemplo com o reacquecimento da atmosfera, a destruição da vida marítima, a destruição das florestas tropicais, a desertificação, as marés negras, o efeito das chuvas ácidas...

mas a verdade é que as medidas concretas para fazer face a tais problemas são no mínimo insuficientes.

No respeitante às relações com os países terceiros, Carlos Carvalhas insistiu na necessidade de a Comunidade não se eximir a assumir as suas responsabilidades face ao Terceiro Mundo, que continua submetido à gangrena da dívida externa e do neocolonialismo.

Por outro lado, o deputado do PCP salientou o facto de o clima de desanuviamento internacional que hoje se vive ter criado condições novas para uma verdadeira cooperação, para a criação de um novo espaço europeu.

Um espaço europeu que deve ser de respeito pelas soberanias e sistemas económicos, de respeito pela diversidade mas com interesses comuns no desenvolvimento, na segurança e na paz.

Como disse Carlos Carvalhas a concluir a sua intervenção, não é com ingerências mais ou menos subtis, não é com a apologética dos mitos do capitalismo e com os dogmas do neo-liberalismo que se poderá construir um novo futuro e uma nova esperança para a Europa e para o Mundo.

# Ajuda às vítimas dos temporais

As trágicas consequências dos violentos temporais que no passado mês de Dezembro assolaram a parte atlântica da Europa, em particular na Irlanda, Grã-Bretanha, França, Espanha e Portugal motivaram diversas intervenções no Parlamento Europeu com o objectivo de conseguir das instituições comunitárias

uma ajuda de urgência para as populações afectadas.

Secundando uma iniciativa dos deputados do PCP, o grupo Coligação de Esquerda apresentou uma proposta de resolução sobre a matéria, em que se pede à Comissão a solidariedade da Comunidade para com as pessoas vítimas dos temporais, desi-

gnadamente através da concessão de uma ajuda de urgência complementar das ajudas nacionais.

No referido texto, a Coligação de Esquerda apelou para o espírito de solidariedade comunitário, fundamental para fazer face aos prejuízos registados.

Nacional

## DN da Juventude Comunista Portuguesa

# Balanço de actividade e perspectivas num ano novo

A instalação dos órgãos municipais do concelho de Alcochete não foi ainda possível devido à posição assumida pelos eleitos do Partido Socialista e do PSD e que conduziu a incidentes durante as três reuniões da Assembleia Municipal que foram boicotadas. A propósito da última sessão, a Federação local do PS emitiu um comunicado com numerosas falsidades (teria havido agressões físicas!) que mereceram já o desmentido da presidência da Câmara e da Assembleia municipal.

A Direcção Nacional da JCP esteve reunida no passado fim-de-semana para efectuar o balanço da evolução do movimento juvenil e da actividade desenvolvida por esta organização durante o ano passado, bem como para fazer a análise da actual situação social da juventude portuguesa, perspectivas de luta e ainda para definir as principais linhas de orientação e acção. Segundo uma nota de imprensa distribuída aos jornalistas no final desta reunião, a Direcção Nacional da JCP definiu como «linhas prioritárias» para 1990 a «dinamização da acção e luta juvenis em torno dos seus principais problemas e anseios», o contribuir para «o desenvolvimento do movimento juvenil» nas suas diversas áreas e expressões, a «luta contra o racismo e contra o ressurgimento de grupos neofascistas» como os *skin-heads* e ainda o reforçar da

intervenção e organização da JCP bem como da sua «imprensa, propaganda e intervenção ideológica».

A Juventude Comunista Portuguesa propõe-se realizar este ano um conjunto de iniciativas diversas, das quais mereceram destaque o Encontro Nacional dos Jovens Trabalhadores Comunistas, a V Conferência Nacional do Ensino Superior (7 e 8 de Abril), o Encontro Nacional da Organização do Ensino Secundário (8 de Abril), o Encontro Nacional da JCP e a comemoração do seu décimo primeiro aniversário. Para além destas iniciativas a JCP prevê ainda uma ampla participação na preparação do XIII Congresso (extraordinário) do PCP e na Festa do «Avante!».

Nesta reunião da Direcção Nacional dos jovens comunistas foi analisada a situação social da juventude portuguesa, registando-se «um agravamento significativo nos últimos meses», a encontrar expressão nos efeitos do aumento da inflação, e nos preços de bens e serviços de primeira necessidade, «designadamente os transportes».

No tocante aos estudantes do ensino superior, para



além do aumento do preço das residências universitárias e das refeições nas cantinas, a JCP qualificou de «nefasta» a Lei de Acesso ao Ensino Superior, «que esta semana deixou perto de 30 mil candidatos fora das escolas» e provocou «um atraso de três meses no início das aulas», «comprometendo naturalmente o aproveitamento» neste ano lectivo.

### Difícil ensino, pior habitação

A manutenção de problemas estruturais que afectam os jovens portugueses, foi um dos aspectos referidos pela nota da Direcção da JCP, especificando a «fortíssima taxa de desemprego», as situações de trabalho precário e infantil, a «pseudopolítica» de formação profissional, a degradação das escolas no ensino secundário e o subaproveitamento das instalações do superior.

Também crítica a Juventude Comunista Portuguesa a política do Governo PSD

pelos seus fins «propagandísticos e demagógicos», contrariando uma verdadeira resolução dos problemas dos jovens, como é exemplo a ausência de uma política de «dignificação» do ensino superior politécnico, na realidade «um ensino superior de segunda».

Mantendo-se o «numerus clausus», agravado pela Lei de Acesso, considera a JCP que este e os anteriores exemplos demonstram que no ensino, apesar de o Governo PSD afirmar ser a educação uma das suas prioridades, verifica-se antes não lhe serem destinadas as verbas necessárias.

«Operação de cosmética» foi como a JCP qualificou o recente desbloqueamento do crédito à habitação decretado pelo Governo. É que «ao fixar o montante máximo de empréstimos em cinco mil

contos», o Governo «impossibilita qualquer jovem nos grandes centros urbanos de poder encontrar habitação», situação agravada pela subida da taxa de juro, que atinge igualmente os que já compraram casa.

Assim, no entender desta estrutura partidária, o ano de 1989 fica assinalado por um agravamento da situação social da juventude portuguesa, com «correspondente resposta» no movimento juvenil, ilustrada por lutas de grande dimensão e participação entre os jovens portugueses como foram as manifestações dos estudantes do secundário contra a Lei de Acesso ao Ensino Superior, a contestação ao pacote laboral e as acções contra a precariedade de emprego.

Referenciadas nesta nota à imprensa da JCP foram

ainda as lutas travadas pelos estudantes nas escolas superiores de enfermagem, bem como a dos estudantes da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade do Algarve contra os atropelos à autonomia universitária.

Momentos altos da acção e participação da juventude na vida nacional foram, segundo a JCP, o III Encontro Nacional de Juventude, os dois actos eleitorais, a Conferência Nacional da Juventude Trabalhadora que criou a Inter-Jovem e ainda o XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

Da actividade da Juventude Comunista Portuguesa em 1989, a sua Direcção Nacional destacou o III Congresso desta organização, a participação na Festa do «Avante!», as comemorações do seu X aniversário e a «forte intervenção» dos seus militantes nas lutas e acções do movimento juvenil e nas batalhas eleitorais.

### JCP de Coimbra

Está marcado para quatro de Março um encontro distrital da JCP de Coimbra, como foi destacado na recente reunião de quadros realizada na cidade do Mondego, que fez o balanço do trabalho da organização, avançando também as perspectivas de actividade para este ano de 1990.

## Em Alcochete PS e PSD sabotam trabalho da Câmara

A instalação dos órgãos municipais do concelho de Alcochete não foi ainda possível devido à posição assumida pelos eleitos do Partido Socialista e do PSD e que conduziu a incidentes durante as três reuniões da Assembleia Municipal que foram boicotadas. A propósito da última sessão, a Federação local do PS emitiu um comunicado com numerosas falsidades (teria havido agressões físicas!) que mereceram já o desmentido da presidência da Câmara e da Assembleia municipal.

O problema reside essencialmente no facto de o PS de Alcochete entender que, apesar de a CDU ter conquistado a maioria absoluta de lugares nas últimas eleições, deve obrigatoriamente ser atribuída situação de vereador a meio tempo a um dos eleitos socialistas.

Para obter este resultado, o PS tem vindo a fazer a exigência em termos cada vez mais agressivos e que subiram de tom após uma ronda de consultas jurídicas todas elas desfavoráveis aos seus pontos de vista e ambições. A

Associação Nacional de Municípios, a Comissão Nacional de Eleições, a Direcção Geral da Administração Autárquica foram alguns dos organismos consultados pelos socialistas e que unanimemente afirmaram não haver quaisquer irregularidades na posição dos órgãos autárquicos que o PS acusa.

Em situação de desespero, passou-se assim à pura chantagem, claramente assumida, aliás, pela Federação Distrital do PS citada pelo comunicado que sobre o assunto emitiu o actual presidente da Assembleia Municipal de Alcochete:

«Ou a CDU, força que detém a maioria absoluta na Câmara Municipal, dá a um dos vereadores do PS um meio tempo, ou então os elementos do PS e do PSD abandonam a sessão e provocam a falta de quorum».

E tem sido exactamente o que se tem passado: como a Assembleia Municipal conta com 9 eleitos da CDU, 7 do PS e 2 do PSD, nas reuniões convocadas para 30 de Dezembro, 2 e 13 de Janeiro, os socialistas e socais-democratas têm sistematicamente abandonado a sessão no período de antes da ordem do dia.

A situação, como é evidente, tem sido objecto de acerbas críticas entre a população, que não aceita nem compreende esta sabotagem da actuação do município.

Cientes da crescente impopularidade das suas posições, os eleitos PS e PSD passaram, na reunião do passado sábado, ao insulto aos presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal («fascistas», «sociais-fascistas» e outras relíquias do anticomunismo) e de novo abandonaram a sala sob as vaias de pessoas que se haviam juntado frente ao edifício para saberem do desenrolar da situação.

Daqui, a Federação distrital socialista inventa então agressões e acusa, entre outras bizarras, o presidente da mesa de não ter, sequer, chamado a GNR para evitar as tais agressões que não houve... O caso atinge o ridículo total quando se verifica que, portal sinal, a GNR até estava, normalmente, presente e é exactamente um dos insuspeitos testemunhos que não se verificou nenhum incidente do tipo!

Está entretanto convocada nova reunião da Assembleia Municipal para o próximo dia 27.

## Queluz: PS e PSD/CDS ganham no «gabinete» o que perderam nas urnas — acusa a CDU

Na primeira reunião da Assembleia de Freguesia de Queluz após as eleições de 17 de Dezembro, PS e PSD/CDS votaram lado a lado, fazendo com que na Junta entre um elemento da CDU (que tem 8 eleitos na AF), 3 do PSD/CDS (7 na AF) e 3 do PS (6 lugares na AF). A Mesa da Assembleia de Freguesia, também eleita com os votos dos socialistas e da direita, não inclui nenhum nome da CDU.

O presidente da AF eleito no dia 15 de Janeiro é da lista PSD/CDS, bem como o 2º Secretário. O PS ficou com o 1º Secretário.

A Coligação Democrática Unitária da freguesia, em comunicado de anteontem, considera que esta votação contraria o sentido do escrutínio de 17 de Dezembro e acusa mesmo o PS de trair o

voto popular. «Apesar de insistentemente proposto pela CDU um encontro com o PS na freguesia, estes recusaram, sem sequer ouvir as propostas que tínhamos, acabando, como agora se vê, por consumir o casamento com o PSD/CDS, cujo alcance político não se cinge apenas a Queluz, já que fizeram questão de estar presentes a esta sessão importantes figuras municipais do PS e do PSD/CDS» - afirma a CDU, referindo nomes de Vítor Andrade e Rómulo Ribeiro, que encabeçaram as listas do Partido Socialista e da coligação da direita para a Assembleia Municipal de Sintra.

A CDU, força mais votada na freguesia, afirma que «é deste modo penalizada pelo PS e PSD/CDS, que ganham no gabinete o que

não ganharam nas eleições, no total desrespeito pela vontade democraticamente expressa em 17 de Dezembro pela população».

Face a estes acontecimentos, considera a CDU de Queluz que os eleitores socialistas têm «sérias razões para ponderarem se o seu voto está sendo respeitado, depois de o PS se apresentar ao eleitorado como oposição ao Governo PSD/Cavaço Silva».

Quanto aos eleitos da Coligação PCP-PEV, o comunicado garante que «não se demitem das responsabilidades que a população lhes quis confiar, e tudo farão (agora em piores condições, é certo) para a resolução dos candentes problemas que afectam a nossa freguesia».

Internacional

Panamá

# Ocupação militar e genocídio

«O Panamá é apenas uma trincheira. Trata-se de uma guerra contra toda a América Latina quer os latino-americanos o queiram ou não, querousem ou não reconhecer ou admitir e assumir a responsabilidade que lhes incumbe.» Este o alerta lançado pelo escritor panamenho «Chuchu» Martinez, amigo e biógrafo do general Torrijos, e que foi forçado a passar à clandestinidade na sequência da intervenção militar dos Estados Unidos no Panamá.

Martinez divulgou uma carta, de que reproduzimos largo extracto, pelo que traduz, «ao vivo», da realidade panamenha de hoje, imposta pelos invasores.

«O que foi apresentado ao mundo como uma operação cirúrgica contra um indivíduo foi de facto um verdadeiro genocídio, seguido de ocupação militar de duração indeterminada (...) O governo civil instaurado pelas baionetas das forças de invasão não governa absolutamente nada. Tudo, desde a gestão da circulação à nomeação dos ministros, é decidido pelos ocupantes (...) É a absoluta submissão à ocupação militar (...) Não há um único jornal, uma rádio ou um meio de informação que não esteja total e materialmente nas mãos do invasor. Os americanos reconhecem que têm cinco mil prisioneiros. As prisões continuam assim como as violações dos domicílios particulares (...). Nenhum panamenho pode sair do país.

No momento em que a Europa socialista destrói os muros, os norte-americanos constroem outros no Panamá.»

Esta dramática descrição dos acontecimentos é confirmada nomeadamente pelos números divulgados pelos comunistas panamenhos (aliás, muito provavelmente inferiores às realidades) -- dois mil e quatrocentos mortos e quatro mil e oitocentos presos.

## Droga ou Canal?

Não vamos tão-pouco abordar aqui a questão elemental de direito internacional, que o rapto de Noriega implica. Imaginemos apenas que a Nicarágua teria raptado o então presidente Reagan, quando do escândalo Irangate...

É cada vez mais evidente, mesmo para quem deliberadamente queira não ver -- que não é a droga que está

em causa. No que a isto se refere, vale a pena referir o «Jornal do Brasil», que afirma que o vice-presidente Ricardo Arias Calderon poderá suceder rapidamente ao actual presidente panamenho (empossado pelos americanos), Endara, por este ser acusado de ligações com os traficantes de droga!

Guillermo Endara é, desde há 20 anos, advogado e associado de Carlos Eleita que representa, no Panamá, os interesses das empresas americanas Philip Morris e General Mills. Eleita está em residência fixa, em Miami, nos EUA, condenado por ter vendido 600 quilos de cocaína.

Os EUA invadiram o Panamá para moldar a vida política do país em função dos seus interesses militares.

Como denuncia o Partido do Povo do Panamá (comunista), o objectivo da administração Bush é fazer do Panamá um campo de ensaio da sua estratégia para a América Latina, definida no documento Santa Fé 2.

Nesse documento são referidos, como problemas que afectam uma «sólida relação» entre os EUA e o Canadá, e que devem ser resolvidos na década de 90 pela administração Bush: a reforma da Constituição Política

panamenha, a reforma das leis bancárias, a instauração de um regime democrático (o que na prática significa -- subordinado aos Estados Unidos), a futura administração do Canal, e, o fundamental -- «deve começar a discutir-se sobre uma defesa realista do Canal depois do ano 2000. Estas conversações deverão incluir a permanência dos Estados Unidos em algumas instalações no Panamá (principalmente o aeroporto Howard e a base naval Rodman) para uma adequada defesa militar no hemisfério».

São estas as verdadeiras razões da ocupação militar do Panamá.

Ocupação contra a qual se organizam as forças progressistas, nomeadamente os comunistas panamenhos, exigindo: a saída imediata das tropas de ocupação do território panamenho, o fim das perseguições e do terror, a libertação imediata dos milhares de presos políticos, a vigência das garantias constitucionais e o pleno respeito dos direitos humanos, assim como a garantia que possam funcionar dentro da legalidade as organizações sociais, sindicais e políticas que constituem a expressão genuína do movimento democrático, popular e de libertação nacional.

## Cimeira do «Came» foi «crucial»

Nikolai Rijkov presidente do Conselho de ministros da URSS, considerou em entrevista ao «Pravda» a recém-terminada sessão do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) realizada a 9 e 10, em Sófia, como «crucial» na história da organização, que reúne os países socialistas do Leste europeu e ainda Cuba, Mongólia e Vietname.

A sessão, que destacou a necessidade de uma renovação de todo o sistema de cooperação no âmbito do CAME, da sua actividade e de uma revisão das suas funções e objectivos, decidiu elaborar um novo estatuto, tendo criado para o efeito uma comissão especial, que deverá apresentar a curto prazo, novos documentos básicos.

«Nos países do CAME começaram reformas e um processo de reestruturação. Em virtude disso devemos alterar e renovar as nossas relações», justificou o chefe do executivo soviético. «A questão formula-se da maneira seguinte: ou perdemos o CAME, ou criamos uma boa organização económica baseada em novos princípios».

A URSS, considera que o CAME não pode existir mais na sua actual forma, adiantou. «Precisamos de um verdadeiro mercado. A existência do intercâmbio de mercadorias entre os nossos países não significa que tenhamos um mercado. Se não houver competição, não haverá verdadeiro desejo de elevar a qualidade dos artigos», sustentou o dirigente soviético.

Rijkov, registou, no entanto, a existência de «nuances», citando o exemplo de Cuba, que deseja a manutenção do actual «statu quo». Cuba considera que não se devem utilizar os preços mundiais e realizar pagamentos no comércio recíproco em divisas convertíveis.

«Eu disse na sessão e volto a repetir que três países -- Cuba, Mongólia e Vietnam -- precisam de um tratamento especial, e devemos encontrar soluções especiais». No entanto, isto não significa para o chefe do governo da URSS que não se devam tomar quaisquer decisões comuns no tocante à alteração do mecanismo de cooperação.

«Compreendemos ser necessário ajudá-los, mas, ao mesmo tempo, em termos gerais, é necessário procurar atitudes comuns». Esta posição foi firmemente apoiada pela Mongólia e pelo Vietnam.

«Quero que me compreendam correctamente: não se coloca a tarefa de arruinar tudo em 1991 e, em seguida, edificar um novo CAME nestas ruínas», declarou o chefe do executivo soviético. «Pelo contrário devemos aprovar decisões de princípio, analisar tudo perfeitamente, ponderar e passar com confiança por etapas determinadas a fim de não cairmos em desgraça, crise económica ou algo de semelhante».

## Novas propostas da RDP da Coreia

Na sequência de novas propostas por parte da RDP da Coreia, o presidente da Coreia do Sul acolheu favoravelmente a proposta de livre circulação de pessoas entre as duas partes da península e simultaneamente anunciou entre Seul e Washington de redução do nível das manobras militares conjuntas, que se realizam anualmente.

Na sua mensagem de Ano Novo, o dirigente da RDP da Coreia, Kim Il Sung, avançou com propostas importantes sobre uma questão particularmente sentida pelo povo coreano: a reunificação.

Disse Kim Il Sung,

«Antes de tudo, no domínio militar, deve ser destruído o muro de betão armado construído na zona da parte sul da linha de demarcação militar. O muro de betão armado constitui o símbolo da divisão nacional e confrontação entre o Norte e o Sul, e a existência de tal muro que não se encontra em nenhum país do mundo é uma vergonha da nossa nação.

## Chefes militares em Viena para debater doutrinas militares

Delegações dos Estados-Maiores, chefiadas pelos respectivos chefes, dos 35 estados da Europa, Estados Unidos e Canadá, que participam nas conversações de Viena sobre medidas de confiança na Europa, iniciaram na capital austríaca um seminário que se prolongará até 5 de Fevereiro para debate das respectivas doutrinas militares.

Durante o seminário são também analisadas as questões relativas à estruturação das FFAA, os sistemas de preparação operacional e de combate dos estados-maiores e tropas, a envergadura e intensidade das actividades militares dos diferentes países e alianças e os orçamentos militares, na sua distribuição e estrutura. O programa permitirá também analisar temas como a aplicação e estruturação das forças convencionais e nucleares.

O objectivo do seminário é eliminar as suspeitas e desconfianças mútuas, alcançar uma melhor compreensão das intenções recíprocas e criar premissas para que as doutrinas militares de todos os estados signatários da Acta Final de Helsínquia se baseiem e desenvolvam na base de critérios estritamente defensivos.

Colômbia

# Protesto nacional impediu ingerência dos EUA

A Colômbia afirmou que não admite participar em «quaisquer manobras internacionais no mar das Caraíbas com uni-

dades da marinha ou das forças aeronavais americanas». Esta a reacção oficial colombiana à decisão dos EUA,

sem qualquer consulta a Bogotá, de colocar uma força naval com porta-aviões, em águas internacionais ao largo da Colômbia, sob o pretexto -- que já começa a estar estafado -- de interceptar traficantes de droga.

Um facto mais, de pura ingerência (que neste caso não se chegou a concretizar), e que simultaneamente se está a traduzir num evidente isolamento dos EUA na América Latina, particularmente claro quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou por unanimidade uma resolução proposta pela Nicarágua, condenando a entrada de tropas norte-americanas na residência do embaixador daquele país no Panamá.

Particularmente veemente foi a posição assumida pelo ministro colombiano dos Negócios Estrangeiros, Julio Londono Paredes, que, depois de sublinhar que «o governo não autorizou, nem poderá autorizar nenhum tipo de manobras navais ou aeronavais em águas territoriais», advertiu os Estados Unidos que «seria mais pertinente que exercessem controlo sobre a sua própria jurisdição nacional».

## Triunfo do protesto nacional

Numa tomada de posição face aos acontecimentos, o Partido Comunista Colombiano sublinha que, «graças ao grande protesto nacional contra o bloqueio aéreo e naval à Colômbia por parte do governo dos Estados Unidos», foi derrotado o plano de Bush visando a Colômbia.

«Nesse protesto -- dizem os comunistas colombianos -- uniram-se todas as forças patrióticas e ficou evidenciado o que nós comunistas dizíamos quando se iniciou a invasão *ianqui* contra o Panamá: que isso era o início de uma invasão contra a América Latina, e concretamente contra a Colômbia».

E afirma-se ainda: «A frota norte-americana, encabeçada pelos navios de guerra e porta-aviões Kennedy e o cruzador Virgínia, tiveram que frear por agora os seus instintos bélicos. Mas só o estado de alerta do nosso povo pode frustrar os planos dos Estados Unidos, que tentam submeter totalmente a Colômbia ao seu domínio, tal como fizeram ao Panamá».

## JCP pela libertação de Mandela

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) de Trás-os-Montes, decidiu promover uma campanha pela libertação de Nelson Mandela, sublinhando, em comunicado, que ao promover esta campanha, «condena o apartheid e solidariza-se com a luta pela democracia do povo sul-africano».

No mesmo comunicado, afirma-se: «Nelson Mandela, dirigente histórico do ANC (Congresso Nacional Africano) já passou mais de 26 anos na prisão na África do Sul. Mandela é um símbolo da resistência e é um dirigente reconhecido do povo sul-africano na luta contra o regime do apartheid.

«No final do século XX, o regime do apartheid, o racismo, tornaram-se já perfeitamente anacrónicos».

## Internacional

## URSS

# Estado de emergência no Azerbaijão

«Vamos decidir todos juntos. Mas se alguém conseguir levar-nos ao conflito, será uma grande tragédia. O principal é não deixar acontecer isso, pois então encontraremos uma resposta para tudo.» São palavras de Gorbachov na Lituânia. Mas bem se poderiam aplicar noutras situações e zonas e Repúblicas da União Soviética, onde a questão das nacionalidades assume um carácter particularmente dramático. Neste momento é uma vez mais Nagorno-Karabakh e o Azerbaijão que se encontram no centro das preocupações.

O Soviete Supremo da URSS decretou o estado de emergência, aplicado no concreto à região autónoma de Nagorno-Karabakh, nas zonas limítrofes do Azerbaijão, na região arménia de Goris e ao longo da fronteira entre a URSS e o Irão. Note-se que parte importante do abastecimento da população de Nagorno-Karabakh, passa por Goris.

O documento aprovado pelo Presidium do Soviete Supremo estipula que os destacamentos do Exército soviético, em colaboração com as forças do Ministério do Interior, assegurarão a defesa dos cidadãos e protegerão os objectivos civis, agindo estritamente de acordo com a lei e a Constituição.

As decisões agora tomadas vêm na sequência do profundo agravamento do conflito étnico que grassa no Azerbaijão e em Nagorno-Karabakh, opondo azeris e arménios.

Na noite de sábado passado, na capital do Azerbaijão, Baku, incidentes entre pessoas das duas nacionalidades evoluíram em acções de perseguição e assassinato de arménios, de que resultou

a morte de 34 pessoas, na sua maioria arménios. A Milícia não teve capacidade para evitar as mortes, salvando embora muitas vidas. Casos houve em que azeris protegeram os seus vizinhos arménios.

A dramática situação assim criada levou a decisões no sentido da evacuação de emergência da população arménia, em particular de mulheres e crianças. O presidente da Arménia, Crant Voskanyan, alertava entretanto, pela rádio, que era necessário «declarar o estado de emergência em Nagorno-Karabakh», e enviar tropas para a zona, no receio de que se o governo da União não tomasse medidas urgentes, o povo arménio poderia lançar «espontaneamente uma campanha de defesa» da população arménia daquela zona especial.

O estado de emergência agora decretado abrange também a região fronteiriça com o Irão, a relembrar os recentes incidentes na República autónoma de Nakhitchevan (Azerbaijão), em que multidões se manifestaram pela abertura da fronteira com o Irão e foram mesmo

seriamente danificados postos fronteiriços.

A estes incidentes sucederam-se contactos soviético-iranianos e uma reunião entre o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Chevardnadze, e o vice-ministro iraniano dos Negócios Estrangeiros, Mahmud Vaezi.

Na reunião -- em que foram abordadas também a questão das relações entre o Irão e o Iraque e a situação no Afeganistão -- os diplomatas manifestaram a disposição dos dois países em desenvolver a comunicação entre as pessoas, laços fronteiriços incluindo trocas comerciais e culturais, e contactos familiares.

As autoridades de Nakhitchevan tinham solicitado ao ministério soviético dos Negócios Estrangeiros que negociasse com o Irão a simplificação dos contactos entre as populações da República e do norte do Irão, que são de etnia azeri.

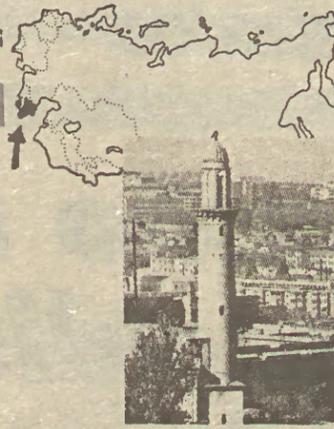
## Porquê?

Os factos são impressionantes. Já muitas vidas se perderam -- mais de 300 pessoas morreram nos últimos 2 anos em Nagorno-Karabakh. Número dramático a que há que juntar a grave questão das populações refugiadas. Os enormes prejuízos económicos. A tensão sociopolítica, a impedir a solução, por consenso político, dos problemas profundos que a perestroika trouxe a lume. E naturalmente com reflexos a nível nacional.

Javilov, primeiro-secretário da organização local do PCUS de Nakhitchevan, vê a razão dos incidentes ocorridos ao longo da fronteira soviético-iraniana, numa «onda de emoções e o aumento da tensão social» resultante do conflito de Nagorno-Karabakh, na falta de terras para os milhares de azeris fugidos da Arménia, quando a zona fronteiriça ocupava 17 mil hectares de terras férteis, e pela ausência de uma «solução lógica» para os contactos entre os azeris soviéticos e iranianos.

Recorde-se que, em Fevereiro de 1988, regista-se um verdadeiro massacre de arménios. É avançada então a exigência de a região autónoma de Nagorno-Karabakh ser separada do Azerbaijão e integrada na República da Arménia. Não tendo sido possível um entendimento entre os povos em causa, Nagorno-Karabakh passou a gozar de um estatuto especial, mas na verdade nunca foi possível superar a tensão latente e o problema arrasta-se.

Poder-se-á dizer que os problemas objectivos e históricos, não faltam. E que eles estão na base da tensão e dos conflitos. Mas a sua agudeza e dimensão indica que há quem os alimente hoje, quem esteja bem pouco interessado em que eles sejam sanados. Não é simples obra de explosão de descontentamento popular o verdadeiro arsenal militar actualmente nas mãos de grupos ou sectores nacionalistas ou mesmo fanáticos religiosos.



Casos haverá em que o que está em causa é o atraso na resolução de problemas ou na reestruturação dos métodos de acção dos comunistas. Noutros há estímulo e cumplicidade de quem esteja interessado em que a perestroika não avance. Porque importa também não ignorar os privilégios perdidos.

De notar ainda que no Azerbaijão, por exemplo, a Frente Popular, aliás de composição heterogénea, aparece também assumindo um carácter religioso. Em comícios da Frente em Baku, apareceram bandeiras com as cores do Islão e retratos de Khomeiny.

## Capacidade de harmonizar

Vale a pena relembrar aqui, à laia de conclusão, um extracto do relatório de Gorbachov ao plenário do CC do PCUS, que directamente se refere às questões nacionais.

«O agravamento das relações étnicas, ultimamente registado em várias regiões da URSS, trouxe à superfície o descontentamento, acumulado durante décadas, de muitos povos e etnias pelas suas condições de vida política, socioeconómica e cultural. A democratização permite manifestar abertamente este descontentamento, descarregar o pesar por ofensas passadas, facilitar o desenvolvimento da propaganda de ressurreição nacional. A autoconsciência nacional, nas suas formas naturais, é um elixir para qualquer nacionalidade ou etnia. Mas o nacionalismo, que se infiltra na autoconsciência nacional por falta de consciência política, paralelamente ao exacerbamento de paixões, é um veneno que, mais cedo ou mais tarde, destruirá qualquer organismo social e corroerá a alma do povo.

«Nos nossos dias, o nacionalismo tende a jogar sobretudo com as emoções naturais e a aspiração ao renascimento nacional, frutos da perestroika. Os nacionalistas conseguem, por vezes, aproveitar para os seus interesses políticos as violações ocorridas no passado. A autoconsciência nacional não é uma categoria puramente nacional, tem também relação com as emoções.

«Fomentá-las ao ponto de exagerar as paixões, reprimir tudo quanto há de racional na mentalidade humana, encontrar um inimigo na pessoa de outra nacionalidade ou das instituições federais são as técnicas típicas das manipulações nacionalistas. Na teoria, na política e na prática há um limite bem explícito que separa a autoconsciência nacional do nacionalismo. Este limite diz respeito à atitude para com a dignidade dos outros povos e aos interesses de toda a sociedade. A capacidade de harmonizar esses interesses é a alternativa à arrogância nacional.»

## CAMBODJA

# Debate em Paris

O Cambodja foi tema de uma reunião especial, realizada em Paris, dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Estados Unidos, URSS, Grã-Bretanha, França, China). Objectivo central da reunião -- avançar no sentido de uma solução política, que finalmente ponha fim às agressões armadas de que o povo cambodjano continua a ser vítima.

Nas mesa dos debates, o plano «Evans», apresentado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, e aprovado por todas as partes, nas suas linhas gerais, com exclusão dos khmeres vermelhos e da China.

O plano «Evans», aponta para um período de transição, em que a administração do Cambodja seria assegurada pela ONU. Nesse período de transição seria preparada a realização de eleições no país.

Nesse meio tempo, o lugar do Cambodja na ONU, hoje ocupado pelos khmeres vermelhos, ficaria vago.

Em causa também a análise da proposta soviética de uma moratória referente ao envio de armas para o país, e o plano tailandês para realização de uma conferência regional alargada, que

poderia realizar-se em fins de Fevereiro em Djakarta.

Foi entretanto anunciado que a URSS e a China tinham concordado em que as Nações Unidas deveriam desempenhar um importante papel na procura e concretização de uma solução política para o Cambodja.

Contrariamente aos planos para a paz que estão a ter mais generalizada aceitação, os khmeres vermelhos mantêm as suas exigências de um governo quadripartido provisório, em que estariam representados, o que é recusado pelo governo de Phnom Penh.

Um pouco mais de três meses são passados sobre a retirada das tropas vietnamitas do Cambodja, que em 1979 deram um contributo decisivo para o fim do regime genocida de Pol Pot.

Neste período, desde 20 de Setembro passado, multiplicaram-se as acções armadas dos khmeres vermelhos, dos partidários de Sihanouk e dos de Son Sann -- os três aliados na oposição ao governo do Cambodja. Em Novembro e Dezembro, houve ataques armados às cidades fronteiriças de Pailin e Sisophon. Há poucos dias foi a segunda cidade do país -- Battambang -- o alvo dos grupos armados. Registraram-se também atentados na capital, Phnom Penh.

Contrariamente ao que os grupos armados têm vindo a afirmar, estes ataques não parecem corresponder a uma manutenção de posições. Mas a escalada na agressão é visível. A mobilização geral decidida pelo governo do Cambodja indica que há preocupações no sentido de neutralizar tal escalada.

Os perigos são reais, tendo em conta que os grupos armados de oposição contam com as armas fornecidas pela China, e com o apoio de facto dos EUA e vários países capitalistas da Europa.

Um perigo bem sentido pelo povo cambodjano, pois o domínio político do grupo de Pol Pot (que por isso mesmo o actual governo recusa como parceiro numa solução política dos problemas do país) saldou-se, entre 1975 e 1979, num verdadeiro genocídio, que vitimou entre 2 a 3 milhões de pessoas.

Será oportuno lembrar aqui palavras do príncipe Sihanouk (que entretanto colabora e apoia planos dos khmeres vermelhos) afirmando que os seus dirigentes são culpados de crimes «bem piores que os cometidos pelos nazis hitlerianos contra os judeus e outros povos inocentes».

Esta realidade em que se desenvolvem intensivos esforços de paz, de conciliação política, com o afastamento dos maiores responsáveis pelo genocídio.

Neste 7 de Janeiro, onze anos passados sobre o derube de Pol Pot, dia da festa nacional, o presidente Heng Samrin apelou aos seus concidadãos para que «defrontem corajosamente» um regresso ao poder dos khmeres vermelhos.

«Depois da tragédia de Custóias, onde cerca de uma centena de pessoas perderam a vida e muitas outras ficaram incapacitadas para o trabalho, três grandes desastres ferroviários acabam de enlutar largas dezenas de lares.

Quais as causas de tão frequentes e tamanhos desastres?

Na resposta a estas perguntas podem-se encontrar não somente as causas fundamentais, mas também os responsáveis, verdadeiros criminosos que é preciso julgar e condenar.

**Material ferroviário.** No estado de desgaste e de desprezo em que se encontra o material circulante e as vias férreas está uma das causas dos desastres. Sem a renovação suficiente do material antiquíssimo, sem a cuidadosa reparação das linhas, sem que os grossos subsídios, dados pelo governo à CP, deixem de ir parar às mãos dos directores da Companhia, não se podem evitar tranhanhas tragédias.

**Excessos de lotação.** Depois do mau estado do material e das vias férreas, o excesso de lotação nos comboios e automotoras é uma das causas que mais contribui para os desastres.

O governo faz uma apertada vigilância à camionagem particular e aplica pesadas multas quando uma camioneta transporta um passageiro a mais, mas dá à CP carta branca para que transporte pessoas como sardinha em lata. A tragédia de Custóias foi ocasionada pelo facto de as carruagens levarem mais do triplo dos passageiros.

**Vencimentos dos ferroviários.** Pagando salários míseros e reduzindo cada vez mais o pessoal, apesar do aumento do tráfego, a CP força os seus empregados a um excesso de trabalho. Em vez do respeito pelo horário das oito horas, os ferroviários vêm-se forçados, pelas necessidades económicas e apertos de serviço a fazerem horas extraordinárias, o que reduz a sua capacidade de atender às imensas responsabilidades que sobre eles recaem.

(«Para o banco dos réus a direcção da CP» - «Avante!», VI série, nº 343, Janeiro de 1966)

«A criação do «Secretariado para a Juventude» e a reorganização da Mocidade Portuguesa representam uma nova tentativa do Governo para colocar sob a sua alçada directa e controle estrito toda e qualquer actividade juvenil, fascizar ou pelo menos neutralizar a juventude trabalhadora e estudantil.

O fascismo fala em «estimular o espírito de iniciativa da juventude e a sua participação interessada e consciente na tarefa formativa e cultural que, em clima de diálogo esclarecedor, se pretende levar a cabo», fala na criação de «centros da Juventude» abertos à adesão de todos os jovens que neles queiram participar.

Os jovens sabem o que esta linguagem significa. O próprio decreto o deixa transparecer: aí se pode ler que os «Centros da Juventude» têm obrigatoriamente que «estabelecer relações» (submeter-se...) com o Ministério da Educação Nacional, que a constituição e funcionamento de toda e qualquer organização juvenil assim como todas e quaisquer actividades circum-escolares que não partam do «secretariado» exigem autorização do governo.

No decreto da criação do «Secretariado para a Juventude» adivinhava-se já uma nova «reestruturação da MP», que de facto foi oficialmente anunciada a 26 de Outubro (...). Ao mesmo tempo que acena aos jovens com «Centros da Juventude» sem a odiada tabuleta da MP, o governo faz desta um foco de reacção que reagrupa os filhos-família, que seja o ramo «juvenil» do partido único-ANP e da Legião, que aglutine os grupúsculos provocatórios de extrema-direita (FEN, JP, Acção Académica e outros) que actuam nas escolas em colaboração directa com a Pide.»

(«O «secretariado para a juventude» - manobra contra a juventude» - «Avante!», VI série, nº 437, Janeiro de 1972)



## ...até que fechem o ramal ao PSD

Mal começou o ano de 1990, o Governo de Cavaco Silva deitou mãos à obra, fazendo aquilo que as eleições autárquicas o tinham obrigado a adiar, mas que a sua política fazia prever. Por um lado, aumentou os preços de bens essenciais. Por outro, decreta, através do Conselho de Gerência da CP, o encerramento de nove troços de via férrea no Minho, em Trás-os-Montes, na Beira Interior e no Alentejo; ao todo, mais de 400 quilómetros de linha, que serviam mais de 300 mil habitantes - números avançados pela Federação sindical dos Ferroviários.

Justificado com uma visão economicista do caminho-de-ferro, o fecho destes troços (Valença-Monção, Vila Real-Chaves, Amarante-Arco de Baúlhe, Sernada-Viseu, Évora-Reguengos de Monsaraz, Évora-Estremoz-Vila Viçosa, Estremoz-Portalegre, Beja-Moura e ramal de Sines) foi precedido - no quadro da ofensiva contra a CP nacionalizada - de alterações nos horários e do encerramento da linha do Dão e do troço Pocinho-Barca D'Alva. Além do mais, o Governo e o seu Conselho de Gerência na CP nem sequer respeitaram o instrumento legal que o PSD fabricou para dar suporte a esta política, a Lei de Bases dos Transportes Terrestres, que obriga a consultar os representantes das populações directamente afectadas, em alguns casos, autarcas do próprio PSD; mesmo o governador civil de Viana do Castelo só

soube do fecho do troço minhoto pelos jornais, como referiu ao DN (4 de Janeiro).

Coerentes com a sua posição autoritária e de fuga ao diálogo, Governo e CP também não ouviram os representantes dos trabalhadores ferroviários, faltando mais uma vez ao estipulado na lei.

Um coro de protestos respondeu ao fecho dos troços desde 1 de Janeiro - um coro a várias vozes, já que a falta de comboios prejudica todos os utentes do caminho-de-ferro, independentemente do partido com que se indentificam: autarcas e sindicalistas, trabalhadores e passageiros, agricultores e comerciantes, de Monção a Moura, de Chaves a Évora, exige-se a reposição da legalidade, ou seja, que os troços sejam reactivados e que os problemas que os afectam sejam discutidos com todos os interessados.

Para estas vozes, porém, o Governo e a CP parecem não ter ouvidos e pretendem avançar com o seu plano de amputação da rede ferroviária nacional e de degradação dos serviços dos Caminhos de Ferro Portugueses. Mas, como disse o deputado comunista Luís Roque na Assembleia da República, talvez a população, «na devida altura, saiba agradecer esta decisão nas urnas, encerrando o ramal ao PSD».

# Trabalhadores e utentes em defesa do caminho-de-ferro

**N**ão é possível atacar os interesses da CP e dos utentes, sem tocar nos direitos dos trabalhadores ferroviários. A inversa não é menos verdadeira: na realidade, torna-se difícil atacar os direitos dos ferroviários sem causar danos aos interesses da CP e dos utentes. A afirmação foi feita, mais uma vez, na concentração da passada segunda-feira, no Terreiro do Paço, onde foi reafirmada a disposição dos trabalhadores da CP para lutarem por aumentos salariais que permitam a reposição do poder de compra, pela redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, contra a extinção da caixa de previdência dos ferroviários e a perda de regalias sociais. Mas, a par das reivindicações específicas, na luta dos trabalhadores surge também a solidariedade para com as populações afectadas pelos recentes encerramentos de troços de via férrea.

Já quando surgiu a reformulação dos horários de verão, em 1987, a Comissão de Trabalhadores da CP efectuou mais de 60 reuniões com autarquias. Foi desse movimento que surgiu, por exemplo, a União de Defesa das Linhas de Caminho-de-Ferro, que se mantém em funcionamento.

Agora, com os encerramentos de ano novo e os protestos que levantaram, mais uma vez trabalhadores e populações se encontram na batalha por um interesse comum - a defesa e o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro.

Na concentração de segunda-feira, que reuniu ferroviários de todo o País na Praça do Comércio e onde

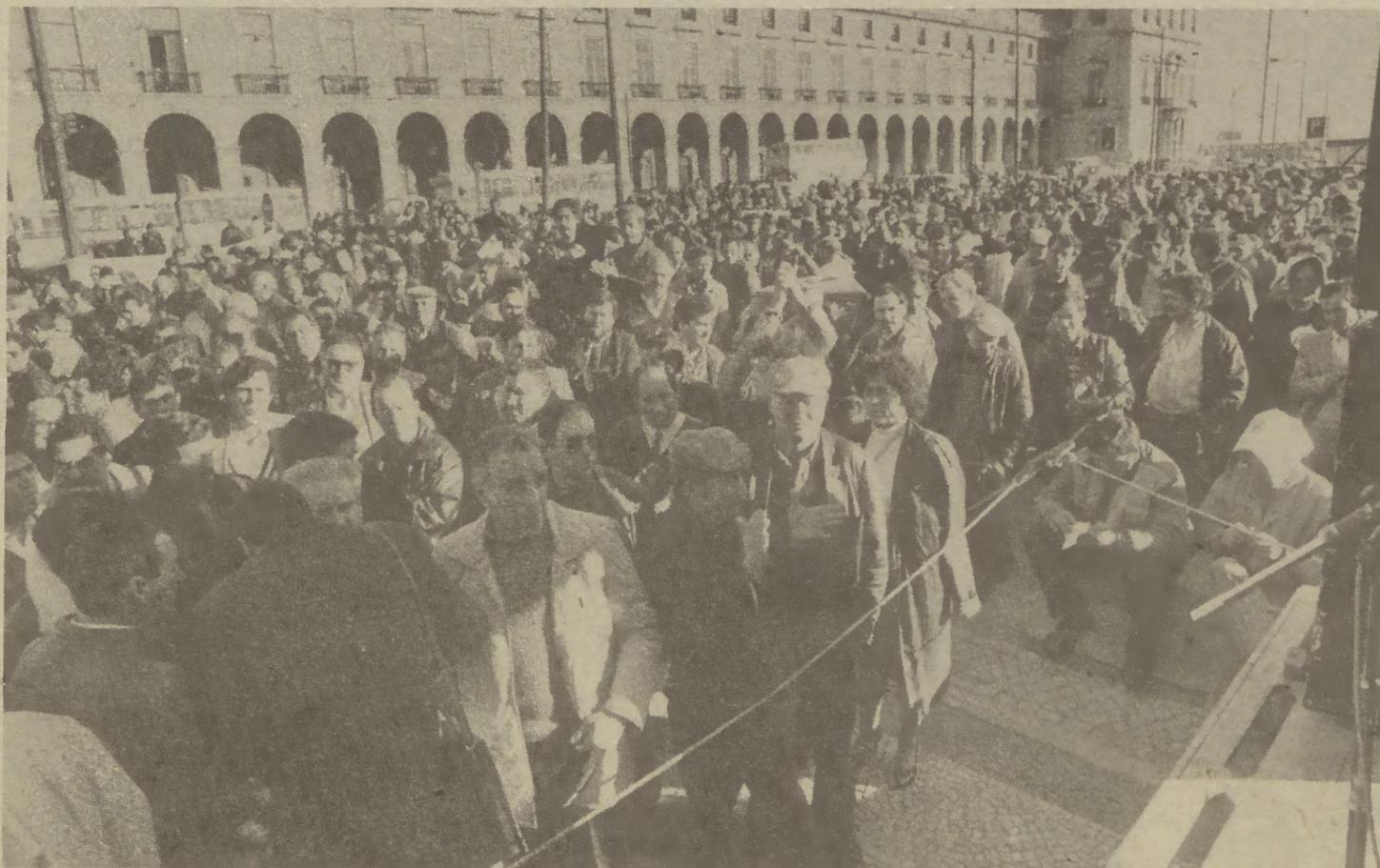
foi ratificada a convocação de uma greve nacional no próximo dia 26 - foi mais uma vez repudiada a orientação do Governo para a CP e a prática do Conselho de Gerência da empresa. Anteontem entraram em greve parcial de quatro horas por turno os maquinistas, forma de luta que se deverá manter por mais dez dias.

## Só sobem os preços

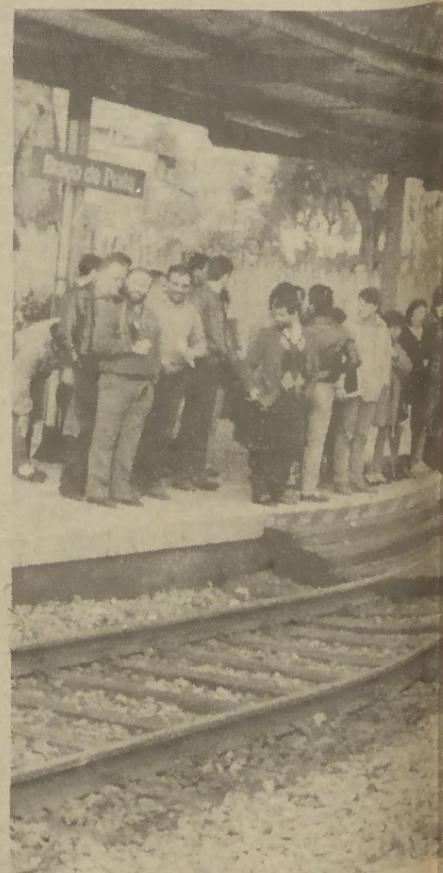
A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses - que convocou a concentração de dia 15 - deu a conhecer as reivindicações dos trabalhadores e denunciou a intransigência negocial do Conselho de Gerência da CP. Os

ferroviários e a FSTFP exigem uma actualização salarial justa em 1990, com um aumento intercalar referente ao último semestre de 89; pretendem ainda a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, a efectiva negociação do regulamento de carreiras, com o cumprimento dos compromissos assumidos há três anos pelo CG; protestam também contra a extinção da caixa de previdência dos ferroviários e o critério da nivelção por baixo na integração dos trabalhadores no regime geral.

Na sequência das posições que vêm tomando desde que foi desencadeada a ofensiva contra a CP nacionalizada - e que estão clara-



**Trabalhadores ferroviários e utentes dos caminhos-de-ferro são prejudicados pela ofensiva contra a CP: Governo e Conselho de Gerência, enquanto aumentam os preços das tarifas, deixam**



**degradar a qualidade dos serviços e impõem tectos salariais abaixo dos níveis oficiais da inflação. Por isso as movimentações dos ferroviários e dos passageiros se entrecruzam, (nas fotos a concentração de ferroviários realizada na segunda-feira em Lisboa; ao lado, uma imagem de Dezembro de 1987 em Braço de Prata, onde os passageiros já forçaram por várias vezes o corte da circulação ferroviária).**



# «Mau Ano Novo» do Governo para os portugueses

## Nota do Gabinete de imprensa do PCP

mente expressas em documentos, quer da CT (conferência de imprensa em 28 de Junho de 1988), quer da Federação (2º Congresso dos Ferroviários) - os trabalhadores da CP e as suas organizações têm criticado a política que nos últimos anos tem sido aplicada nos Caminhos de Ferro Portugueses e têm feito propostas construtivas para uma efectiva modernização da empresa, para a melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços.

Mas o facto é que - como a FSTFP constata num comunicado de 6 de Janeiro em que toma posição face aos encerramentos anunciados no ano novo - assiste-se, «ano após ano (mau grado a propaganda governamental que anuncia comboios supersónicos para daqui a trinta anos), à degradação progressiva da qualidade do serviço».

«Não é por acaso» - afirma a Federação - «que a degradação da qualidade dos transportes ferroviários tem sido acompanhada pelo aumento crescente dos preços dos bilhetes e dos passes sociais. A lógica parece ser a de exigir mais dinheiro pela prestação de serviços de cada vez menor qualidade».

Mais: «a esta degradação da qualidade dos serviços prestados pela CP e ao crescente aumento dos preços dos bilhetes e dos passes, associa ainda o Governo uma desenfreada intensificação da exploração dos trabalhadores ferroviários, através da imposição, ano após ano, de tectos salariais muito inferiores às taxas de inflação» - acrescenta a Federação.

Ora, contra isto, muito justamente, têm lutado e lutam hoje os ferroviários. E a FSTFP recorda que quando, «esgotadas todas as outras formas de luta, são obrigados a recorrer à greve, o Governo procura virar as populações contra eles».

Só que, na prática, torna-se cada vez mais evidente que o mal não está nas greves, tal como não está nas justas lutas das populações. A luta e a solidariedade dos trabalhadores ferroviários e dos utentes afectados pelos encerramentos é a resposta adequada à política de Cavaco Silva e do PSD e à prática do Conselho de Gerência da CP, e é também um bom contributo para que o caminho-de-ferro se desenvolva, antes de mais, de acordo com os interesses do País. ■

O encerramento, desde o passado dia 1, de nove troços da via férrea, no Minho, Trás-os-Montes, Beira e Alentejo, agora anunciado pelos Serviços de Relações Públicas da CP, é mais um significativo exemplo da política antipopular, retrógrada e autoritária do Governo de Cavaco Silva.

Os interesses das populações servidas por essas linhas férreas são espezinhados em nome de hipócritas razões «economicistas» de «adequação da oferta à procura» e de «racionalização do sistema produtivo».

Esta decisão é particularmente grave porque atinge regiões manifestamente conhecidas como zonas deprimidas, com carências de infra-estruturas, inclusive de transportes, para o seu desenvolvimento económico e social. Objectivo que, apesar de demagógica e hipocritamente propagandeado pelo Governo, é assim posto em causa e subordinado aos interesses dos capitalistas da camionagem privada e a uma visão tacanha e tecnocrática dos transportes ferroviários e da CP.

O carácter autoritário e antialogante do Governo de Cavaco Silva denuncia-se mais uma vez com uma medida tomada sem ter em conta a opinião, das autar-

quias locais, das Comissões de Defesa das Vias Férreas ameaçadas de extinção, e dos organismos representativos dos trabalhadores ferroviários. Esta decisão viola inclusive compromissos assumidos em algumas regiões pelos seus representantes — Governadores Civis e Conselho de Gestão da CP — de manutenção de vias férreas, para com as populações e eleitos de autarquias.

Numa espécie de sanha vingativa contra o povo, pela derrota eleitoral que lhe foi infligida a 17 de Dezembro, Cavaco Silva parece fazer votos de um mau Ano Novo para os portugueses. Depois da subida do preço de produtos e bens essenciais, a liquidação de transporte ferroviário para milhares de utentes dos serviços da CP.

O PCP continuará a lutar pela modernização dos transportes ferroviários ao serviço das populações e das regiões, incluindo a manutenção, renovação do equipamento circulante e fixo das vias agora encerradas.

Lisboa, 4 de Janeiro de 1990  
O Gabinete de Imprensa do PCP

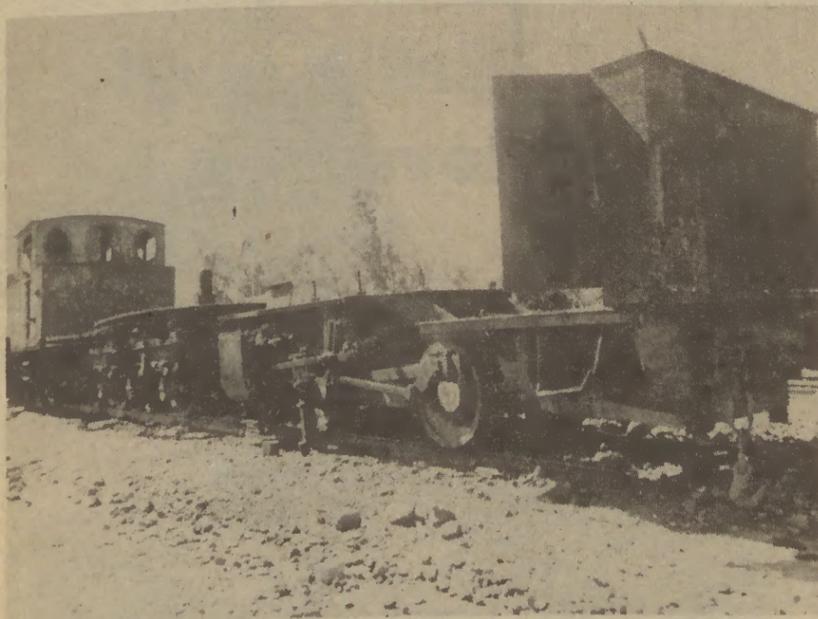
## Solidariedade dos ferroviários

É lamentável que o Conselho de Gerência da CP e o Governo de Cavaco Silva, numa atitude de manifesta má-fé, tenham decidido o encerramento de nove troços de linha ferroviária, prejudicando as populações das zonas afectadas, exactamente na altura mais inconveniente, ou seja, depois das eleições autárquicas e antes da tomada de posse dos novos eleitos.

É importante lembrar ao Governo e ao CG da CP que esta empresa também tem uma função social. Não podem, portanto, os responsáveis do País e da CP decidir apenas em função dos aspectos economicistas.

A Comissão de Trabalhadores da CP e os trabalhadores ferroviários, como sempre, continuam abertos ao diálogo com as partes interessadas com vista a encontrar o melhor caminho para os problemas que o Governo e o CG afirmam querer resolver com o encerramento dos troços. Somos, pois, solidários, com as populações e autarquias que, não aceitando os encerramentos decididos de forma unilateral, lutam para que os troços se mantenham em funcionamento e exigem diálogo.

Joaquim Reinho,  
membro da CT da CP



No que respeita aos 4041 quilómetros de via férrea, a CT da CP divulgou há ano e meio números que denunciam o estado de degradação a que os responsáveis a têm abandonado: desde 1969 apenas beneficiaram de renovação integral 1951 quilómetros, e em cerca de 500 quilómetros de via o assentamento data de 1890

■ Vasco Paiva

# A linha do Corgo em marcha atrás

**A** 15 de Fevereiro de 1900 é elaborado o Plano Ferroviário Nacional. Fica delineada a construção da linha do Corgo — Régua e Chaves. Previa-se então a sua ligação em Vidago com a linha do Vale do Tâmega, que para o efeito deveria ser continuada a partir de Arco de Baulhe. Projectava-se ainda nesse plano que a linha férrea prosseguisse para além de Chaves, atravessasse a fronteira e fosse entroncar com a linha espanhola de Medina, Zamora, Orense, Vigo. Em 1921 a linha do Corgo chega a Chaves. Os anos passaram, veio Salazar e o seu ministro Duarte Pacheco e o Plano é abandonado em todos os restantes objectivos. Mas, se em 1928 o percurso demorava cerca de 3 horas, em 1947, com a integração na CP e com o «desenvolvimento» salazarista, passou a demorar cerca de 5 horas. Actualmente, isto é, antes de encerrar, demorava 3 horas e 30 minutos.

Poderá parecer de pouco interesse recordar estes breves trechos do passado de uma linha agora condenada à morte por obra e graça do Governo PSD/Cavaco Silva e da CP. É sabido que esta sentença de morte tem como data a resolução do Conselho de Ministros de 4 de Fevereiro de 1988 e que a certidão de óbito é assinada tendo como ministro dos Transportes Oliveira Martins que, curiosamente ou talvez não, foi secretário de Estado no governo de Marcelo Caetano e administrador da CP nos tempos de Salazar.

Poderá tudo isto soar a requiem ou a um mero conhecimento folhetinesco mais apropriado para um futuro guia turístico.

Mas aqui se condensam questões ainda actuais e que esquemas políticas retrógrados ou pretensamente tecnocratizantes julgam por bem enterrar: por um lado, a via férrea como factor de desenvolvimento económico e o seu carácter eminentemente social; por outro, a necessidade de modernização da via para uma maior e melhor utilização da mesma.

## A linha férrea como factor de progresso

A linha do Corgo atravessa o distrito de Vila Real de Norte a Sul, servindo diversos concelhos.

É o tráfego de pessoas, estudantes, militares, gente que vai às feiras (28 feiras mensais ao longo do percurso Vila Real-Chaves), para os empregos, enfim toda a circulação

de passageiros, quer na região, quer para fora da região.

É o transporte de mercadorias, com destaque para a batata, os adubos, os produtos agrícolas, as águas minerais e os minérios.

Outros números falam ainda só por si da importância estratégica da linha do Corgo:

— mais de 50% da população estudantil da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro reside à Norte de Vila Real; e a Universidade não pára de crescer;

— mais de 60% (e em alguns casos 80%) da actividade do distrito de Vila Real concentra-se ao longo da linha.

A propósito, convém referir que a Comissão de Trabalhadores da CP realizou um estudo que provava a viabilidade económica da Linha do Corgo e que foi entregue ao Governo e ao Presidente da República há cerca de 1 ano e que, incompreensivelmente, permanece esquecido.

Ao decidir-se pelo encerramento da linha do Corgo, o Governo e a CP «entregavam» a exploração do transporte a empresas rodoviárias particulares que naturalmente só farão o que lhes for vantajoso e por pouco tempo — veja-se o que sucedeu com a linha do Sabor.

E nem sequer podem falar em boas estradas como alternativa. A tão falada IP3 (Chaves-Régua-Figueira da Foz) só existe no mapa e na propaganda oficial.

Além do mais as IP (Itinerários Principais, de seu nome) são ligações ponto a ponto, não servem a malha intermédia, não servem a região.

É curioso que de tanto se falar



nas IP há muita boa alma que acredita na sua existência total. É vulgar encontrarmos em Vila Real um desprevendo automobilista à procura da IP4 para Bragança ou da IP3 para Chaves... é que os letreiros estão lá, a estrada é que não! Naturalmente que irá sendo feita lentamente em pequenos segmentos propícios a muitas inaugurações.

Mas não nos desviemos para as estradas, nem tropeçemos em buracos (de que o «Avante!» já falou na semana passada, embora parecendo que só há buracos em Lisboa...) e voltemos aos carris.

Será ainda importante recordar que os custos de transporte por quilómetro de estrada são 15 vezes mais caros do que por via férrea; e, numa altura em que tanto devem preocupar os custos energéticos, é bom recordar que a relação varia de 1 para 10 e de 1 para 20, naturalmente a favor da via férrea.

Quando tanto se apregoa a integração na CEE, seria de esperar que se concretizasse a ligação ferroviária com a Galiza, o que proporcionaria uma ligação quase directa a Valladolid e a Madrid. Mas tudo indica que apenas existe a preocupação

de melhorar a ligação ferroviária internacional a Sul (Badajoz-Lisboa ou quando muito à Beira Alta), obrigando assim a desviar para o Sul todo o trânsito ferroviário do Norte que se dirija a Espanha impedindo-se o desenvolvimento económico e o intercâmbio comercial a Norte entre os dois países.

Mesmo nos poucos países em que funcionam as linhas de alta velocidade estas são o complemento das redes básicas ferroviárias. Associar a modernização à extinção de redes ferroviárias ditas secundárias pressupõe um salto no vazio, inevitavelmente perigoso para o conjunto da rede ferroviária.

Na Conferência sobre Emprego e Desenvolvimento promovida pela União dos Sindicatos de Vila Real, afirmava um participante: «Tenho estado em todos os países da CEE, com excepção da Grécia, verifiquei que não há um único destes que possua uma capital distrital que não esteja ligado à capital nacional através duma via férrea.

Porquê? Porque o caminho-de-ferro tem uma capacidade estruturadora do território que a estrada não possui. O caminho-de-ferro fez-se para servir as populações. As estradas servem, quando muito, os indivíduos que dispõem de viatura particular ou podem dar resposta, do ponto de vista económico, à oferta restrita das empresas de camionagem».

Acresce ainda que, enquanto se sentenciam à morte linhas férreas, não existe um Plano Nacional de Transportes que preveja um desenvolvimento equilibrado e harmónico.

Preocupações idênticas existem na Galiza, o que levou as CC.OO. da Galiza a reclamarem a electrificação completa da rede da Galiza, nomeadamente da linha Orense/Zamora e a integração da Galiza na futura rede espanhola e europeia de comboios de alta velocidade.

Tudo o que se está a passar na região transmontana — o encerramento da linha do Corgo, a que se junta a linha do Tua, a do Sabor, o troço Régua-Barca d'Alva, em perigo, e o encerramento do troço Amaranite-Arco de Baulhe — mostra que, contrariando a propaganda governamental de aproximação do interior ao litoral, de integração europeia, se

## Racionalizar a 60 contos por dia

(...)

Em Maio de 88, quando da implementação dos novos horários de verão, prevíamos que o desajustamento dos mesmos em relação aos interesses dos utentes visava degradar a oferta com o fim de mais facilmente proceder aos encerramentos programados. Para os incrédulos de então, aí está a resposta do Governo e da CP.

Estes planos visam o encerramento de mil quilómetros de via e mais de 300 estações, ficando a rede ferroviária nacional reduzida ao eixo Braga-Lisboa-Faro, às ligações com Espanha e aos suburbanos de Lisboa, Porto e Coimbra.

Repare-se que no plano de modernização e reconversão dos caminhos-de-ferro (1988-1994), aprovado em Conselho de Ministros em Janeiro de 88, a rede secundária, com 1076 quilómetros, absorve apenas 0,2 por cento do total do investimento previsto. Este valor denuncia claramente quais são as intenções

do Governo e da CP em relação a estas linhas: encerrá-las.

(...)

O Governo, com esta medida gravosa para as populações, esquece um princípio que é aceite em todos os países comunitários: a função social do transporte de passageiros.

O desrespeito pelas populações levou-o inclusivamente a desrespeitar-se a si próprio quando viola a Lei de Bases de Transportes (que era um proposta de lei sua), ao não consultar as autarquias sobre a decisão que tomou à revelia de tudo e de todos.

Esta medida danosa é justificada com a racionalização do sistema produtivo. Mas, na verdade, que racionalização existe quando o autocarro privado que substitui as composições no ramal de Sines custa 60 contos por dia à CP?

(...)

Da intervenção de Luís Roque, deputado do PCP, na Assembleia da República, a 9 de Janeiro





caminha de facto em sentido inverso, com o crescente abandono destas regiões e o maior afastamento dos mercados.

Entra-se num círculo vicioso típico de países subdesenvolvidos — como as comunicações por via férrea são fracas, existe um baixo desenvolvimento económico e social e depois, teoriza-se, como este atraso não é capaz de gerar uma procura suficiente, não se justificam e não se realizam os investimentos necessários para melhorar as infra-estruturas ferroviárias.

É caso para dizer que andam a brincar aos PDR ou querem transformá-los em planos de destruição regional.

## A degradação da via férrea e do material circulante

Podemos afirmar que esta degradação já vem de há muito, mergulha as suas raízes no salazarismo, de há cinquenta anos a esta parte.

Em 1988 o Governo e a CP fizeram uma má radiografia (a que lhes convinha) e decidiram aplicar uma pior terapia.

Primeiro deixaram degradar as infra-estruturas e o material circulante, depois suprimiram horários e, naturalmente, as pessoas deixaram de

procurar os caminhos-de-ferro porque não lhes serviam.

Num esforço suplementar de privatização, decidiram privatizar os passageiros e estes têm de procurar as empresas rodoviárias privadas, mais caras, apesar de subsidiadas, e ao sabor dos interesses exclusivos dos lucros dos seus proprietários.

Degradando-se a via férrea, provocando artificialmente um desinteresse como meio de transporte pelos passageiros, entra-se num novo círculo vicioso e encontram-se os argumentos necessários para afirmar que a linha do Corgo não se justifica e há que a encerrar.

O fenómeno não é exclusivo e certamente poderemos encontrá-lo

repetido em todas as regiões do País onde encerraram em 1 de Janeiro de 1990 os comboios a passageiros: em Valença-Monção, Amaranthe-Arco de Braúlhe, Sernada-Viseu, Évora-Régueiros de Monsaraz, Évora-Estremoz-Vila Viçosa, Estremoz-Portalegre, Beja-Moura e Ramal de Sines.

## A luta e os silêncios

Como os argumentos do Governo e da CP não pegam, as suas medidas provocam indignação e luta.

Em 1988 realizaram-se poderosas manifestações na região. Em Junho de 1988 um plenário de 300 passageiros elegeu uma Comissão de Defesa da Linha do Corgo.

A luta vinha de trás: já em 1984 e em 1986 se tinha realizado diversas manifestações. A ameaça de encerramento também já vinha de trás, mas em 1988 ganham ambas novo alento.

Perante os protestos populares, realiza-se uma reunião no Governo Civil em que a CP se compromete a manter duas circulações diárias.

Passado pouco mais de um ano, deixando encerrar o ciclo eleitoral de 89, esquecem os compromissos e pela calada inauguram 1990 com o encerramento da linha do Corgo entre Vila Real e Chaves.

A Lei de Bases dos Transportes Terrestres obriga a que sejam consultadas as autarquias locais — tal não foi feito, e por isso se afirma que esta decisão, para além de arbitrária, é ilegal.

A Comissão Distrital de Vila Real do PCP prontamente tomou posição pública, como o «Avante!» noticiou,

e em toda a região este comunicado foi distribuído e bem recebido. Na Assembleia da República ergueu-se a voz dos deputados do PCP, nas Assembleias Municipais os nossos eleitos apresentaram moções de protesto.

Em Tourencinho (Vila Pouca) a população manifestou-se e obrigou um comboio de mercadorias a re- curar até Vila Real, logo no dia 3 de Janeiro.

A Comissão de Defesa da Linha do Corgo multiplicou-se em contactos, ganhou o apoio de presidentes de Câmara e presidentes de Junta de Freguesia.

No domingo passado, 14 de Janeiro, a Comissão promoveu uma reunião pública em Pedras Salgadas, na sede da Junta de Freguesia de Bornes de Aguiar, com dezenas de participantes, entre os quais uma representação da Comissão de Trabalhadores da CP, o presidente da Câmara de Chaves, um representante da Câmara de Vila Pouca e numerosos presidentes de juntas de freguesia.

Aprovada uma moção em que se exige a imediata reabertura da linha e a sua modernização, decidiram ainda solicitar o apoio expresso em moções às autarquias locais.

Cientes de que o problema não é exclusivo da região, decidiram contactar as outras Comissões de Defesa e Autarquias de regiões afectadas pelo encerramento de linhas férreas para a unificação da luta a nível nacional. Para isso vão reactivar a União das Comissões para a Defesa das Linhas Férreas de Portugal criada no Porto em 11 de Março do ano passado.

No horizonte imediato está agora a entrega da moção aprovada às entidades oficiais e a multiplicação de contactos para uma iniciativa de carácter nacional.

Contam com a solidariedade efectiva dos trabalhadores ferroviários, de diversas autarquias locais e de estruturas populares — movimento sindical, organizações de agricultores e associações comerciais e industriais.

Tal como num passado ainda bastante recente, as populações da linha do Corgo estão na disposição de sair à rua, de baterem o pé ao Governo e à CP.

Os transmoutanos não estão na disposição de aceitar passivamente que mais uma vez lhes sejam arrancados os seus direitos e abandonada a sua região. Os próximos tempos encarregar-se-ão de o demonstrar.

E depois digam... «O comboio apitou três vezes». ■

## O vidro partido

O encerramento dos ramais não é para nós um problema novo. Há vários anos que a CP e os governos têm tentado encerrar ramais no Alentejo e noutras zonas.

Nesta última fase, o que aconteceu foi que o Conselho de Gerência da CP e o Governo resolveram, primeiro, alterar os horários para criar uma situação em que os passageiros fossem obrigados a não usar o comboio; depois de criarem este desfasamento de horários, vêm dizer que o comboio não é usado. É o mesmo que atirar uma pedra a um vidro, para depois dizer que ele está partido.

Apesar do momento em que foi tomada a decisão — depois das eleições para os órgãos autárquicos e antes da tomada de posse dos

eleitos —, as autarquias e a Associação de Municípios do Distrito de Évora reagiram prontamente, manifestando o seu desacordo face a uma medida que prejudica as populações e para a qual os autarcas não foram ouvidos.

Pela nossa parte, solicitámos audiências ao Conselho de Gerência da CP e ao Ministério dos Transportes e Comunicações. Até agora não nos foram concedidas.

Se se verificar que o diálogo com o Governo e a CP é inviável, então teremos que avançar, certamente, para outras acções, que discutiremos previamente com as populações.

Fernando Cruz, presidente da CM de Montemor-o-Novo e da Associação de Municípios do Distrito de Évora

## Mais difícil o desenvolvimento

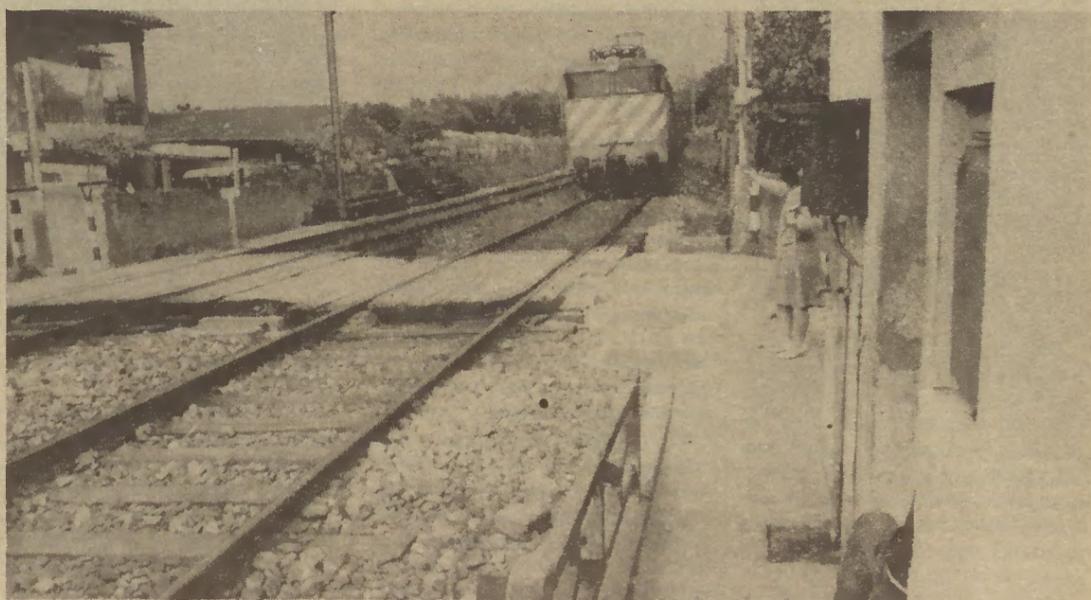
Com o encerramento do ramal de Moura, o Baixo Alentejo - e a Margem Esquerda em especial - fica mais isolado e com mais dificuldades em alcançar o almejado desenvolvimento por que há tanto lutam as suas gentes e que o poder central persiste em travar.

Primeiro foi o deixar degradar a linha e o material circulante. Depois foi a encerrar apeadeiros e reduzir o número de carreiras. Agora é o acabar por completo com o transporte de passageiros. Amanhã será também o pôr fim ao transporte de mercadorias. É a perversão completa do espírito do caminho-de-ferro: aproxi-

mar as pessoas e contribuir para o desenvolvimento das regiões.

Temos esperança que esta má medida do Conselho de Gerência da CP possa ainda ser corrigida, perante os inúmeros protestos que contra ela vêm de todo o lado - autarquias locais, que não foram previamente ouvidas como lhes tinha sido prometido, sindicatos, agentes económicos, partidos políticos, populações em geral.

José António do Rosário Guerreiro  
Vereador da CM de Beja  
Presidente da Associação de Municípios do Distrito de Beja



# O PCP no debate parlamentar sobre televisão privada

O debate que hoje (1) iniciamos sobre o exercício da actividade de radiotelevisão em Portugal tem como pano de fundo as alterações introduzidas no texto constitucional por ocasião da sua segunda revisão. Esta circunstância confere a este debate uma natureza completamente diversa de outros que, em momentos anteriores, se realizaram nesta Assembleia, sobre esta mesma matéria.

A Constituição permite hoje inequivocamente que, mediante licença a conferir por concurso público, possam funcionar canais privados de televisão, mantendo porém a incumbência do Estado de assegurar um serviço público de radiotelevisão.

Em termos gerais, compete ao Estado assegurar a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, tratando de forma não discriminatória as empresas suas titulares e impedindo a sua concentração. E, no que se refere ao sector público, incumbe-lhe salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e demais poderes públicos, bem como, assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Trata-se agora, de procurar encontrar, para a actividade de radiotelevisão em Portugal o enquadramento legal que, da forma mais adequada, assuma as responsabilidades constitucionais do Estado nesta matéria e tenha em devida conta a real aspiração actualmente existente de uma maior diversidade de opções em matéria de programação e de pluralismo político, estético e de géneros, aferido por critérios que não se limitem apenas aos ditados pela pressão das audiências.

## Iniciativa oportuna e aspectos positivos...

Consideramos oportuna a iniciativa do Partido Socialista. Compartilhamos a opinião de que, aberto um novo quadro por força da revisão constitucional, importa clarificá-lo rapidamente em sede legislativa, por forma a impedir que o *timing* dessa necessária clarificação seja inteiramente escolhido de acordo com objectivos eleitoralistas e que com o decurso do tempo se avolumem ameaças para o serviço público de televisão, que importa defender e modernizar.

Compartilhamos ainda a visão decorrente do projecto do PS de que a lei a aprovar sobre o exercício da actividade de radiotelevisão não se deve limitar a regular a abertura à iniciativa privada mas deve equacionar de forma globalizante os problemas da televisão e do audiovisual em geral que, longe de se limitarem a aspectos meramente mercantilistas, dizem, cada vez mais, respeito à própria identidade cultural de cada povo.

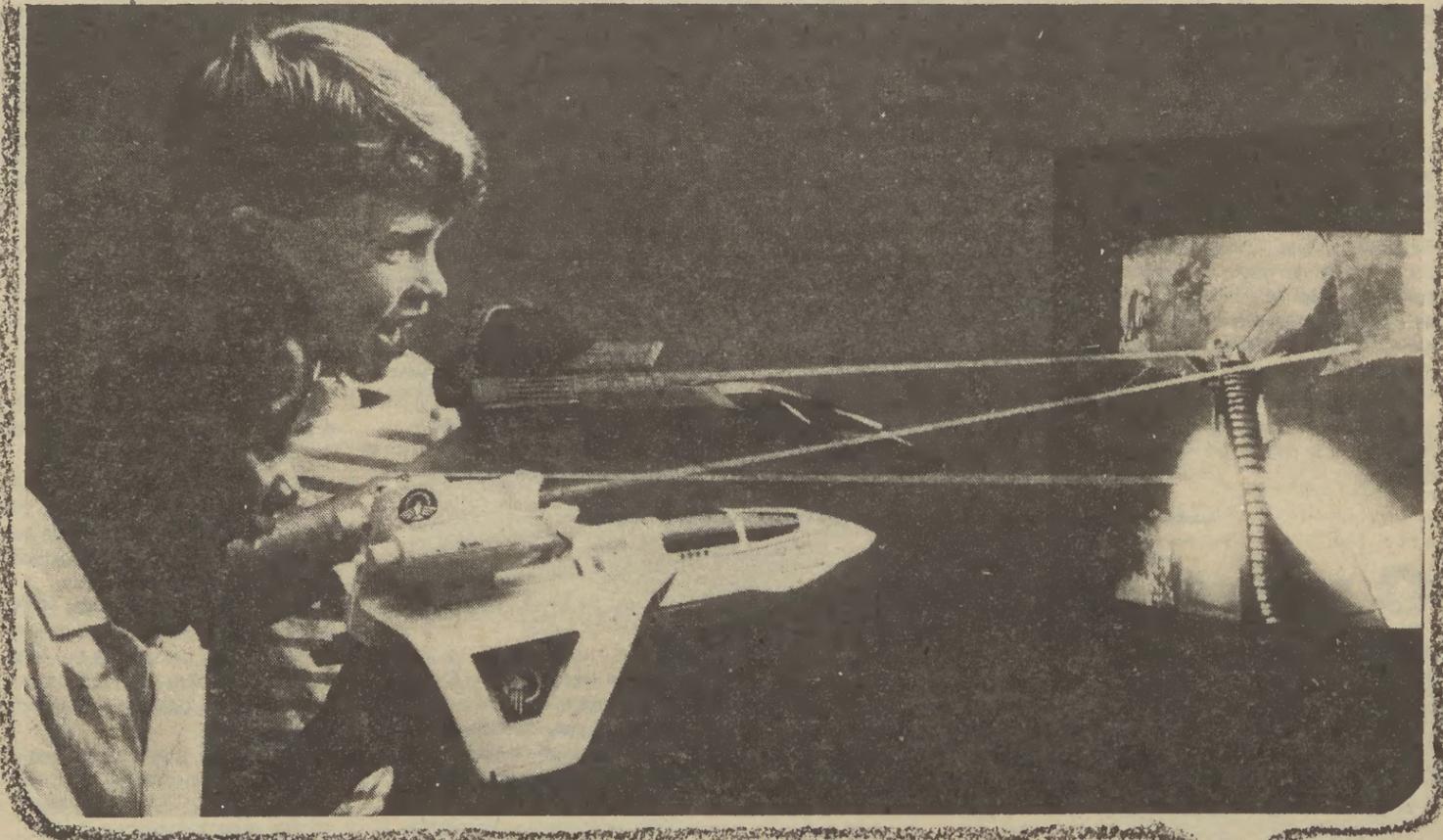
Há aspectos no projecto de lei do Partido Socialista que consideramos positivos.

Salientamos designadamente a manutenção de dois canais de televisão afectos à Radiotelevisão Portuguesa; o estabelecimento de um caderno de encargos razoável para efeitos de concurso público de licenciamento; o estabelecimento de condições objectivas de preferência; a regulamentação dos direitos de resposta, de réplica política e de tempo de antena; a adopção de um modo

de gestão participado para o serviço público, a limitação de participação de capital estrangeiro e a previsão de algumas medidas anticoncentradoras.

## ... mas também ambiguidades

Consideramos porém, que o projecto do PS contém algumas ambi-



guidades em aspectos que, pela sua importância, não podem, no momento em que nos encontramos, deixar de ser cabalmente clarificados.

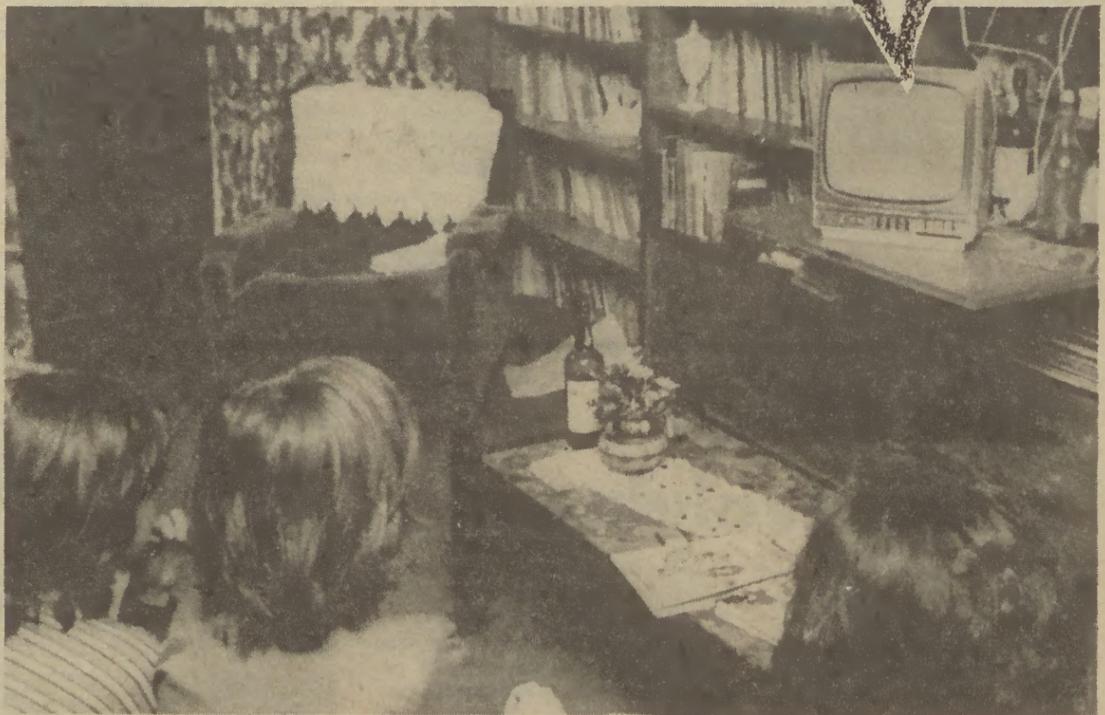
Importa que sejam melhor explicados aspectos importantes como nomeadamente a definição clara de produção própria e original com garantia de emissão e de medidas de apoio à criação nacional, o destino a dar aos arquivos da RTP ou o processo de renovação das licenças atribuídas.

E é absolutamente indispensável esclarecer aspectos fulcrais para o enquadramento da actividade televisiva em Portugal sobre os quais o projecto do PS assume posições pouco explícitas.

O esclarecimento de quem suportará os investimentos vultuosos a nível das infra-estruturas indispensáveis ao futuro exercício da actividade de radiotelevisão por operadores privados e o esclarecimento sobre o papel que está reservado para o serviço público de televisão no quadro da abertura à iniciativa privada, são aspectos fundamentais em relação aos quais não pode haver ambiguidades ou equívocos.

É hoje uma evidência que o País não se identifica com a televisão portuguesa que temos. As razões são perfeitamente compreensíveis. Também a RTP, submetida a uma gestão defeituosa e a uma situação persistente de manipulação informa-

**«Tenhamos consciência de que estamos a regulamentar as condições de entrega a sectores do grande capital dos meios mais poderosos de imposição de gostos e valores»**



tiva, não se identifica com o País que somos.

Compreendemos de igual modo a aspiração hoje existente na sociedade portuguesa de uma maior diversidade de opções em matéria de programação televisiva e que, independentemente das circunstâncias que condicionaram o seu aparecimento, corresponde em aspectos essen-

ciais, a um fenómeno social de crescente e contínua diversificação de interesses, gostos e necessidades.

Temos porém a consciência de que uma RTP, sujeita a uma governamentalização informativa que representa um verdadeiro massacre dos telespectadores, com insuficiência e inadequação de planos e meios próprios de produção, com

meios técnicos e redes de emissão em constante degradação, contribui, em larga medida, não obstante um esforço e abnegação dos seus trabalhadores que deve ser salientado, para o descontentamento que se verifica em relação ao serviço público de televisão. E contribuiu também para uma mistificação corrente que consiste em apresentar a situação

actual da RTP como decorrendo inevitavelmente da sua natureza de serviço público.

## Mistificação

Esta mistificação não é inocente. Procura criar ilusões em relação ao carácter milagroso do aparecimento da televisão privada. Milagre, que a prática de vários anos, em vários países já desmentiu. A prática de vários anos em vários países já demonstrou que a televisão privada não opera milagre nenhum. Conduz ao aumento da transmissão de programas enlatados de importação em detrimento da emissão de produção própria. Reduz, em vez de alargar, a diversidade de programação. Sacrifica a qualidade à rentabilidade.

No momento em que a Assembleia da República se propõe legislar sobre o exercício da actividade de radiotelevisão, consumando a sua privatização, é fundamental reflectir sobre experiências recentes, por forma a tentar evitar erros que noutros países são já unanimemente reconhecidos.

Não é hoje novidade para ninguém que a concorrência a nível da televisão não conduz necessariamente à diversidade de programação, mas tende antes para a padronização dos gostos, pela mediocridade e das ideias pelo conservadorismo. Que a concorrência decorrente do aparecimento da televisão privada não conduz regra geral ao aumento da qualidade do serviço prestado mas bem pelo contrário: tende a sacrificar a qualidade em função da guerra de audiências e a preferir a rentabilidade dos programas enlatados aos custos da produção própria.

São de registar algumas preocupações patentes no projecto de lei do PS em relação a estes problemas. Importa, porém, ir mais longe em alguns aspectos. Importa garantir que no exercício de actividade de operadores privados de televisão não estejam ausentes critérios de qualidade, na emissão, e na própria produção. Importa definir com mais clareza as quotas de produção e a garantia da sua emissão, e importa prever medidas de apoio à criação de originais, não substituir a produção própria por simples traduções ou participações simbólicas em co-produções.

## Televisão e grande capital

O exercício da actividade de radiotelevisão comporta encargos financeiros vultuosíssimos. Importa que este facto não seja escamoteado como forma de falsear os dados do problema que estamos a discutir. Quando, como agora, debatemos a atribuição de canais de televisão a operadores privados, não estamos a falar em democratização dessa actividade. Não estamos a falar verdadeiramente em liberalização, traduzida na possibilidade dos indivíduos em abstracto acederem à actividade televisiva. Pelos encargos financeiros que essa actividade comporta, aquilo de que estamos a falar é das condições concretas em que dois ou três grupos económicos poderão usufruir de um canal de televisão.

Tenhamos consciência de que estamos a regulamentar as condições de entrega a sectores do grande capital dos meios mais poderosos de



imposição de gostos e valores. Tenhamos consciência da necessidade de garantir em meios de comunicação social tão poderosos e ao serviço de grandes interesses económicos, o respeito pela expressão das diversas correntes de opinião e tenhamos consciência de que a forma de vencer o sectarismo da RTP não é a institucionalização de outros centros de sectarismo.

A responsabilidade do Estado de assegurar um serviço público de radiotelevisão assume, no actual quadro mais do que nunca, um valor estratégico.

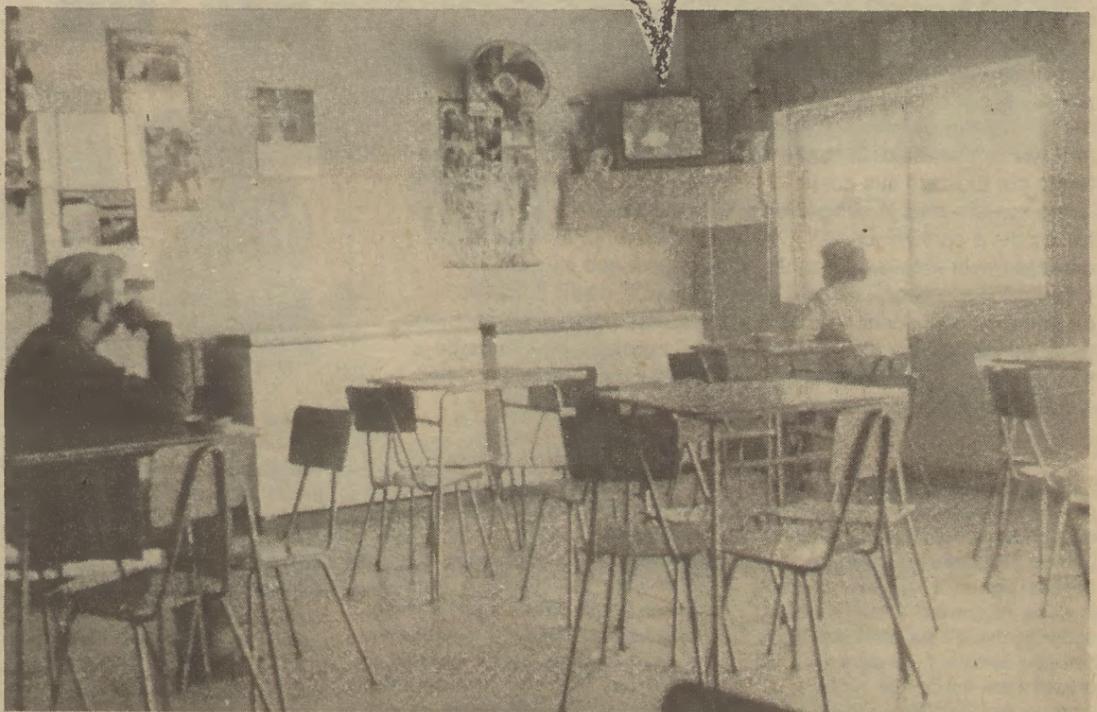
## Reforçar o serviço público

Em situação de concorrência, torna-se indispensável um investimento acrescido no serviço público, que seja o contraponto do primado do lucro sobre a qualidade, que seja a primeira garantia de pluralismo e de diversificação real, não estando sujeito a critérios estritos de rentabilidade. Em situação de concorrência, a RTP tem de concorrer, aumentando o grau de exigência na produção, na programação e na emissão.

Não compartilhamos a ideia, afiorada no preâmbulo do projecto de lei do PS, de que o serviço público de televisão se deve limitar a um papel moderador, em contraposição com empresas privadas supostamente mais aptas à inovação e à modernidade e mais atentas aos gostos das maiorias.

Pensamos que, para promoção e difusão da cultura e particularmente da nossa cultura, é imperioso investir grandes meios na inovação e na modernidade e que pela sua própria natureza é o serviço público de televisão quem está mais apto para tal empreendimento.

Para o PCP, é indispensável a defesa e modernização de um serviço público de televisão que assegure a diversidade de programação, com pluralismo político, estético e de géneros, rompendo com a pressão das audiências, enquanto colete de forças e não como meio natural de sondagem. Que assegure a cobertura integral do território nacional, incluindo o acesso ao satélite para as Regiões Autónomas. Que incremente acordos mutuamente vantajosos com televisões estrangeiras, diversificando a programação estrangeira. Que mantenha em funcionamento a telescola, assegure o funcionamento da Universidade Aberta e de outros



serviços de interesse comunitário. Que veja garantida a desgovernamentalização da sua gestão. Que beneficie do investimento tecnológico necessário ao seu desenvolvimento e modernização; com a concretização de um tão reivindicado centro de produção. Que participe numa indústria audiovisual nacional apta a assegurar a difusão de programas portugueses no estrangeiro. Que veja protegido o seu arquivo próprio. Que possa cumprir quotas de produção nacional original com garantia de emissão. Que mantenha as fontes de receita, designadamente publicidade e taxas, de que actualmente dispõe e que urgentemente garanta a multipolaridade estética e o pluralismo informativo, superando a escandalosa situação actual.

## Quem paga os investimentos

Iniciamos um debate com esta importância sem que possamos ter acesso prévio a elementos fundamentais para a configuração do que irá ser afinal o exercício de radiotelevisão em Portugal, e que o projecto de lei do PS remete para um plano técnico a aprovar pelo Governo.

Questões como a delimitação das zonas territoriais possíveis e respectivo âmbito de cobertura, bem como a definição dos sistemas de transporte e difusão de sinal possíveis de

utilização, só posteriormente serão conhecidos.

Há uma questão, porém, que não pode passar sem ser respondida. Quem custeará os investimentos indispensáveis para possibilitar o exercício da actividade de radiotelevisão por operadores privados?

É imperioso que se esclareça inequivocamente se os operadores privados que receberam alvarás de licenciamento terão de construir de raiz e à sua custa as infra-estruturas indispensáveis, ou se pelo contrário, o que se planeia é que o Estado proceda a investimentos de alargamento da actual infra-estrutura da RTP para depois concessionar a sua utilização aos operadores privados.

Neste aspecto, o projecto de lei do PS mantém a ambiguidade. Se, por um lado, abre a porta para a concessão de meios públicos de transporte e difusão de sinal, por outro lado parece apontar para a exigência de construção de raiz, ao preconizar períodos tão alargadas de licenciamento.

A optar-se pela titularidade pública dos meios de transporte e difusão de sinal, ficaríamos a saber que afinal a tão falada inevitabilidade da televisão continua dependente de uma última inevitabilidade: os investimentos públicos que a permitam.

Seja qual for a posição que defendam, os partidos que na revisão constitucional mais se bateram pela

anulação do chamado monopólio do Estado, não podem continuar, como em larga medida acontece no projecto do PS, a escamotear em que condições, e à custa de quê, ou de quem, se construirá o exercício por privados da actividade de televisão.

Da parte do PCP, tudo faremos para que, no respeito pelo actual quadro constitucional, se obtenha um enquadramento legal da actividade de radiotelevisão que, beneficiando do progresso tecnológico, permita satisfazer reais aspirações de diversidade, de qualidade de programação e de pluralismo informativo. Tudo faremos para que não se repita no caso da televisão o escândalo que foi a manipulação governamental da atribuição de frequências de rádio. Tuda faremos para a adopção de soluções dignas e transparentes, sem privilégios de qualquer espécie de entidades na atribuição de canais de televisão a entidades privadas. Tudo faremos para a defesa de um serviço público de radiotelevisão moderno, competitivo e desgovernamentalizado, exclusivamente ao serviço dos telespectadores, da difusão da cultura e dos princípios que norteiam o regime democrático. ■

Intervenção do deputado do PCP António Filipe no debate parlamentar sobre o projecto de lei do PS de abertura da TV ao sector privado.

(1) Quinta-feira, 11 de Janeiro de 1990

■ Henrique Custódio

# A MORTE JÁ SAI À RUA

Calçam botas da tropa importadas de 12 contos o par, rapam a cabeça, usam suspensórios, andam em bandos, afirmam-se racistas, são manipulados pela extrema direita, agrirem às cegas, mas só quando estão em vantagem, e já assassinaram gente. São a versão doméstica dos «skinhead» da europa-connosco, por cá também chamados «carecas» ou «cabeças rapadas» e a sua notoriedade impôs-se a 28 de Outubro do ano passado quando assassinaram à facada José Carvalho, dirigente do PSR, numa provocação organizada frente à sede deste partido na Rua da Palma, em Lisboa.

São seus mentores organizações de extrema direita que proclamam ideologias fascistas e, nos últimos anos, se têm esforçado por atingir um mínimo de «respeitabilidade» que lhes permita constituir-se em partido e, assim, infiltrar-se de «pleno direito» nas instituições democráticas portuguesas. É sobretudo o caso do MAN — «Movimento de Acção Nacional» — e ainda da «Frente Nacional/Nova Monarquia» e «Terceira Via».

Os «skinheads» funcionam como uma espécie de tropas de choque destas organizações neo-fascistas e os trágicos acontecimentos que protagonizaram em Outubro passado e conduziram ao assassinio de José Carvalho, perturbaram o projecto de formalização política dos seus mentores.

Daí que as arruaças «skinheads» tenham desde então mergulhado em alguma letargia na zona da capital, recrudescendo no Porto no final do ano passado com agressões a jovens negros que, num caso, quase ia desembocando em novo homicídio.

As recentes agressões do Porto vieram sublinhar várias coisas: que os «skinheads» não são um fenómeno desgarrado e acidental, que a sua actuação não é espontânea ou fortuita, que os seus crimes não perturbam ou atemorizam quem os pratica e enquadra, que se não têm um projecto de acção coerente e coordenado, há quem o tenha por eles e à sua custa. O fascismo está aí, bestial e cobarde como sempre mas já suficientemente à vontade para se afirmar à luz do dia e cometer crimes a coberto da noite. E do medo. É urgente travar-lhes o passo, não apenas pelo que são mas sobretudo pelo que já estão a desencadear. E não é difícil: as autoridades conhecem-nos, os investigadores policiais têm-nos sob mira, as instituições democráticas do País proíbem liminarmente a sua acção, o nosso povo rejeita-os sem equívoco, os seus crimes exigem punição e prevenção imediata.

Quem vá ao Porto, como nós fomos no passado fim-de-semana, não encontra «skinheads» a deambular e muito menos a exhibir-se, não apenas porque a sua actuação não é essa (preferem a concentração semi-clandestina ou em locais públicos que dominam, donde partem em grupos para «raids» de violência selectiva) mas também porque a denúncia dos seus crimes recentes nos órgãos de Comunicação Social os fez retrair e mudar de poisos. Poisos que são conhecidos, no Porto: o «IF» (ex-Lá-lá-lá), pub que os Cabeças Rapadas, vindos quase todos de Lisboa, destruíram há três anos no Centro Comercial Dallas e que reabriu posteriormente ligado a eles, e o «Frog», no Parque Itália, locais que recentemente abandonaram um pouco, na sequência de uma visita da Direcção Central do Combate ao Banditismo (DCCB) da Polícia Judiciária do Porto. Tudo na zona da Boavista, onde até agora têm circunscrito as suas «acções», nomeadamente as recentes agressões e numerosas pichagens acompanhadas pelo símbolo do MAN e outras iconografias fascistas, com afirmações racistas («Morte aos pretos», «Pretos rua», etc.) ou de carácter pseudo-político («Não à CEE», «Heil Hitler», «Eleições = tacho», e por aí fora).

## Tabaco espanhol e cigarrilhas de prata

Nas conversas que mantivemos com jovens estudantes de várias Escolas Secundárias da Região do Porto e com estudantes universitários africanos vindos de diversos países de expressão portuguesa, foi evidente a preocupação e a revolta à mistura com alguma prudência na abordagem da situação pois, como nos disseram, «os skinheads têm inexplícavelmente uma óbvia rede de informações» e um tipo de actuação assente na ameaça anónima. O medo como trave mestra, pois claro...

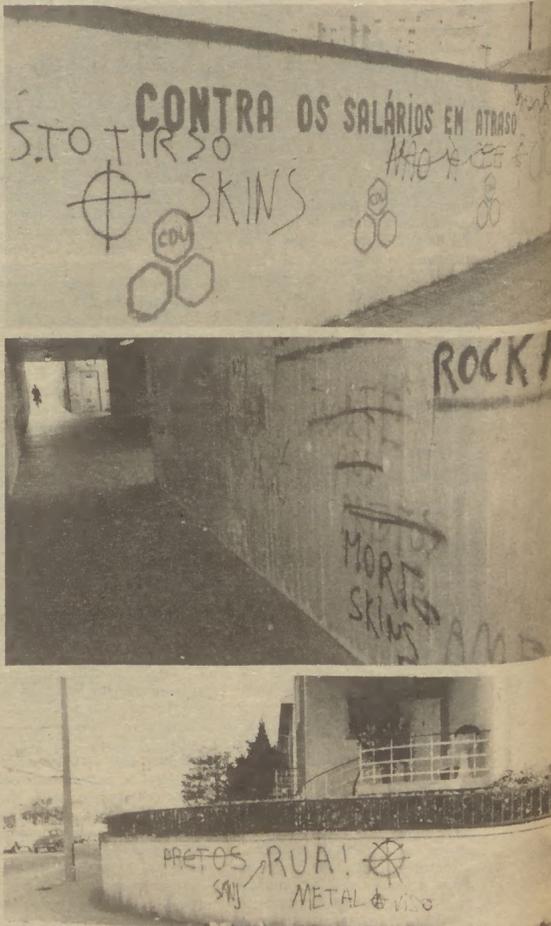
No primeiro caso, a situação nas Escolas Secundárias foi-nos descrita como tendo muitas variações, com

relevo para algumas onde a extrema-direita encontra (ou conquistou?) liberdade de movimentos, nomeadamente a Escola Secundária Rodrigues de Freitas, no Porto (que chega ao ponto de ter na sua fachada a placa, que alguém lá repôs, explicando que o edifício «foi construído durante a Ditadura Nacional»), a Secundária Aurélio de Sousa, e de Clara Resende ou de Almeida Garrett, esta última em Gaia. E nelas que se encontram dirigentes do MEN, «gente muito bem que não se envolve nas arruaças pois usa os skins para isso, como tropa de choque», e que são em geral «meninos bem, a nata mais fina da Foz muito bem vestida, com dinheiro, que fumam tabaco espanhol em cigarrilhas de prata e se assumem de extrema-direita nas próprias aulas», o que às vezes leva os professores a evitarem a abordagem de certos assuntos para fugirem ao conflito».

Quando aos estudantes africanos, a nota dominante do seu estado de espírito é a apreensão indignada. Confiam nas autoridades portuguesas para que resolvam rapidamente a situação e vão pensando em formas de solidariedade e entrelajada, empurrados que estão a ser para um quotidiano de sobresalto e perigo efectivo. Não querem, naturalmente, entrar em esquemas de autodefesa que acabariam por reduzir a situação a confrontações de bando, quando os únicos bandos — e perigosos — são esses grupos criminosos de «cabeças rapadas». Urge agir. O problema dos «skinheads» está a transformar-se, além do mais, numa vergonha nacional.

## Crime organizado

Mas afinal quem é esta gente? Citemos a delegação do Porto do



matutino «o diário», num excerto dos seus recentes e excelentes trabalhos de investigação jornalística acerca dos «skinheads»:

(...) «Com um historial europeu já velho de 15 anos, o movimento skin faz a sua aparição em Portugal em meados da década de 80. Tal como noutros países, é o liberalismo eco-



nómico em ascensão o caldo de cultura em que se desenvolve o espírito radical de segmentos da juventude que não encontram, na situação socioeconómica, razões para a esperança. Primeiro insequentistas (arruaças, bebedeiras, hooligans), a extrema-direita política pro-

cura enquadrá-los e canalizá-los: racismo, nazismo, fim da democracia. «Só há um meio para melhorar a democracia — destruí-la», proclama em Junho de 1987, ao mesmo tempo que Cavaco Silva obtinha a sua maioria eleitoral, o «Combate Branco», um dos pequenos jornais do MAN» (...)

Daí não ser de estranhar encontrarmos entre os «skinheads» uma percentagem apreciável de jovens oriundos de famílias operárias e da pequena burguesia (o dirigente do MAN, Luis Henriques, não resistiu a gabar-se numa entrevista ao «Tempo» de que «há uma certa dor de cotovelo dos partidos de esquerda em não terem do seu lado as pesso-

as que têm dificuldades na vida» o que, ressalvado o enorme exagero que pretende dar a esta gente uma expressão numérica que não tem, na nossa sociedade, não deixa de ser significativo).

As ligações da extrema-direita, designadamente do MAN, à actuação dos «cabeças rapadas» é, de resto, um dado importante na análise do fenómeno. Esta estrutura neo-fascista tem ultimamente procurado descolar-se das suas ligações aos «skins», dado haver acalentado a esperança de se transformar em partido político legalizado (num óbvio desprezo pelo preceito constitucional que proíbe organizações fascistas em Portugal...) Essa descola-

gem tornou-se mais imperiosa com o assassinato de José Carvalho e a indignação geral que cresceu pelo País e o tal Luis Henriques, na citada entrevista ao «Tempo» onde se deixou fotografar muito penteado e engravatado para passar por bom rapaz, até se esforçou a explicar que «nós não somos os cabeças rapadas», embora logo a seguir «escoregasse» a admiti-lo ao afirmar que «quer estivessem membros ou não do movimento (MAN), este não pode ser responsabilizado por isso» (o assassinato do dirigente do PSR). Noutra entrevista ao «Primeiro de Janeiro» dada por três dos «skinheads» que espancaram o jovem negro na Avenida de França e o ali-

raram à linha do comboio (assumindo-se como autores confessos do crime), um deles, identificado como Rui, afirmava a certa altura: «o MAN apoia-nos na parte política. O que aconteceu com o preto, por exemplo, se fosse preciso advogado, penso que eles não arranjariam um».

Entretanto sabe-se que a Polícia Judiciária e a Direcção Central de Combate ao Banditismo conhecem profundamente os «skins» a partir de intensas e profundas investigações, esperando-se que se desencadeiem os mecanismos necessários para apurar os responsáveis dos crimes, cometidos e desarticular esta rede de autêntico crime organizado. ■



# Skinheads no Porto

## As origens dos «skinheads»

A origem dos «skinheads» remonta à Inglaterra dos anos 60, num processo de cisão e radicalização do movimento MOD, desaparecendo nos finais da década e reaparecendo em meados dos anos 70 estimulado pela emergência do movimento «punk» (de que, aliás, se virá a distanciar) reivindicando-se da juventude operária e definindo-se mais pela sua origem social; apresenta elementos culturais, musicais e de vestuário dos «bottboys», juventude da classe operária negra dos bairros periféricos ingleses; jovens negros e brancos juntam-se em actividades comuns e fazem frente à polícia nesta época, em confrontos nos bairros operários londrinos.

No início dos anos 80 desenvolve-se uma tendência racista no movimento «skin», assinalada pelos primeiros confrontos entre brancos e paquistaneses, num quadro socioeconómico de crescente alienação provocada pela política liberal do governo de Thatcher, com o seu cortejo de desemprego e crise social a atingir vastas camadas da juventude e da sociedade inglesa. A organização fascista britânica «National Front» começa a enquadrar os «skins», juntamente com o «British Nationalist Party» (estas organizações fascistas haviam emergido em 1967 na coligação de grupos racistas e fascistas, com quadros dos movimentos fascistas dos anos 40). A extrema direita encontrou assim nos «skins» a sua tropa de choque, recrutando também militantes e simpatizantes nos clubes de futebol (os tristemente célebres hooligans, dando-lhes treino militar, cobertura e objectivos de acção. São organizados em grupos de combate com hierarquias, treinos, etc., e estruturados ideologicamente contra a democracia, os emigrantes ne-

gros, os judeus, os homossexuais, num «caldo de cultura» tipicamente nazi-fascista assente na xenofobia, nos conceitos da «raça pura», no ódio às organizações dos trabalhadores, dos partidos de esquerda, etc.

Em França o movimento «skin» é aproveitado e desenvolvido pela Frente Nacional de Le Pen também nos princípios dos anos 80, que lhes dá a orientação racista e neo-nazi, nos EUA é o Klu-Klux-Kan que lhes presta apoio e faz o seu aproveitamento e na RFA é o NPD. Em todos estes e outros casos a expansão do movimento «skin» com a sua orientação nazi-fascista é feita metódica e planificadamente através de uma verdadeira «central negra», articulando o «trabalho» das diversas organizações fascistas no aproveitamento dos «skin» como tropa de choque, utilizando assim o desespero e a desorientação de vastas camadas da juventude acossada pela crise do capitalismo para a sua «vanguarda activa». Paralelamente estas organizações fascistas foram procurando espaço legal de actuação, tentando legalizar-se como partidos e concorrer às eleições nos respectivos países.

Em Portugal o movimento tem início no ano de 1984 com o aparecimento de grupos «skins» na margem Sul do Tejo, Lisboa/Amadora, Leça da Palmeira/Matosinhos, Espinho/Porto, que surgem coesos, estruturados, com hierarquia e treinos militares, tendo a enquadrá-los politicamente sobretudo o MAN e também a Frente Nacional/Nova Monarquia e a Terceira Via. Têm contactos internacionais (e orgânicos) com a National Front (Inglaterra) ou NPD (RFA), a Terceira Força (Itália), a Juventude Falangista (Espanha), a Troisième Voie e Parti Nationaliste (França). ■

■ Carlos Nabais

# ENSINO SUPERIOR

**P**osta à prova a nova lei de acesso ao ensino superior, constatamos que os resultados não poderiam ser piores. Dos 52 mil candidatos, tiveram entrada apenas cerca de 22 mil. De fora ficou, assim, mais de metade dos concorrentes, perto de 30 mil jovens. Outros 40 mil tinham entretanto ficado pelo caminho, agora tornado longo, entre a prova geral de acesso e a candidatura à desejada universidade. Este desfecho, que para muitos jovens significa a frustração de uma carreira sonhada, a impossibilidade de seguir os estudos, não pareceu surpreender muito a maioria dos cidadãos. E se alguma raiva despertou, porque injusto, outra coisa não seria de esperar deste novo regime de acesso ao superior. De facto, a nova lei não tocou a questão fundamental do ensino superior em Portugal. A nova lei não visou criar vagas, nem melhorar as condições de frequência, a nova lei pretendeu apenas administrar de outro modo, em nada melhor pelo que se prova, uma situação de carência, evidenciando mais uma vez a visão puramente tecnicista da realidade, que tem caracterizado as transformações efectuadas no ensino pelos sucessivos governos de direita e, em particular, por este de Cavaco Silva.

A questão nunca foi, pois, saber quantas vagas faltavam, mas quantos estudantes teria que ficar de fora. Sobre este tema o «Avante!» manteve uma longa conversa com António Filipe, da Direcção Nacional da JCP e deputado à AR, e Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP, cujo resultado apresentamos nestas páginas.

90 mil alunos efectuaram a prova geral de acesso ao ensino superior, tendo concorrido às provas específicas cerca de 52 mil, 40 mil desaparecem, ou por chumbo ou por desistência, acabando por entrar apenas cerca de 22. De fora ficam cerca de 29 mil candidatos. Estes resultados, na opinião de Agostinho Lopes, mostram, por si só, que o novo regime de acesso ao ensino superior não serve e os cerca de 14 mil jovens que terão vagas nas universidades privadas, estarão numa situação que desiguala, não só pela qualidade do ensino, que frequentemente deixa muito a desejar à medida das reduzidas bolsas das famílias portuguesas.

Agostinho Lopes, membro do executivo da Comissão Política do PCP, acrescenta que as actuais condições existentes nas universidades públicas, tornam inevitável a existência de um estrangulamento, um filtro que reduza drasticamente o número de candidatos. É neste contexto que se insere o *numerus clausus*, seguido por esta lei de acesso, que apenas transferiu o odioso de uma decisão administrativa do Governo para cima dos professores e dos próprios alunos. Deste modo, é erróneo analisar este

problema apenas na perspectiva do número de vagas disponíveis e do número de candidatos, sob o risco de chegarmos à mesma solução encontrada pela política de direita ao longo destes últimos anos.

## Falta de quadros

Este problema do acesso deve, por isso, ser visto no quadro da política global, e não só educativa, do Governo. Surge inevitavelmente a pergunta: quantos quadros superiores precisa o país e, em função da resposta, que meios de investimentos o Governo canaliza para o ensino público de forma a dar satisfação a estas necessidades. Por outro lado, devemos, desde já deixar claro que uma definição das necessidades de quadros que não pode ficar limitada a uma visão imediatista, mas deverá levar em conta o desenvolvimento da nossa economia e até a situação face à nossa adesão à CEE.

Segundo António Filipe, é objecto de contestação geral o facto de nos debatermos com a falta efectiva de quadros qualificados, particular-

## Acesso vedado ao desenvolvimento do País

mente licenciados. Toda a gente constata que é uma necessidade imperiosa alterar esta situação e colocarmo-nos ao nível dos países desenvolvidos. É consensual que tem de haver um alargamento decisivo do acesso ao superior. A fundamentar esta ideia António Filipe sublinha que os dados que têm sido divulgados ultimamente referem que em Portugal a percentagem da população etária que frequenta o ensino superior se cifra nos 11 por cento, enquanto noutros países esta percentagem entra na casa dos trinta por cento.

O alargamento que apesar de tudo se tem verificado não é minimamente suficiente, e a nosso ver, a entrada dos 52 mil candidatos ao ensino superior não corresponde a uma exigência absurda, já que mesmo a verificar-se a admissão dos 52 mil, continuava a ser pouco.

Apesar de nos últimos anos nos ter sido inculcada a ideia de que era natural haver o *numerus clausus*, agora substituído por este novo sistema de acesso, este mecanismo, que retira vários milhares de pessoas do ensino superior, é simplesmente algo de absurdo. Nós não questionamos que uma pessoa ao terminar a primeira classe passe para a segunda, de nono ano se passe para o décimo, mas já se questiona que um jovem concluindo o ensino secundário possa ingressar ao ensino superior.

## As distorções do ensino privado

Por outro lado, frisa Agostinho Lopes, a argumentação do governo



Faculdade de Direito: Muitos ficaram de fora, alguns terão que optar pelo privado.



é farisaica já que simultaneamente a este estrangulamento do acesso ao ensino público, permite-se que se formem tantos quadros quantos tiverem dinheiro para o fazer, canalizando para as universidades privadas muitos milhares de alunos. O número de vagas no ensino superior privado regista com esta política, uma franca progressão, oferecendo já hoje mais de metade dos lugares abertos no ensino público.

O ensino privado deixa assim de ter um papel admissível com uma função supletiva, para passar a con-



**António Filipe: Não se pode cair num círculo vicioso de não formar mais porque não têm emprego e não criar postos de trabalho porque não se formam mais.**

correr com o ensino público e adquirir uma importância decisiva inclusive na resposta às solicitações de milhares de estudantes, com a agravante de os efeitos de selecção social serem ainda mais marcados.

Para António Filipe há áreas em que se verifica um elevado número de desempregados particularmente na área das humanísticas, contudo não se pode cair no círculo vicioso de não formar mais porque não têm emprego e não criar postos de trabalho porque não se formam mais.

Este círculo, acrescenta, tem de ser eliminado, havendo causas objectivas para a existência de distorções, como seja o facto de as universidades privadas investirem onde lhes dá mais lucro. As áreas humanísticas são as escolhidas por esse motivo, verificando-se nesta sequência restrições tremendas no acesso, por exemplo, ao curso de medicina e outros cursos que à partida dão pouco lucro, já que exigem infra-estruturas onerosas, que uma universidade privada não está interessada em pagar.

Como o Estado também não investe, há limitações gravíssimas em determinados ramos que são decisivos. As universidades privadas investem sobretudo em direito, história, criando uma situação que face ao baixo nível de desenvolvimento do país, é susceptível de criar desemprego entre licenciados. Esta é contudo uma situação artificial que não pode servir de alibi para que não se alargue o acesso ao ensino superior, faz questão de salientar.

Este estado de coisas, considera Agostinho Lopes, choca com uma grande conquista do povo português, que é o direito ao ensino que reforça a existência de um ensino superior público numa perspectiva democratizante do seu acesso.



## Uma posição de classe

Relativamente à inclinação do Governo para a privatização, Agostinho Lopes destaca ainda que ela é antes de mais uma posição de classe, em que o apoio à privatização da educação é uma das componentes da total privatização da sociedade portuguesa, desde os serviços de saúde ao sector nacionalizado do estado, etc. Há segundo diz, aqui um fio condutor que é frequentemente apresentado como a devolução do Estado à sociedade civil.

Esta política manifesta-se ainda no Orçamento de Estado, que reflecte uma opção, uma escolha de prioridades que tem um cunho de classe e caracteriza o conjunto da política de direita. O objectivo é fazer também da educação um sector capaz de dar lucro, bem como desmantelar todo o sistema de ensino que após o 25 de Abril adquiriu características profundamente democráticas, com um papel muito forte na sua gestão dos professores, das associações de estudantes, etc.

Muitas das alterações que agora se registam visam, desta maneira, reforçar a influência ideológica tradicional da escola. Um dos projectos anunciados sobre a gestão escolar preconiza, sob uma fraseologia «interessante», a devolução das escolas à comunidade, através da presença das empresas, investindo nas escolas da sua zona. Tudo isto em nome da liberdade de aprender e de ensinar. Trata-se de uma tendência clara de privatização do actual sistema educativo público.

Um outro traço desta política tem a ver com a autonomia das universidades, que defendemos, mas que o Governo procura transformar numa forte dependência daquelas de contratos e encomendas do capital privado. Isto é, a nosso ver, não só incorrecto como inconstitucional e vai ao arrepio da lei de bases do ensino, que foi aprovada na Assembleia da República por todos os partidos, inclusive pelo PSD, à excepção do CDS.

António Filipe refere neste contexto a forma antidemocrática como têm sido introduzidas alterações no sistema educativo, que deviam basear-se na lei de bases, instrumento jurídico fundamental desta reforma, e que apesar disso não está a ser observada. A Lei obriga a que todo o desenvolvimento do sistema de ensino seja submetido à apreciação da AR. No entanto, o Governo tem

fugido sistematicamente a esta disposição, apresentando as suas medidas como um facto consumado, mesmo quando frontalmente contrárias ao espírito e à letra da Lei. Nomeadamente o projecto de acesso que o governo apresentou à discussão, se bem que contendo pontos discutíveis e não resolvendo o essencial do problema, nada tem a ver com as actuais alterações impostas.

## Diversificar as opções do sistema de ensino

Abordando a questão da necessidade de criar um maior número de opções no sistema de ensino, António Filipe começa por ressaltar que o ensino técnico-profissional não deve servir como de escape para o problema do acesso ao ensino superior, nem deve ser um sistema de selecção, como acontecia antes do 25 de Abril.

É de desejar a diversificação das várias opções do sistema educativo desde que ela não se traduza em discriminação. São bem vindas todas as formas que representem uma diversificação real das opções educativas, sob a condição de que permitam atribuir mais qualificação e que as pessoas que por elas optaram não fiquem impossibilitadas de prosseguir os seus estudos a outros níveis se assim o entenderem.

Repudiamos, portanto, o que tem sido muitas vezes apontado como função do ensino técnico-profissional, ou seja um remeter de jovens para becos sem saída, impedindo-lhes seguir uma via de uma maior qualificação profissional.

O que era até aqui o ensino médio, adianta ainda, tenderá a integrar-se no ensino politécnico que hoje constitui um segundo grau do ensino superior. Aquando da discussão da lei de bases do sistema edu-



**Agostinho Lopes: Esta Lei de acesso apenas transferiu o odioso de uma decisão administrativa do Governo para cima dos professores e dos próprios alunos.**

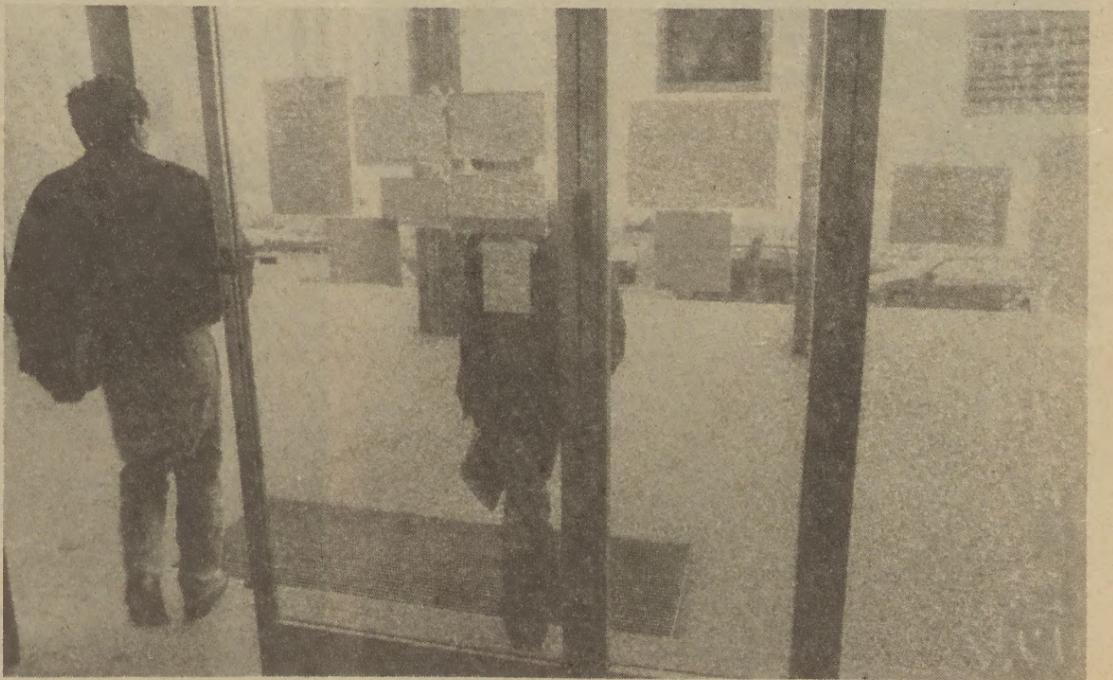
cativo contestámos a diferenciação dos graus académicos, de forma a que ao politécnico não correspondesse um grau inferior, contrariando a existência de um ensino superior de primeira e um de segunda.

Hoje, não obstante, existem dois graus distintos do ensino superior, universitário e politécnico, que correspondem a graus académicos diferenciados. Importa por um lado dignificar este grau de ensino, o qual, segundo a opinião de professores e alunos não corresponde ainda às expectativas que despertou, funcionando com muitas insuficiências. Outra questão a salvar guardar consiste em que o ensino técnico-profissional não seja um ensino de segunda, correspondendo a saídas profissionais e qualificações de facto eficazes, o que, infelizmente, ainda está por demonstrar.

## Portugal um país de mão-de-obra barata

Questão de não somenos importância decorre do facto de com a aproximação do mercado único, Portugal se arriscar a permanecer um país de mão-de-obra barata e pouco qualificada.

O que como justamente diz António Filipe, nos coloca à partida numa posição desfavorecida face aos países da CEE tendo em conta



# ENSINO SUPERIOR

todo o conjunto de transformações sociais em curso no continente europeu.

Em termos educativos se quisermos contrariar esta tendência, teremos de nos concentrar na questão inicial que é a aposta na qualidade e generalização do ensino a níveis superiores de qualificação. Actualmente, porém, não se verifica um esforço neste sentido, quando nesta altura face à desvantagem que temos a outros países devíamos avançar a um ritmo que permitisse superar este grande atraso, o que implica um esforço acrescido, que necessariamente tem de ser superior ao verificado nos países desenvolvidos da comunidade. Não nos basta portanto acompanhá-los, mas o que se passa é o oposto. Mais grave do que andar devagar estamos a andar mal.

Para Agostinho Lopes, face à proximidade do mercado único a questão dos quadros é uma questão estratégica para o nosso país, já que vamos entrar num contexto económico em que haverá uma integração plena e uma circulação plena com países com fortes economias. Sendo a nossa mão-de-obra de baixa qualificação, corremos o risco de termos de competir numa posição desfavorável com especialistas estrangeiros mesmo no nosso país.

A questão, que já hoje se coloca, nomeadamente com a afluência de médicos espanhóis ao nosso país, em breve poderá ganhar maior gravidade. Neste contexto Agostinho Lopes lembra, a título de exemplo, que a Espanha dispõe de cerca de 30 mil professores no desemprego, a RFA cerca de 50 mil. De forma que a perspectiva de uma invasão de especialistas estrangeiros surge já hoje como um problema real, embora a questão fundamental é mais alarmante se prenda directamente com os destinos do nosso país.

Relativamente a uma outra vertente indispensável ao nosso desen-

Agora que se aproxima o fim de mais uma etapa do processo iniciado com a publicação da nova Lei de Acesso ao Ensino Superior, verificamos que esta lei não tem ponta por onde se lhe pegue.

Qualificada há mais de um ano de «pornografia legislativa», temos agora os seus resultados:

- dos 52 mil candidatos só tiveram admissão no Ensino Superior Público cerca de 23 000;

- dos restantes, 29 mil ficam de fora ou vão ter de pagar dezenas de contos para terem lugar no Ensino Superior privado.

A Juventude Comunista Portuguesa considera que:

- é condenável a atitude que está na base desta nova lei, já que se traduz no facto de não querer abrir as universidades aos estudantes que concluíram o curso secundário.

- é um direito de quem termina o 12º ano entrar para o Ensino Superior sem ter que enfrentar mais barreiras do que aquelas que já se encontram ao longo de doze anos.

- é um direito dos estudantes participar activamente nas decisões políticas que dizem respeito ao seu futuro, e isto foi-lhes negado.

- quem governa a Educação em Portugal apenas se preocupa em beneficiar o ensino privado em detrimento do ensino público que deve beneficiar todos os estudantes;

- a Lei de Acesso é injusta enquanto mantiver *numerus clausus*, isto é, enquanto desrespeitar o legítimo direito dos jovens portugueses - o direito à Educação.

Inequivocamente, a Juventude Comunista Portuguesa exige a suspensão deste decreto-lei, assim como a de qualquer outro que, como este, seja injusto e elitista.

Para o problema do ingresso ao Ensino Superior há uma solução: a entrada de todos os candidatos.

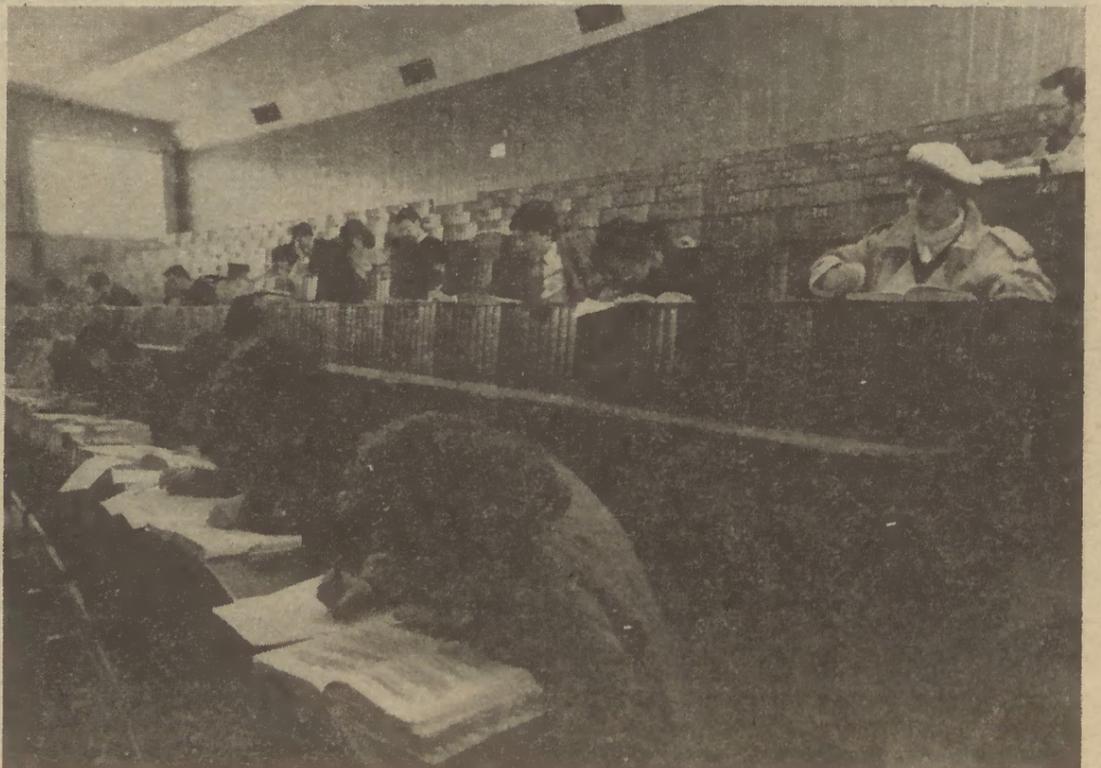
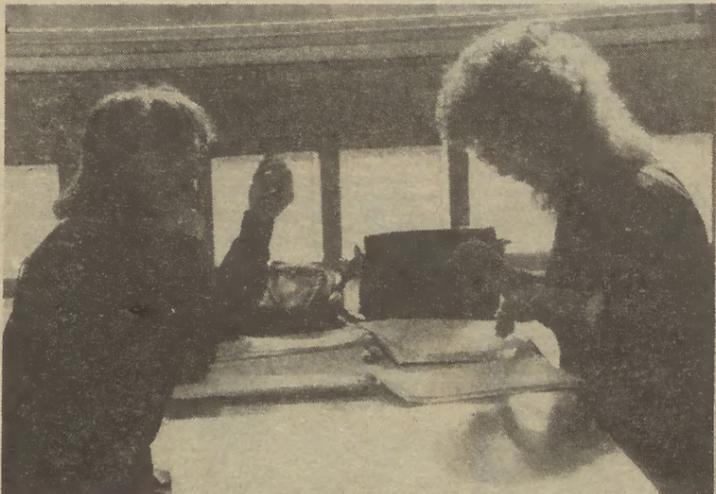
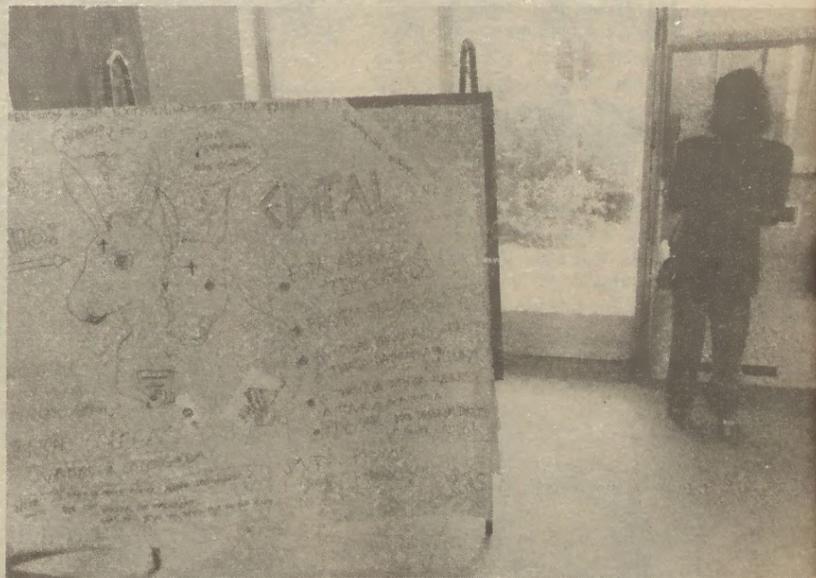
Lisboa, 9 de Janeiro de 1990

A Coordenadora Nacional  
do Ensino Secundário da JCP

volvimento, a investigação, Agostinho Lopes assinala que estamos longe das próprias metas que o Governo tinha proposto para o seu período de vigência de mandato. Neste campo registou-se uma tentativa de, à semelhança de outros países, incentivar o capital à participação nos gastos da investigação, contudo

o capital nacional continua muito renitente em gastar meios em projectos de investigação.

Também neste terreno continuamos, por isso, na cauda da Europa devido à falta de medidas que criem condições para um avanço decisivo. As próprias limitações com que se defrontam as faculdades e outras instituições ligadas à investigação patenteiam a ligeireza com que se encaram estas questões. O governo tem uma política nesta área de cópia ou de transposição simplista e esquemática para o nosso país de situações doutros países da comunidade, com uma dinâmica muito superior à nossa. ■



# Um novo «O Militante»

«Militante» procura estar o mais próximo possível da realidade, da actualidade. Assim explica Blanqui Teixeira o facto de o boletim de organização do Partido Comunista Português ter introduzido recentemente algumas modificações, formais e de conteúdo, para além da novidade anunciada no número de Janeiro, da publicação regular, a partir de Fevereiro, de um pequeno curso de economia, cujos responsáveis são Fernando Sequeira, engenheiro químico, gestor de empresa, membro da Comissão para os Assuntos Económicos (CAE) junto do Comité Central; Gorjão Duarte, igualmente membro do CAE e Sérgio Ribeiro, doutor em Economia e Gestão e deputado. Gente qualificada que para esta iniciativa conta ainda com a colaboração de outros membros do PCP, especialistas em matérias diversas. Doze «lições», de certo a merecerem o interesse de muitos militantes do PCP, bem como de outros leitores deste boletim.

«Esta ideia de introduzir no «O Militante» pequenos cursos diversos já existia, começamos por este, dedicado à economia». E Blanqui Teixeira começa por explicar-nos do que constará esta iniciativa concreta: «é nossa pretensão repor um pouco de verdade acerca do modo como se deve entender a economia, procurando-se cumprir uma metodologia segundo a qual se confrontará a aparência da realidade, com a sua essência. Dito de outra forma, pretendemos seguir um percurso, sempre que possível acompanhado activamente pelo leitor, que vá desde os fenómenos económicos mais conhecidos e corriqueiros, até à profundidade onde mergulham as raízes sociais desses fenómenos».

ligue alguma teorização. «Interessa muito a um boletim de organização o reforço ideológico dos seus membros, pelo que «O Militante», não sendo uma revista ideológica, não poderá fugir a essa componente», diz-nos Blanqui Teixeira, explicando que dessa simbiose que constitui o «O Militante» de hoje resulta um conteúdo «onde para além dos problemas «interiores» da organi-



Também modificações gráficas têm vindo a ser feitas ao longo do tempo, por forma a conseguir-se uma leitura mais atraente. Modificações a sucederem das sugestões e anseios manifestados pelos leitores, modificações que, no entanto, não poderão transformar o boletim de organização do PCP «numa revista que venha a perder essa especificidade».

## A importância dos clássicos

No último número de «O Militante» iniciou-se a publicação de uma secção, sem periodicidade obrigatória, que sob o título «(Re)ler os clássicos», um contributo para a preparação política e ideológica dos leitores, «que não significa que estejamos «voltados para trás», significa antes que entedemos que à medida que vamos avançando na compreensão profunda da realidade actual, não se deve pôr de lado o que foi dito, está certo e não deixou de o estar». E Blanqui Teixeira conclui esta ideia dizendo que «a verdade é que temos observado que, particularmente durante o último ano, houve muita gente que esqueceu alguns ensinamentos preciosos!».

Também alguns processos de promoção de «O Militante» estão a ser levados a cabo. Um exemplo consiste no sorteio que desde Janeiro é feito mensalmente de um livro que será oferecido a um dos assinantes

## Organização e ideologia

O curso, evidentemente pequeno, ocupará quatro páginas de «O Militante», por cada número, num formato que, depois de destacado, reunirá oito páginas a todas as outras que vão ser publicadas durante doze meses, num «caderno» que constituirá a curso no seu todo.

«Este curso pretende elevar quer o nível de conhecimentos, quer o nível ideológico dos membros do Partido, neste caso na área específica da economia, sendo ao mesmo tempo uma forma de aumentar o interesse dos leitores pelo boletim». Blanqui Teixeira diz-nos que o aparecimento deste curso de economia, bem como algumas modificações introduzidas no «O Militante» respondem, «de alguma forma», às inúmeras sugestões que têm sido feitas ao longo do tempo pelos leitores, no sentido de serem introduzidas algumas alterações, a que agora se solicita um esforço correspondente, «particularmente dos membros do Partido», para um aumento da divulgação deste «novo» «O Militante».

«Em relação ao conteúdo temos de começar por dizer que «O Militante» é, por definição, o boletim de organização do Partido Comunista Português. Não deixou nem vai deixar de o ser. Temos é procurado fazer deste boletim uma peça mais atraente, de mais fácil leitura, introduzindo novos temas».

## Atrair o leitor

Desta forma, para além da preocupação em cada número de «O Militante» em serem publicados artigos vários sobre os problemas orgânicos do Partido (e Blanqui Teixeira lembra que «a organização é uma arma fundamental do Partido»), pretende-se que a esses problemas orgânicos se

**LIVROS com 30% DESCONTO**



## O muro da Coreia

O mundo assistiu neste final de década, entre incrédulo e expectante, a profundas alterações, nomeadamente a Leste, onde, sob o impulso de uma perestroika revolucionária, amplas massas se empenham em processos de rectificação de métodos e práticas que a vida mostrou estarem errados. Através de processos por vezes contraditórios, é certo, o Socialismo mostrou que tem forças suficientes para se renovar, para corrigir, para se desenvolver e, numa manifestação de pujança, para ressurgir como um polo de atracção para milhões de trabalhadores. Para isso foi necessário que muitos «muros» tivessem ruído, muitas barreiras fossem eliminadas. Abriam-se fronte-

Liberdade? Quando é que ruirão os «muros» da Irlanda, mantidos pela «dama de ferro», os da Palestina, erguidos pelos ocupantes israelenses, e tantos outros muros em muitos outros países? E o muro da Coreia? Quando é que todos estes «muros», reais e simbólicos, cairão?

### 240 quilómetros de vergonha

Poucos haverá por esse país fora que não tenham ouvido grandes tiradas sobre o muro de Berlim. Mas certamente serão também poucos aqueles que alguma vez ouviram falar do muro da Coreia, uma maravilha da engenharia sul-coreana, erguida com o apoio dos Estados Unidos.

documentos aprovados no XII Congresso do PCP, seja a Resolução Política, o Programa ou os Estatutos, documentos então aprovados e que definem a actual vida partidária.

## A actualidade e a história

Outras modificações, «resultantes de um sentido de adaptação à realidade», foram introduzidas nos últimos números desta publicação, produto e resposta a sugestões e críticas feitas por leitores e militantes, cuja participação activa se solicita que continue e reforce cada vez mais - e o próprio curso de economia solicitará essa participação activa. Um apelo reforçado aqui por Blanqui

Teixeira: «precisamos de mais críticas, de mais sugestões».

Significa isto que hoje «O Militante» é também constituído por algumas secções voltadas para o despertar da própria curiosidade do leitor. Por exemplo, desde há um ano e sob o título genérico «Quem foi...?», tem-se vindo a publicar algumas biografias, «até agora de destacados membros do Partido, que fazem parte e cuja vida é um pouco da própria história do PCP».

Outra secção, cujo título é uma questão, começada sempre por um «O que é...?», selecciona um conjunto de temas, que vão desde o saber-se «o que é» a Associação Nacional dos Municípios ou o Tribunal Constitucional, até ao muro da Coreia. No fundo a selecção de um assunto cujo «conhecimento» se mostre importante realizar-se.

## O Militante

BELA E SSINATURAS

E 6 OU NÚMEROS)



|                                     |                  |
|-------------------------------------|------------------|
| Continente e Regiões Autónomas..... | 275\$00- 550\$00 |
| Europa.....                         | 600\$00-1200\$00 |
| Angola, Cabo Verde, etc.....        | 800\$00-1600\$00 |
| Outros Países.....                  | 900\$00-1800\$00 |

• Uma assinatura por um semestre para quem angarie uma assinatura por um ano

deste boletim, bem como o desconto de 30 por cento sobre o preço de quatro livros da editorial «Avante!».

Dizer que o preço de «O Militante» é extremamente acessível (50 escudos!) para além das vantagens concedidas aos assinantes deste boletim, serão motivos outros para a compra de «O Militante», para além do que motiva estas afirmações do nosso interlocutor: «estamos a viver um período em que a luta ideológica não diminuiu, antes pelo contrário. Os membros do Partido e as pessoas progressistas em geral têm de se armar nesta luta que se desenvolve todos os dias, quer queiramos quer não. Não é só a conversa fortuita com o colega de trabalho, com o amigo. É a capacidade de enfrentar a própria comunicação social, que todos os dias nos entra pela casa dentro veiculando uma ideologia extremamente contrária aos interesses dos povos». «O Militante» pode ajudá-lo! ■

# Campanha dos 150 mil contos para os terrenos da Festa do «Avante!»

**É nosso!** Quem esteve na última Festa do «Avante!» é capaz de se lembrar daquele grito de alegria. Estávamos em Setembro, em Loures, e anunciava-se o fim da **casa às costas**. A Festa tinha um terreno. Finalmente. Do Infantado, em Loures, as atenções viajavam para o lado de lá do rio. Para a Quinta da Atalaia, no concelho do Seixal. De facto, **é nosso**. Custou 150 mil contos e há que pagá-los. Por isso há uma campanha de âmbito nacional, que já começou mas que agora no início de 1990 vai conhecer um arranque em força. Novo ano, nova década, nova responsabilidade para um partido empenhado na luta e na vida. O alvo está definido. Agora, é preciso que todos os amigos da Festa contribuam para que aquela quantia seja alcançada.

Ao trabalho!



## Coordenadora nacional reúne a 15 de Fevereiro

O balanço do trabalho realizado e o plano de dinamização da campanha, tarefa de grande envergadura para todo o Partido neste novo ano de 1990, foram temas em foco na primeira reunião da comissão coordenadora nacional da campanha dos 150 mil contos para a compra dos terrenos da Festa do Avante!, localizados na Quinta da Atalaia, concelho do Seixal.

A reunião, considerada justamente, nesta fase, como ponto de referência essencial no esforço de desenvolvimento da campanha, teve lugar na passada semana, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa.

Estiveram presentes membros do Partido de quase todas as regiões do País, em representação de organizações de âmbito regional e distrital. Também participaram no encontro os elementos do executivo da coordenadora nacional.

A próxima reunião decorrerá no dia **15 de Fevereiro**, a partir das 10.30h, no mesmo local.

## Um desafio a pensar no futuro



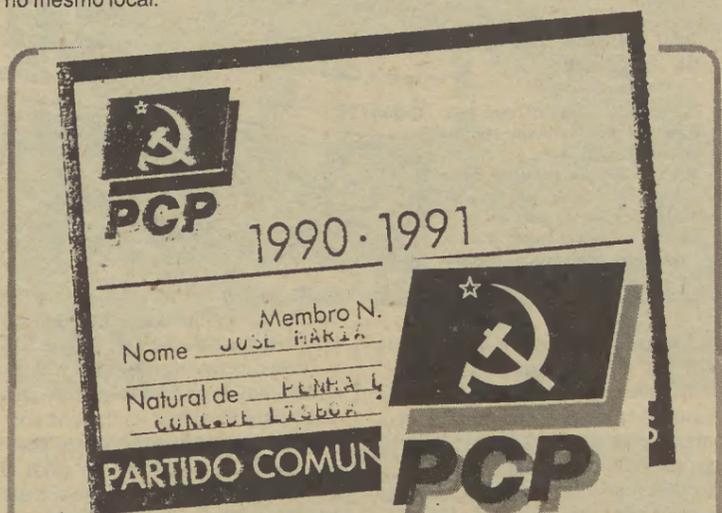
Quinta da Atalaia, no concelho do Seixal. Aqui estão os terrenos da Festa do «Avante!» O trabalho voluntário já começou e as tarefas não faltam: da limpeza do terreno e das podas, aos trabalhos de electricidade, carpintaria e outros. O apelo é geral: aos fins-de-semana toda a mão-de-obra é necessária. Vamos dar uma ajuda!

## Títulos de participação: boa receptividade

Núcleo central da campanha, base essencial das contribuições, os **títulos de participação** têm merecido uma boa receptividade em todo o País — a conclusão surgiu no debate da reunião da coordenadora da campanha, realizada na passada semana.

Com empenhamento, com o esforço das organizações e dos militantes, a divulgação dos títulos é uma tarefa que, certamente, vai avançar nos próximos meses, sendo necessário contactar membros do Partido,

amigos da Festa do Avante!, democratas, trabalhadores, gente que, uma vez abordada, poderá colaborar, e ajudar a concretizar um sonho que, hoje, é também responsabilidade. Como sublinha a carta-apelo divulgada pela coordenadora nacional da campanha «é com o vosso reconhecido amor à Festa do Avante!, ao seu insubstituível papel nas grandes manifestações culturais, artísticas, desportivas, naturalmente também políticas, no seu avanço, que contamos convosco».



## Receber o cartão e a campanha

Como foi assinalado pela reunião da coordenadora nacional, as questões da campanha dos 150 mil contos vão estar em foco no conjunto da intensa actividade do Partido neste ano de 1990.

Um exemplo: foi vista a oportunidade de ter presente a campanha e os seus materiais (caso da carta-apelo em divulgação) nas acções previstas para a entrega dos novos cartões do Partido aos militantes, nas respectivas organizações.



Adquira Títulos de Participação, interesse na sua subscrição cada um dos seus amigos, promova a sua aquisição.  
São Títulos apropriados às posses e à disposição dos subscritores. Vão dos 1000 aos 5000, 10 000, 25 000, 50 000 e 100 000 escudos.  
E no próximo futuro a Festa do «Avante!» brilhará como nunca no terreno que é nosso. De que não mais receberemos «ordem de despejo».  
Os Títulos de Participação (oferta), poderão ser adquiridos através das organizações do PCP. Mas, se o desejar, poderá enviar as suas contribuições para a Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 — 1699 Lisboa Codex, em troca dos quais enviaremos os correspondentes Títulos.

(Da carta-apelo da comissão coordenadora nacional da campanha.)



No distrito de **Viseu** já estão aprovadas metas concelhias para a campanha dos 150 mil. Agora, venham as iniciativas e a divulgação dos títulos.

As células do PCP nas empresas da região de **Setúbal** vão avançar com um apelo directo aos trabalhadores para que ajudem a campanha no dia de pagamento dos salários.

Os organismos de direcção do PCP, aos mais variados níveis, devem acompanhar o intenso e diversificado trabalho da campanha dos 150 mil contos — concluiu a reunião da coordenadora nacional, efectuada na passada semana no CT da Soeiro Pereira Gomes.

Um homem ligado ao CDS na região de **Aveiro** contribuiu com 5 mil escudos para a campanha dos terrenos da Festa do «Avante!».

O sector da **emigração** decidiu elevar a sua meta. E se o exemplo pega?

Na reunião da coordenadora nacional da campanha dos 150 mil foi salientado o papel dinamizador do «Avante!» nesta frente de trabalho. O colectivo do «Avante!» promete fazer o melhor.

Em todo o País o aniversário do Partido vai motivar a realização de múltiplas iniciativas. Aí estará em foco a campanha dos 150 mil. Como sucederá, por exemplo, nos próprios terrenos da Atalaia, numa iniciativa que se prevê de grande envergadura e que contará com a participação e o envolvimento das ORs de **Lisboa** e **Setúbal**... e, possivelmente, de outras.

A campanha dos 150 mil contos tem uma conta bancária, que se deseja cada vez mais volumosa. Tem o número 9956/210/0128198 — agência da sede do Banco Nacional Ultramarino (BNU).

A campanha está a preparar a divulgação, para breve, de um conjunto de materiais simpáticos, daqueles a que é praticamente impossível resistir. São surpresas, que se aguardam com expectativa.

Já falámos de Aveiro mas voltamos. É que a meta distrital da campanha dos 150 mil já chegou aos 10 por cento!

## Intensificar a divulgação

Brevemente estarão nos Centros de Trabalho do PCP e também nas ruas novos elementos de dinamização e divulgação da campanha dos 150 mil contos. Falamos do cartaz e de um folheto, que certamente virão dar um forte impulso a esta iniciativa do PCP, que ultrapassa, como se esperava (e desejava), a vida interna do Partido, tocando muitos portugueses que compreendem, valorizam e apoiam a realização da Festa do Avante! como

acontecimento destacado do calendário político, cultural e artístico do País.

E já que se fala da necessidade de intensificar a divulgação da campanha dos 150 mil, recorde-se que foi distribuído há algumas semanas atrás um jornal de parede, que mantém a sua actualidade e impacto e que, por conseguinte, deve merecer a atenção das organizações do Partido.



## Imaginação é fundamental

Temos dito que uma campanha não vive apenas do esforço, da dedicação, do empenhamento. A coordenadora nacional da campanha dos 150 mil confirmou aquelas palavras com o relato de algumas iniciativas que, em diferentes pontos do País, estão já a fazer mexer a criatividade e a imaginação.

Exposições, feiras de velharias, mostras de artesanato, ligação aos campos da actividade artística e cultural, torneios desportivos — são aspectos que se evidenciam desde já no esforço de planificação de uma campanha que está mesmo a arrancar e que promete...

# Campanha dos 150 Mil contos O Terreno para a Festa



Participe!

O PCP adquiriu um terreno na Margem Sul do Tejo destinado à implantação futura da Festa do «Avante!». É o terreno situado da Quinta da Atalaia, no concelho de Setúbal, nas margens do Mar da Pátria, a vista do estuário do Tejo.

A maior iniciativa político-cultural da massa que se faz em Portugal vai poder realizar-se do avante sem a constante ameaça de desippo. Já imbuídos de tal propósito futuro. Temos agora a possibilidade de construir um complexo e plural dos objetivos e da dimensão cultural e artística da Festa do «Avante!».

Para isso, impõe-se a solidariedade material de todos os comunistas, dos trabalhadores, dos democratas, de todos os amigos da Festa. Para que sejam conseguidos os 150.000 contos que cultura e arte do terreno.

Adquirir! Truques de Compartilhado e garantir o futuro da Festa do «Avante!» — VAMOS COMEÇAR!

**Os menos**

Num encontro realizado esta semana denominado «Jovens Farmacêuticos da CEE» o representante português, João Silveira, afirmou a dado passo que «uma gestão deficiente dos serviços de saúde e um baixo poder económico faz com que as farmácias portuguesas sejam as mais pobres da Comunidade Europeia porque, entre outras coisas, os portugueses são dos que menos medicamentos consomem».

Teoricamente quem consome menos medicamentos é porque está melhor de saúde, o que nos colocaria de repente como os mais pobrezinhos da Europa comunitária mas, em compensação, os mais rijos e saudáveis, o que seria, no mínimo, estapafúrdio, conhecendo nós o que a casa gasta. Mas João Silveira não nos deixou muito tempo ao engano, pois esclareceu logo a seguir: «O facto de sermos os que menos medicamentos consumimos não se deve a um estado geral de boa saúde. Pelo contrário, deve-se a um sistema de saúde "emperrado", em que as populações têm dificuldade de acesso aos médicos e aos serviços de saúde, quer eles sejam públicos ou privados».

A gente sabe. E olhem que não é preciso sermos farmacêuticos...

**Marteladas**

O Governo descobriu de repente que «a grande quebra na produção vinícola na campanha de 1989/90 criou condições propícias ao comércio ilegal de vinho a martelo», pelo que decidiu de imediato criar um grupo de trabalho com o objectivo de «propor medidas preventivas que impeçam tal prática ilícita». Este Governo é muito bom a criar grupos. Às vezes chama-lhes nomes — de trabalho, de inquérito, etc. Outras, nem isso: ficam assim mesmo — grupos... a' martelo. E donos de muito mais coisas para além do vinho.

**Remodelações**

A remodelação governamental ainda vai dar muito que falar. Para já os «remodelados» andam tudo menos calados: e Beleza dá conselhos ao novo ministro da Saúde e não esconde a sua dificuldade em se «abstrair» dos negócios do ministério que foi seu até há dias, enquanto Cadilhe faz birra e ameaça não assinar os últimos materiais

**Pontos Cardeais**

legislativos do seu consulado; quanto a Eurico de Melo e Alvaro Barreto, encontram-se e combinam coisas para o próximo congresso do PSD. Por este andar, a remodelação de Cavaco Silva um dia destes ainda chega... a ele próprio.

**Empenhos**

Anda tudo muito empenhado na «ajuda» aos «Países de Leste». Ele é a CEE, ele são os governos dos países capitalistas, ele é os Estados Unidos, ele é o FMI. Antes punham condições. Direitos humanos, diziam. Democracia, diziam. Economia de mercado, diziam. Agora deu-lhes a pressa e já não dizem nada que possa impedir uma ajudazinha. Toma lá conselho, toma lá dólar. Não se fala por enquanto do custo que isso tudo vai ter. Porque estas amizades têm preço, que o digam os que já estão a pagá-lo.

Até o CDS cá da praça, em nota divulgada pelo seu grupo parlamentar sugere mais uma ajuda. Adriano Moreira avança a ideia da criação de uma «Fundação Europeia». E diz que tem sido omitida uma «questão» entre os problemas «enunciados sobre a evolução do Leste» — a de que as bibliotecas, universidades e organismos de informação «estão vazias de material informativo (livros, vídeos, etc.) sobre as ciências humanas, a política, a estratégia, a filosofia de valores». «Posso informar», diz Adriano Moreira, «de informação certa, que o reclamam. Está ao alcance de Portugal organizar uma Fundação Europeia que canalize esses elementos para essas instituições». E esclarece que «o CDS vai empenhar-se nesse sentido». Lá vão os discursos de Adriano, mais os seus livros sobre o «ultramar», fazer uma viagensinha. O CDS está empenhado nisso.

**Gazetilha**

por **Ignotus Sum**

**Remodelação...**

Entre os ministros que entravam e os ministros que saíam os dichotes se cruzavam e as balas não se perdiam...

Ofensas não se perdiam nos punhais que se cruzavam entre os ministros que entravam e os ministros que saíam...

Interesses envenenados os saídos e os entrados...

**O Escândalo da Rotina**

A fraude é coisa banal feita com arte e perícia. O que seria casual, agora nem é notícia...

Na política eficaz que o governo pôs de pé não é fraude o que se faz mas aquilo que se é...

Vivia em caixa de sândalo o escândalo. Agora, a sério, agora qualquer escândalo anda em qualquer ministério...

Fatiga o que é rotineiro. Alguém, que no caso pegue, dirá como no barbeiro: qual o freguês que se segue?

**No bucho de Bush**

Os casos de Leste são de todos a coqueluche. Cavaco, nessa questão, está de acordo com Bush.

Nas bases — grande buraco! — diz Cavaco: Desembuche! Mas também aí Cavaco está de acordo com Bush.

Veio à baila o Panamá por mais que Bush estrebuche. Mesmo aí Cavaco está de acordo com Bush.

Talvez mais simples seria dizer o desacordado. Mas como, se nada havia? Cavaco está embrushado...

**Lobbysomens**

O Nogueira tem um lobby Barreto. O seu lobby tem quem tem lobby, sobe, sobe quem não tem, chama pela mãe.

Tem o seu lobby o Valente tem o seu lobby o Amaral sem ter lobby, certa gente nem parece natural.

Martins tem um lobby rico para as obras do rapaz. Sabe-o como o eurico tem um grande lobby atrás.

São muitos. Trazem consigo obbyces de velho arroubo. Há perigo? Claro que há perigo pois quem tem lobby, tem lobo...



# Agenda

**Avante!**

Ano 59 — Série VII  
N.º 838

18 de Janeiro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## *No*so **Campanha dos 150 Mil contos** **O Terreno para a Festa**



**Avante!**

O PCP adquiriu um terreno na Margem Sul do Tejo destinado à implantação futura da Festa do «Avante!». É o aprazível espaço da Quinta da Atalaia, no concelho do Seixal, nas margens do Mar da Palha, à vista do estuário do Tejo.

A maior iniciativa político-cultural de massas que se faz em Portugal vai poder realizar-se doravante sem a constante ameaça de despejo. Vai implantar-se de raiz para o futuro. Temos agora a possibilidade de construir um complexo à altura dos objetivos e da dimensão cultural e artística da Festa do «Avante!».

Para isso, impõe-se a solidariedade material de todos os comunistas, dos trabalhadores, dos democratas, de todos os amigos da Festa. Para que sejam conseguidos os 150 000 contos que custou a aquisição do terreno. Adquirir Títulos de Participação e garantir o futuro da Festa do «Avante!». **VAMOS CONSEGUIR!**



A campanha dos 150 mil contos para o novo terreno da festa do «Avante!» vai conhecer, neste início de 1990, um crescimento de dimensão resultante da participação de inúmeros camaradas e amigos, que com o seu entusiasmo têm obtido resultados extremamente positivos. Entretanto esse entusiasmo pode ser visto e partilhado no próprio terreno da «festa!», na Quinta da Atalaia, concelho do Seixal, onde já começou o trabalho voluntário aos fins-de-semana. Vamos todos dar uma ajuda, quer aparecendo na Atalaia para «dar uma mãozinha», quer adquirindo um título de participação!



Em todas as organizações do Partido — e, concretamente, nos Centros de Trabalho — estão ao dispor (e à espera!) dos camaradas e amigos os Títulos de Participação da campanha dos 150 000 contos para a compra do terreno da Festa do «Avante!».

Se quiserem contribuir de outro modo, também poderão utilizar a conta bancária n.º 9956/210/0128198 do Banco Nacional Ultramarino (BNU), na Av. de Berna, em Lisboa.

### TÍTULO DE COMPARTICIPAÇÃO

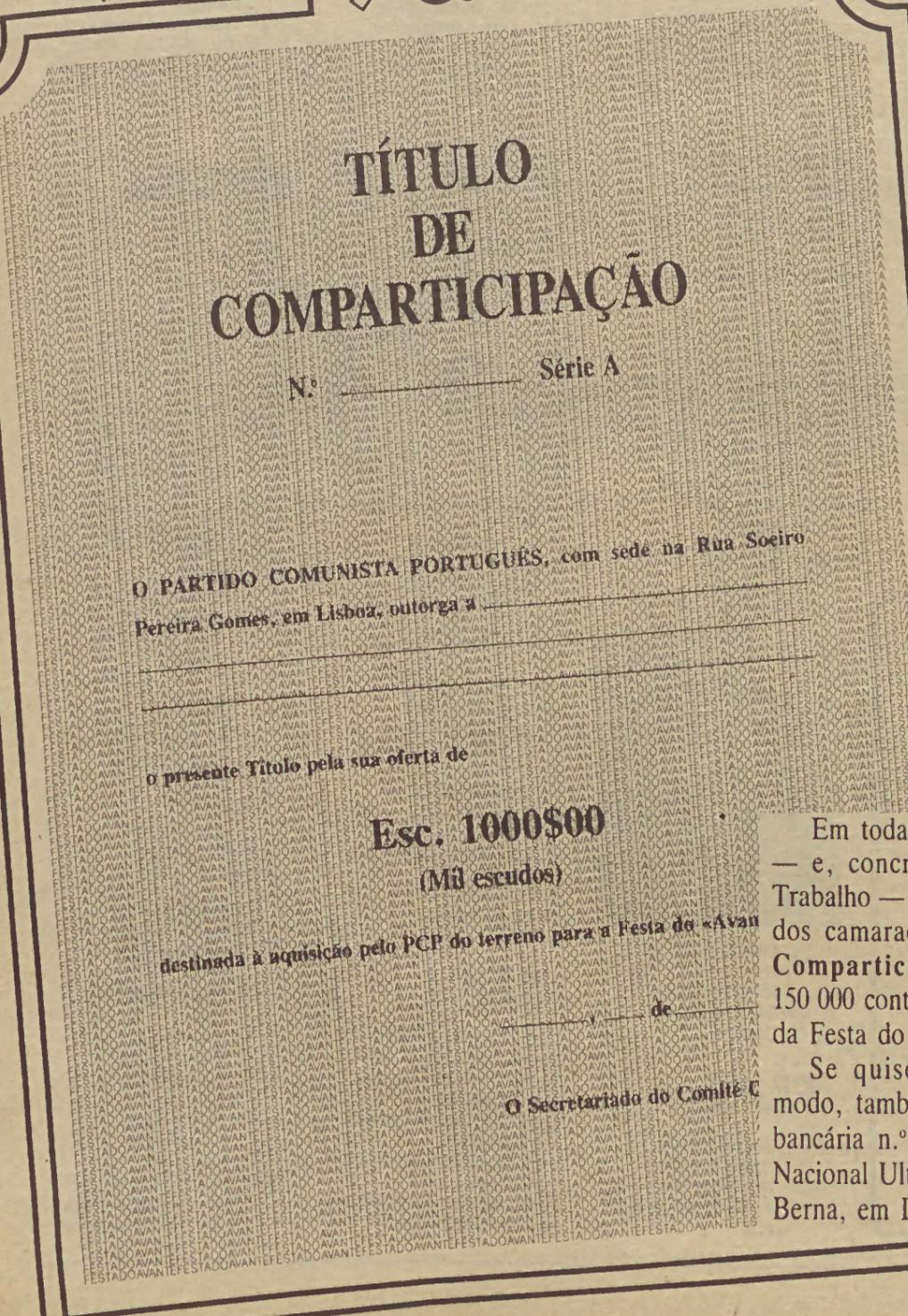
N.º \_\_\_\_\_ Série A

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, com sede na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, outorga a

o presente Título pela sua oferta de  
**Esc. 1000\$00**  
(Mil escudos)

destinada à aquisição pelo PCP do terreno para a Festa do «Avante!» de

O Secretariado do Comité C



# TV **O Programa**

**Quinta** <sup>18</sup>

## RTP1

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Às Dez (inclui «Rua Sésamo»)  
12.05 - Fera Radical (22º epis.)  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Um Anjo na Terra (27º epis.)  
14.15 - Palavras Cruzadas (87ª e 88ª epis.)  
15.15 - Arco-Íris Africano (8º epis.)  
16.40 - Hospital Central  
17.25 - Brinca Brincando  
18.25 - Rua Sésamo (54º epis.)  
18.55 - Jogo de Cartas  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Vale Tudo (30º epis.)  
21.10 - Justiça Cega (2º epis.)  
23.10 - 24 Horas  
23.40 - Remate

## RTP2

15.00 - Filhos e Filhas (388º epis.)  
15.25 - Agora, Escolha!  
16.55 - Benji, o Príncipe Extraterrestre (3º epis.)  
17.20 - Um Bilhete para o Mundo  
17.50 - Meu Pé de Laranja Lima (21º epis.)  
18.30 - Os Henderson (5º epis.)  
19.30 - Clássicos da TV («O Homem da Carabina», 56º epis., e «O Homem Invisível», 4º epis.)  
20.25 - Sonatas de Beethoven por Sequeira Costa  
20.45 - Obras Primas da Pintura  
21.00 - Jornal das Nove



21.30 - Maude (140 e ult. epis.)  
21.55 - Hora da Verdade  
23.05 - Quinta Dimensão (6º epis.)

**Sexta** <sup>19</sup>

## RTP1

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Às Dez  
12.05 - Fera Radical  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Gloss (30º epis.)  
14.25 - Palavras Cruzadas  
15.20 - Arco-Íris Africano  
15.45 - Ponto por Ponto  
16.40 - Hospital Central  
17.25 - Brinca Brincando  
18.20 - Rua Sésamo  
18.50 - Chegar, Apostar e Vencer (concurso)  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Vale Tudo  
21.30 - Missão Impossível (17º epis.)  
22.35 - Telemundo  
23.05 - Chefe, Mas Pouco (25º epis.)  
23.35 - 24 Horas  
00.05 - Remate  
00.15 - Pela Noite Dentro - «A Ameaça do Passado», real. Rod Holcomb (EUA, 120 min.)

## RTP2

15.00 - Filhos e Filhas  
15.25 - Agora, Escolha!  
16.55 - 3, 2, 1 Contact (17º epis.)  
17.20 - Um Bilhete para o Mundo  
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima  
18.30 - Haja Música  
19.30 - Clássicos da TV  
20.45 - Obras Primas da Pintura  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - D. Beija (18º epis.)  
23.00 - Acerto de Contas  
23.30 - Rotações

**Sábado** <sup>20</sup>

## RTP1

09.00 - Juventude e Família  
12.00 - Sinfonietta (série, 1º epis.)  
13.00 - Notícias  
13.10 - Oito e Basta (17º epis.)  
14.00 - Parlamento  
14.30 - Crime, Disse Ela (29º epis.)  
15.15 - O Comboio Majestoso



16.10 - Sessão da Tarde - «O Grande Amigo», real. Lou Antonio (EUA/1982, 101 min.)  
18.00 - Vivamúsica  
18.45 - O Mar e a Terra (7º epis.)  
19.10 - Sete Folhas  
19.45 - Totoloto  
20.00 - Jornal de Sábado  
21.15 - Boletim Meteorológico  
21.30 - A Morgadilha dos Canaviais (2º epis.)  
22.30 - Gilbert Bécaud  
23.30 - Cinema da Meia Noite - «Os Vencedores», real. George Roy Hill (EUA/1977, 119 min.)

## RTP2

09.00 - Via Rápida  
10.00 - TV 101 (16º epis.)  
10.40 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»  
13.15 - Musical  
14.15 - Circo  
15.00 - Estádio  
19.00 - Music Box Especial  
19.40 - Meu Filho, Meu Filho (6º epis.)  
21.15 - Estádio/Edição da Noite

**Domingo** <sup>21</sup>

## RTP1

09.00 - Juventude e Família  
10.15 - TV Rural  
10.30 - 70x7  
11.00 - Missa  
12.00 - Juventude e Família - «Jim Henson Show», 11º epis.  
13.00 - Notícias  
13.10 - Alô, Alô (17º epis.)  
13.35 - A Conquista do Espaço



14.40 - Primeira Matinée - «Massacre», real. Budd Boetticher (EUA/1953, 83 min.); às 16.15: «A Colina da Saudade», real. Henry King (EUA/1955, 98 min.)  
17.50 - Ricardina e Marta (17º epis.)  
18.55 - McGyver (17º epis.)  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.40 - Querido John  
21.15 - Christabel (3º epis.)  
22.20 - Domingo Desportivo

## RTP2

09.00 - Music Box Especial  
10.00 - Troféu  
13.00 - Caminhos  
13.30 - Novos Horizontes  
14.00 - Veterinário da Província (6º epis.)  
15.00 - Troféu  
17.00 - Sobrevivência (19º epis.)  
18.00 - Quem Sai aos Seus...  
18.30 - Imagem e Imagens  
19.00 - Café Central  
20.00 - Os Trintões (15º epis.)  
21.00 - Artes e Letras - «Samuel Beckett segundo Max Wall»  
21.55 - Cineclubes - «A Casa e o Mundo», real. Satyajit Ray (Índia/1984, 134 min.)

**Segunda** <sup>22</sup>

## RTP1

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Às Dez  
12.05 - Fera Radical  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - A Rota de Howard  
14.20 - Palavras Cruzadas  
15.15 - Arco-Íris Africano  
15.45 - Ponto por Ponto  
16.40 - Hospital Central  
18.25 - Rua Sésamo  
18.55 - Jogo de Cartas  
19.30 - Telejornal  
20.00 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Vale Tudo  
21.05 - Clube dos Subscritores



21.35 - Casino Royal (autor: Herman José; 1º epis.)  
22.45 - Almost Grown  
00.45 - 24 Horas  
01.15 - Remate

## RTP2

15.00 - Filhos e Filhas  
15.25 - Agora, Escolha!  
16.55 - Os Cinco (19º epis.)  
17.20 - O Meu Pé de Laranja Lima

**Filmes**

«A Ameaça do Passado» - 6ª, 00.45, RTP-1  
«O Grande Amigo» - sáb., 16.10, RTP-1  
«Os Vencedores» - sáb., 23.50, RTP-1  
«Massacre» - dom., 14.40, RTP-1  
«A Colina da Saudade» - dom., 16.15, RTP-1  
«A Casa e o Mundo» - dom., 21.55, RTP-2  
«Uma Criança à Espera» - 3ª, 21.30, RTP-2  
«Ladrão por Excelência» - 4ª, 21.30, RTP-1

**Música**

Quinta  
20.25, RTP-2: Sonatas de Beethoven por Sequeira Costa

Sexta  
18.40, RTP-2: Haja Música

Sábado  
18.00, RTP-1: Vivamúsica  
19.00, RTP-2: Music Box Especial  
22.30, RTP-1: Gilbert Bécaud

Domingo  
09.00, RTP-2: Music Box

Terça  
18.40, RTP-2: Music Box

Quarta  
23.05, RTP-2: Som da Surpresa

**Desporto**

Remate - RTP-1, 5ª (23.10), 6ª (00.05), 2ª (01.15), 3ª (23.45), 4ª (00.00)  
Rotações - RTP-2, 6ª, 23.30  
Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.15  
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.00  
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.20

18.00 - Especial Desporto  
20.00 - Clássicos da TV  
20.30 - Elogio da Leitura  
20.45 - Obras Primas da Pintura  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Teatro

20.25 - Cine Magazine  
20.50 - Obras Primas da Pintura  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Cinemadois - «Uma Criança à Espera», real. John Cassavetes (EUA/1962, 100 min.)

**Terça** <sup>23</sup>

## RTP1

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Às Dez

12.05 - Fera Radical  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Dallas (67º epis.)  
14.15 - Palavras Cruzadas  
15.15 - Arco-Íris Africano  
15.45 - Ponto por Ponto  
16.40 - Hospital Central  
17.25 - Brinca Brincando  
18.25 - Rua Sésamo  
18.55 - Jogo de Cartas  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Vale Tudo  
21.10 - Primeira Página  
22.20 - Crónica do Crime (18º epis.)  
23.15 - 24 Horas  
23.45 - Remate

## RTP2

15.00 - Filhos e Filhas  
15.25 - Agora, Escolha!  
16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas (7º epis.)  
17.20 - Um Bilhete para o Mundo  
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima  
18.40 - Music Box - Via Rápida  
19.30 - Clássicos da TV

**Quarta** <sup>24</sup>

## RTP1

09.00 - Bom Dia  
10.00 - Às Dez  
12.05 - Fera Radical  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Colt em Acção (31º epis.)  
14.15 - Palavras Cruzadas  
15.15 - Arco-Íris Africano  
15.45 - Ponto por Ponto  
16.40 - Hospital Central  
17.25 - Brinca Brincando  
18.25 - Rua Sésamo  
18.55 - Jogo de Cartas  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.20 - Vale Tudo  
21.10 - Vamos Jogar no Totobola  
21.25 - Lotação Esgotada - «Ladrão por Excelência», real. Donald Siegel (EUA/1980, 107 min.)  
23.30 - 24 Horas  
00.00 - Remate

## RTP2

15.00 - Filhos e Filhas  
15.25 - Agora, Escolha!  
16.55 - Os Campbells (16º epis.)  
17.20 - O Meu Pé de Laranja Lima  
18.00 - Especial Desporto  
20.00 - Clássicos da TV  
20.30 - Lusitânia Expresso (32º progr.)  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - O Jogo Final (série, 3º epis.)  
22.30 - Século XX - A Revolução Genética  
23.30 - Som da Surpresa

# Teatro **O Cartaz**

**LISBOA**

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Margarida do Monte, de Marcelino Mesquita, adapt. e encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Comuna, Pr. de Espanha. Sala 1 - As 21.30 (fecha 4ª); dom. às 17. A Pécora, de Natália Correia, enc. João Mota. IFICT, Rua de Santiago, 19. De 5ª a sáb. às 21.30. A Companheira, texto e encen. de Adolfo Gútin (até 20/1).

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. O Regresso de Bucha e Estica, enc. Mário Viegas.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. Ai Cavaquinho, de E. Damas. C. Oliveira, M.

Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Happy End, de Dorothy Lane/Bertold Brecht, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro da Politécnica, Rua da Escola Politécnica, 58. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. João e a Máscara, de António Patrício, enc. Mário Feliciano, interpr. Eunice Muñoz, João Grosso, Estrela Novais, entre outros.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Verão, de Edward Bond, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo de Teatro Hoje.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom.

também às 16.00. Os Meninos à Roda da Mamã, enc. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16.00 e 21.30. Ora Bate... Batman'so (revista).

**ESTORIL**

Casino. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. What Happened to Madalena Iglésias?, texto e encenação de Filipe La Féria (até 31/1).

**LOURES**

Teatro Malaposta, Olival Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O Render dos Heróis, de José Cardoso Pires, dramatur-

encenação de José Martins, pela companhia do CDIAG (até 4/2)

**PORTO**

Teatro, Rua do Heroísmo. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Jardim das Cerejeiras, de Anton Tchekov, dramaturgia Carlos Porto, enc. Rogério de Carvalho.

Para crianças

**LISBOA**

Teatro Maizum, Rua Poiais de S. Bento, 75-B. Sáb. e dom. às 16. A Linguagem dos Animais, de António Botto.

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. O Sabor dos Sonhos, texto e enc. de Carlos Correia.

# Cinema

A selecção

|          |                              | David Lopes | M. M. Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|----------|------------------------------|-------------|-----------|--------------|--------------|
| <b>A</b> | O Amor é uma grande Aventura | —           | ★★★       | —            | ★★           |
| <b>B</b> | A Bela de Dia                | —           | ★★★★★     | ★★★★★        | ★★★★★        |
| <b>C</b> | Chuva Negra                  | —           | —         | *            | —            |
| <b>D</b> | Perigosa Sedução             | —           | ★★★       | —            | ★★★          |
| <b>E</b> | Recordações da Casa Amarela  | ★★★★        | ★★★★      | ★★★★         | ★★★★         |
| <b>F</b> | Regresso ao Futuro II        | —           | *         | —            | ★★           |
| <b>G</b> | Regresso a Viena             | —           | ★★★★      | ★★★          | ★★★          |
| <b>H</b> | Sexo, Mentira e Vídeo        | ★★★         | ★★★       | ★★★          | ★★★          |

Classificação de ★ a ★★★★★

A— Real. Blake Edwards — Quarteto/4 (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.  
 B— Real. Luis Buñuel — Forum Picoas (14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00) — Lisboa  
 C— Real. Ridley Scott — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (15.00, 18.00, 21.30), Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 D— Real. Harold Becker — Amoreiras/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.  
 E— Real. João César Monteiro — Forum/Picoas (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) — Lisboa.  
 F— Real. Robert Zemeckis — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/3 — 13.30, 15.30, 17.30, 21.30, 00.15), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Fonte Nova (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Império (15.30, 18.30, 21.30), S Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa  
 G— Real. Axel Corti — Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa  
 H— Real. Steven Soderbergh — Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — Lisboa



## Debate na Marinha Grande

Realiza-se no próximo sábado a partir das 15 horas, no Centro de Trabalho da Marinha Grande, uma reunião de membros das Comissões Concelhias e de outros organismos de direcção do PCP no distrito de Leiria.

Na reunião estará em debate a situação política regional e nacional e ainda a situação internacional, particularmente no que respeita aos acontecimentos em curso nos países socialistas.

Participa como convidado o camarada Aboim Inglês.

## Plenário em Setúbal

Um plenário de quadros sindicais do distrito de Setúbal tem lugar no próximo sábado, às 15 horas, no Centro de Trabalho do Barreiro, para entrega dos novos cartões do Partido e debate da situação política.

# Exposições

### ● LISBOA

**Amália Rodrigues** - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até 28 Março)

**Artur Bual** - Pintura. Gal. Multiface, C.Com. Gemini, Rua Sousa Lopes. De 2ª a 6ª das 10 às 19.30, sáb. e dom. das 12. às 19 (até fim de Janeiro)

**David Tremlett** - Desenho. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 11/2)

**Colectiva de tapeçaria** - Galeria Tapeçarias de Portalegre, Rua Academia das Ciências, 2-J. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30

**Cruzeiro Seixas** - Pintura, desenho, escultura. Galeria Socipl, R. D. Estefânia, 195-D. De 2ª a 6ª das 10 às 20, sáb. das 10 às 14

**Eduardo Nery** - «Lugares», fotografia. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3ª a dom. das 16 às 19 (até 28/1)

**Gerardo Burmester** - Objectos em madeira e couro. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1-F. De 2ª a sáb. das 15 às 20

**Hervé Dangla** - Fotografia em duas exposições: no Instituto Franco-Português, Av. Luis Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 26/1)

**Ilda David** - Pintura. Gal. Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a 6ª das 15 às 20.

**Jacqueline Klang** - Madeira gravada. Alliance Française, Rua Braamcamp, 13.1ª. De 2ª a 6ª das 10 às 19.30 (até 23/2)

**Jorge D'Utra Machado** - Escultura em madeira. Galeria do Coleccionador, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2ª a 6ª das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 26/1)

**Jorge Mealha** -



Três séculos de gravura cubana na Gulbenkian: 110 peças seleccionadas da colecção do Museu Nacional de Cuba

Escultura em grés. Galeria Moira, R. Nova da Piedade. De 2ª a 6ª das 14 às 19.30 (até 19/1)

**José Francisco Azevedo** - Fotografia. Gal. Ether, R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 17/2)

**Mafalda Reis Moore** - Fotografia. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3ª a dom. das 16 às 19 (até 28/1)

**Mantas de Retalhos** - Patchwork de Zélia Barata. Museu Nacional do Traje (Sala de Artesanato), Parque do Monteiro-Mor, Paço do Lumiar. De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 31/1)

**Margarida Vigoço** - Pintura. Gal. Eu-



Ormond Fannon na Galeria João Hogan

roarte, R. Rodrigo da Fonseca, 107-C (até 22/1)

**Ormond Fannon** - Pintura. Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 27/1)

**Tapeçaria do Séc. XVI** - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

**Tomás Féria** - Pintura. Gal. Leo, Trav.

da Queimada, 48. De 3ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 27/1)

**Tomás Mateus** - Pintura e desenho. Gal. Triângulo, Av. Vasco da Gama. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 2/2)

**Três Séculos de Gravura Cubana** - Da colecção do Museu Nacional Cubano (séc. XVII/XX). Galerias das Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian. De

3ª a dom. das 10 às 17 (até 5/2)

### ● PORTO

**Manfred Reiter** - Desenho e aguarela. Galeria Labirinto, R. Nossa Sra. de Fátima, 334-1ª.

**Rogério Ribeiro e Francisca Couceiro da Costa** - Pintura e desenho. Cooperativa Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23, sáb. das 15 às 19 (até 28/1)

### ● OUTRAS LOCALIDADES

**Jules Heyndels** - Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 9/2) - ALMANSIL 28º Salão de Arte Fotográfica - Sala do Conselho de Moradores (ex-Cordoaria Nicolau), das 16 às 19 e das 21 às 23 - BARREIRO

**Azulejos do Concelho de Loures** (séc. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3ª a dom. das

9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 - LOURES O Desenho Animado - Exposição internacional comemorativa do 50º aniv. do «Office National du Film du Canadá». Galeria de Exposições do Teatro Malaposta - LOURES

**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 - Queluz

## ...e ainda

Música, debates, etc.

### Paredes na Gulbenkian

**Carlos Paredes e Luísa Maria Amaro** são intérpretes de guitarra portuguesa e guitarra hispânica, respectivamente, no concerto que se realiza amanhã às 21.30 na Sala Polivalente do CAM, integrado no colóquio internacional «Utopias: Mitos e Formas» que ali está a decorrer.

Serão tocadas obras de Carlos Paredes. Os bilhetes são a 300\$00, com o habitual desconto de 50% a estudantes que como tal se identifiquem e a todos os jovens até aos 18 anos.

### Outros concertos na Gulbenkian

No Grande Auditório apresenta-se amanhã às 18.30 o trio de concertistas holandeses **France-Marie Uitti, Harry Sparnaay e Polo de Haas** (violoncelo, clarinete baixo e piano), que executarão obras de J. Straesser, Bruyñel, F. Donatoni, entre outros.

Na mesma sala e à mesma hora: **Esther P. Georgie e Nigel Clayton** (clarinete e piano) com obras de Finzi, Brahms, J. Ireland na segunda-feira; na terça, **concerto de homenagem a Cesar Frank** no 100º aniversário da sua morte com o pianista **Jorg Demus**.

### Concerto na Sé...

O organista **António Duarte** vai estar na Sé Patriarcal de Lisboa no próximo domingo às

16 horas para um recital durante o qual interpretará obras de Durón, Jeménez, J. S. Bach e Langlais, entre outros. Bilhetes a 400\$00.

### ...e na Aula Magna

Desde ontem estão em distribuição gratuita na Reitoria da Universidade Clássica os bilhetes para o concerto que a **Orquestra Gulbenkian** realiza amanhã às 21.30 na Aula Magna.

O programa é constituído pela interpretação do concerto n.º 2 para piano e orquestra de **Chostakovitch** e pela sinfonia n.º 103 de **Haydn**.

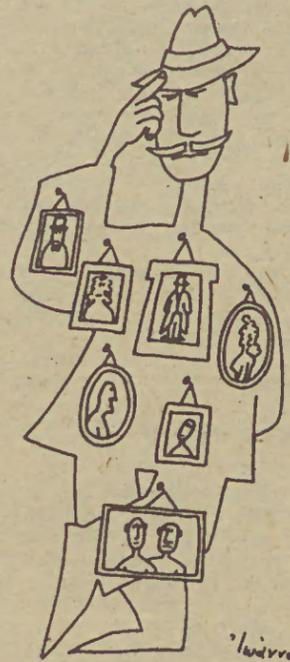
E solista em piano **Elisabeth Allen**.

### Cinema na Malaposta

Dois filmes de grande êxito - para o público e também para a crítica - foram programados para o fim de semana no Malaposta.

Na sexta-feira e no sábado, às 21.30, será exibido **Vício de Matar**, um «western» de 1958 que revelou **Arthur Penn**, o seu realizador, e confirmou **Paul Newman**, o principal intérprete.

No domingo, às 17.00, será a vez de **A Guerra das Estrelas**, o célebre filme produzido e realizado por **George Lucas**, que é também o autor do argumento.



# Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco do quadrante Leste. Formação de geada, em especial nas regiões do interior.

# a TV

## Processo - 1

Manifestações em Berlim Leste. Sabemos, por intermédio do **Telejornal**, que se viam cartazes hostis ao governo da RDA.

Mas nesse mesmo dia, uma emissão em ondas curtas dizia que, igualmente, se viam cartazes contra os neonazis...

Gorbachov esteve na Lituânia. **Telejornal** não escondeu (talvez porque não lhe fosse possível...) o «banho de multidão» que recebeu Gorbachov.

Paralelamente, corria outra manifestação, onde, a par de cartazes anti-soviéticos, havia outros de apoio à «perestroika».

No entanto, a televisão só mencionou os primeiros... Culpa sua? Culpa das agências?

Dividam lá como entenderem as responsabilidades. De uma forma ou outra, será **saudável** este processo de «informar»?

## Processo - 2

Reunião de alto nível no PCP. Pendentes, assuntos da maior importância quer a nível partidário, quer a nível nacional.

Esteve lá a reportagem do **Telejornal**? Esteve. Do contrário ninguém pode acusá-la. **Telejornal** foi lá certamente para dar conhecimento à sua audiência do que fora tratado, discutido, resolvido na reunião?

Pois não foi, não senhor. **Telejornal** foi lá para pegar em franjas de controvérsia circunstanciais. Passou ao lado do essencial, do motivo nuclear, que era a própria reunião.

Pode esta atitude ser coberta com o alibi do famigerado critério? Pode. Há mantas que tapam tudo. Mantas tão esburacadas, tão escavacadas, que perderam toda a credibilidade.

## Processo - 3

Actividade da CGTP. Conferência de imprensa, imagens sem qualquer relevo, género «pois sim, para que me não chateies».

A voz **off** diz que se disse nessa conferência que, caso o governo não altere a sua política malfida para a população, são inevitáveis os conflitos sociais.

O meu critério é que existe aqui espaço para maior esclarecimento. Se a CGTP considera isso, é porque há razões de peso, situações novas que vale a pena conhecer. Pois, pura e simplesmente, **Telejornal** ficou-se por aí: não ouviu ninguém!

Outro cenário: uma reuniãozinha dos TSD. **Telejornal** vai lá e aproveita para ouvir umas banalidades da boca do Arménio!

Note-se que a RTP está lançada na promoção do Arménio. Este, é verdade, não ajuda muito a RTP. A provar que até para se ser frango do aviário é preciso ter jeito...

## Processo - 4

Todos estamos lembrados do crime de morte praticado na pessoa do padre polaco Popielusko. O caso mobilizou a informação da RTP para uma campanha de terrível impacto. Tal campanha ainda não acabou. Comemora-se a efeméride, fala-se do caso a propósito e a despropósito.

Sucede que recentemente tropas governamentais de El Salvador assassinaram seis padres jesuítas, de maneira bárbara. Pois bem: não apenas **Telejornal** reduziu a notícia ao mínimo dos mínimos, como tudo fez para diminuir o impacto do acontecimento. A pontos de só na semana passada ter transmitido algumas imagens.

E transmitiu-as apenas uma vez. E acabou. E agora não fala mais do assunto, porque os americanos podem não gostar. E agora continua-se a falar da morte de um padre polaco...

Compreende-se o critério: vale mais um padre polaco do que seis padres salvadorenhos...

## Processo - 5

Encontramo-nos agora no infestado território do «Jornal de Sábado». Entrevista com Blanqui Teixeira.

Uma entrevista conflituosa que, por vezes, raia a provocação, em que o jornalista assume a aparência pública de parte interessada.

É uma maneira de trabalhar.

Um processo não louvável, nem condenável. Um processo, apenas. Aceita-se (e aconselha-se) que o repórter não faça o jogo de ninguém, a não ser o da informação correcta, nem de nada, a não ser verdade. Mas...

No mesmo **Jornal**, entrevista com Cavaco Silva, em Nova Iorque, um Cavaco Silva em pose imperial, diante de um repórter submisso, perfeitamente domesticado. Este pergunta, não questiona; dá as deixas, não as interrogações; serve, não subverte; recebe, não ataca; a resposta morre com a pergunta, mas a pergunta morre antes da resposta, porque antes dela já estava satisfeita.

Duas entrevistas. Dois processos. Por mim, não comento. Faça-o o leitor por mim...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Passeios americanos

Cavaco foi aos **states!** Uma acidentada visita onde se falou da possível redução da ajuda(?) militar dos Estados Unidos, zangados por este Governo ter preferido helicópteros britânicos a uns outros norte-americanos — ainda por cima, ao que parece, ambas as opções primam por serem maus negócios. Para «português ver» insistiu-se numa hipotética *démarche* cavacaquiana sobre Angola. De resultado prático, após a visita, «vende-se» a imagem de Portugal nos Estados Unidos, fazem-se protocolos com uma associação que investe preferencialmente em países subdesenvolvidos, e continuamos a importar muito mais do que exportamos. Valha-nos a mão-de-obra barata... A imprensa contou:

## Digestão difícil

Ao admitir ontem a possibilidade de os Estados Unidos reduzirem a ajuda militar concedida a Portugal, como contrapartida pelo uso da base das Lajes, um alto funcionário norte-americano tornou ainda mais complexa a digestão do almoço de trabalho que Cavaco Silva terá, dentro de horas, com George Bush.

O mais natural, é que a questão seja remetida para o secretário da Defesa, com quem o Primeiro-Ministro se encontrará ao fim da tarde de hoje em Washington, noite dentro em Portugal. Mas do que não restam dúvidas é de que a Casa Branca se prepara para fazer algum «banzé» quando, em Fevereiro do próximo ano, os dois países se sentarem à mesa para renegociar as Lajes.

Resultam assim frustradas — tanto quanto é possível avaliar a partir dos dados disponíveis — as intenções do Governo português de nem sequer levantar a «lebre açoriana». Com efeito, Cavaco não está na disposição de tocar no assunto preferindo insistir no pendur «africano» desta viagem, como fez em Lisboa. Porém, se é certo que, como escrevemos ontem, a situação em Angola se tornou tema obrigatório dos encontros, também é verdade que o chefe do Executivo dificilmente poderá furtar-se a discutir a problemática das Lajes, entendida na sua globalidade.

Em diversos factos se baseia esta conclusão. Ao manifestar o desejo de, a cerca de um ano de distância da data prevista para conversações em torno da base açoriana, estabelecer uma metodologia, a Casa Branca deixa entender que não pretende apenas (re)assinar de cruz. Nenhuma fonte nos autoriza a estabelecer uma ligação entre a hipótese colocada de baixar os níveis de ajuda militar e a questão dos helicópteros, a que ontem aludimos. Porém, parece lógico supor que exista.

## Governo escuda-se em «razões técnicas»

Os acordos nesta matéria não prevêem a transferência de verbas de um programa para outro, pelo que, ao optar

pela compra de helicópteros à Inglaterra, Portugal desperdiçou — independentemente do mérito da escolha — qualquer coisa como 67 milhões de dólares.

Expliquemo-nos: de acordo com a carta de intenções, o nosso país dispunha-se a adquirir cinco «Kaman», no valor de 92 milhões de dólares — e não de contos, como referimos por lapso no nosso despacho anterior — por apenas 25 milhões, sendo o restante suportado pela Administração americana. Gorado o negócio, a verba não é susceptível de chegar aos cofres portugueses por outras vias.

Segundo conseguimos apurar, Cavaco Silva irá fundamentar em «razões técnicas» a opção pelos aparelhos britânicos Lynx, se for forçado a abordar a questão.

Diário de Lisboa  
(11 de Janeiro)

## Campanha de imagem

O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, assistiu ontem, no penúltimo dia da sua visita oficial aos Estados Unidos à assinatura de um protocolo de cooperação entre a Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, a Associação Industrial Portuguesa e a Câmara de Comércio Portugal-Estados Unidos, visando a imagem de Portugal nos Estados Unidos.

O protocolo, assinado por Rui Machete, presidente da FLAD, Rocha de Matos, presidente da AIP, e Joseph Fernandes, presidente da Câmara de Comércio Portugal-Estados Unidos, insere-se na campanha de imagem promovida pelo Ministério do Comércio e Turismo junto do mercado norte-americano e tem por objectivo informar os meios económicos e empresariais dos Estados Unidos sobre a realidade portuguesa nos planos político, económico e social.

Capital (13 de Janeiro)

## A «realidade» de um país «em vias de desenvolvimento»

Os baixos salários praticados em Portugal, aliados aos

preços concorrenciais que são possíveis praticar e o facto de integrarmos o Mercado Comum, tornam o nosso país num paraíso para os investidores estrangeiros, nomeadamente aqueles provenientes do espaço extra-Comunitário.

Entre esses países os Estados Unidos encontram-se entre aqueles que maior apetência demonstram pelo nosso país, como fica claramente demonstrado pelo volume do investimento realizado nos últimos tempos e pela importância das empresas que os realizaram. De referir que esse volume, e por comparação com 1988, duplicou durante o ano transacto, o que espelha bem o interesse dos industriais Norte-Americanos pelo nosso país.

Enquanto as relações comerciais luso-americanas se têm intensificado nos últimos tempos, e por forma a não deixar esmorecer esse interesse, a Associação Industrial Portuguesa (AIP) assinou, no decorrer da visita de Cavaco Silva, um protocolo de cooperação com a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID).

A AID, que durante a década de setenta manteve um escritório em Lisboa, é um organismo governamental ligado ao investimento em países em vias de desenvolvimento, cujo objectivo primordial se prende com a criação de condições que possibilitem a formação de «joint ventures».

Correio da Manhã  
(13 de Janeiro)

## Um apelo

O ministro do Comércio e Turismo, Ferreira do Amaral, que acompanha Cavaco Silva, apelou aos empresários norte-americanos para que invistam em Portugal.

Discursando ontem durante um almoço oferecido pelo Business Council for International Understanding (Conselho Empresarial para a Compreensão Internacional), Ferreira do Amaral apresentou Portugal como uma das economias em mais rápida expansão da Comunidade Europeia.

Diário Popular (13 de Janeiro)

## A história repete-se

Entretanto, o saldo comercial com os Estados Unidos da América, nos primeiros oito meses de 1989, foi desfavorável a Portugal em 9,1 milhões de contos, revelam os últimos dados do ICEP, ontem divulgados.

Portugal importou dos Estados Unidos, no período em análise, mercadorias e produtos no valor de 86,9 milhões de contos (4,5 por cento do total das importações portuguesas), e exportou bens avaliados em 77,8 milhões de contos (6,1 por cento do total das vendas portuguesas ao estrangeiro).

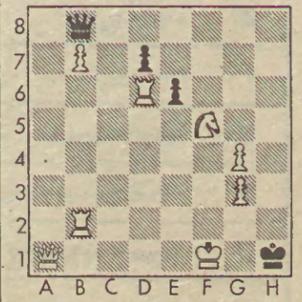
Diário Popular (10 de Janeiro)

# Xadrez

CCXXXVII — 18 DE JANEIRO DE 1990

PROPOSIÇÃO N.º 237/A

Por Sam Loyd  
«Philadelphia Even, Bull.», 1859  
Pr.: [4]: Ps. d7, e6, Db8-Rh1  
Br.: [8]: Ps. b7, g3, g4-Cf5-Ts. b2, d6, Da1-Rf1

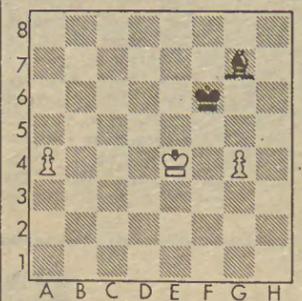


Mate em 2 lances

◆◆◆

PROPOSIÇÃO N.º 237/B

Por: H. Otten  
«Boys Own Paper» New York  
Pr.: [2]: Bg7-Rf6  
Br.: [3]: Ps. a4, g4-Ré4



Brancas jogam e ganham

◆◆◆

Soluções do N.º CCXXXVII

N.º 237/A (S. L.):  
CHAVE: 1. Da8

1. ... Dc8, Dd8...; 2. b: c8 ++, b8++

1. ... Da7, Dc7...; 2. Dh8 ++

1. ... e6 joga; 2. Th6 ++

N.º 237/B (H. O.): 1. a5, Bf8; 2. Rd5, Bh6; 3. g5 +, Bg5; 4. Ré4, Bh4; 5. Rf3! g.

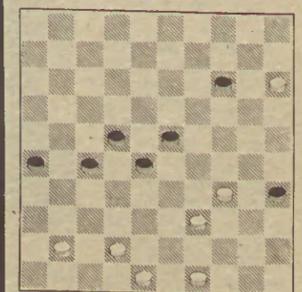
A. da M. M.

# Damas

CCXXXVII — 18 DE JANEIRO DE 1990

PROPOSIÇÃO N.º 237

Por: H. Verhezen  
«Blancs et Noirs», 1969  
Pr.: [7]: 14-22-23-26-27-28-35  
Br.: [7]: 15-34-39-41-42-48-49



Brancas jogam e ganham

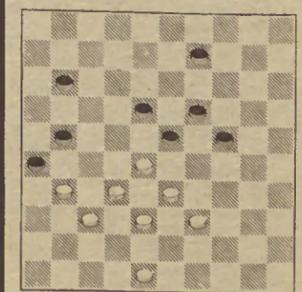
◆◆◆

GOLPE N.º 237 (Forcing)

Por: Patrick Fosse  
N.º 175 de Aide-Memorie du Joueur Classique, 1961

Pr.: [8]: 9-11-18-19-21-23-24-26

Br.: [8]: 28-31-32-33-37-38-39-48



Br. + 1 ou Dama

◆◆◆

SOLUÇÕES DO N.º CCXXXVII

N.º 237 (H. V.): 42-37 (27-31\*), 34-40 (31X42), 48X37 (35X24), 39-33 e 49-43 e 41-36 e 36X9 (26-31), 9-4-D e 4-31 e 15-10 e 10-5-D +

Golpe N.º 237 (P. F.): 31-27 (11-16\*) [senão: +1], 27-22 (18X27), 28-22 (27X18), 37-31 (26X28), 33X4 = D e +

A. de M. M.